



**Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEduc  
Mestrado Profissional em Educação**

**MARISA WATTHIER MENEGONI**

**TRANSFORMANDO O ENSINO MÉDIO: EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES DA  
ESCOLA JOÃO SIMÕES LOPES NETO EM CANGUÇU/RS**

**JAGUARÃO  
2024**

**MARISA WATTHIER MENEGONI**

**TRANSFORMANDO O ENSINO MÉDIO: EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES DA  
ESCOLA JOÃO SIMÕES LOPES NETO EM CANGUÇU/RS**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientadora: Silvana Maria Gritti

**JAGUARÃO  
2024**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

MM541tt Menegoni, Marisa Watthier Menegoni

TRANSFORMANDO O ENSINO MÉDIO: EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES DA  
ESCOLA JOÃO SIMÕES LOPES NETO EM CANGUÇU/RS / Marisa  
Watthier Menegoni Menegoni. 151 p.

Dissertação (Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa,  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO, 2024.

"Orientação: Silvana Maria Gritti Gritti".

1. Educação do Campo. 2. Transformação Social; . 3.  
Identidade Territorial.. I. Título.

MARISA WATTHIER MENEGONI

**TRANSFORMANDO O ENSINO MÉDIO: EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES DA  
ESCOLA JOÃO SIMÕES LOPES NETO EM CANGUÇU/RS**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr<sup>a</sup>. Silvana Maria Gritti

Área de concentração: Educação do Campo

Dissertação defendida e aprovada em: 19 de Julho de 2024.

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup>. Silvana Maria Gritti  
Orientadora

---

Prof. Dr<sup>o</sup>. Jefferson Marçal da Rocha  
UNIPAMPA

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Isabel Rosa Gritti  
Universidade federal da fronteira Sul UFFS



Assinado eletronicamente por **JEFFERSON MARCAL DA ROCHA, Professor Permanente do Programa Mestrado Profissional em Educação**, em 25/10/2024, às 10:47, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **SILVANA MARIA GRITTI, Professor Permanente do Programa Mestrado Profissional em Educação**, em 25/10/2024, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Isabel Rosa Gritti, Usuário Externo**, em 13/11/2024, às 20:21, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1582334** e o código CRC **1FFBB375**.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a todos aqueles que permearam meu caminho e deixaram sua marca em minha jornada. Agradeço aos professores pela dedicação e paciência, por me guiar rumo aos horizontes do conhecimento. Aos alunos por despertar em mim a vontade incessante de explorar o desconhecido. Aos sábios homens e mulheres do campo, que, em sua simplicidade, me ensinaram valiosas lições sobre a verdadeira essência do saber. Se, hoje tenho maior amplitude de conhecimento e sou sonhadora, é graças ao estímulo e aos desafios proporcionados por essas pessoas inspiradoras.

## AGRADECIMENTOS

Em um mundo repleto de desafios, buscas e resiliência, olho para trás e vejo um coração que transborda gratidão pela vida que pulsa em mim, pela jornada percorrida, por tudo e todos que permearam e permeiam minha vida. E em minha caminhada enquanto educadora e educanda, muitos passaram por mim. Não posso deixar de expressar minha gratidão aos professores que moldaram meu conhecimento e impulsionaram meus sonhos com palavras de incentivo e carinho. Em especial, quero agradecer às professoras Maria Lúcia e Zaida Inácia, que, com dedicação e carinho, me ensinaram a pegar no lápis, a gostar de contar histórias e a despertar o gosto pela leitura nos anos 1990. A elas, minha eterna gratidão.

A professora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvana Maria Gritti, minha orientadora, fonte inesgotável de conhecimento, sabedoria, e amorosidade, agradeço por acreditar na minha capacidade, pelo constante incentivo, colaboração, amizade e por ser tão generosa. Aos professores da banca de qualificação, professor Jefferson e professora Isabel, minha gratidão pela dedicação, pelo tempo e pelas valorosas contribuições, que com certeza enriqueceram o trabalho. Extensivo à Universidade Federal do Pampa pela oportunidade de cursar o Mestrado em Educação, proporcionando-me valorizar ainda mais a educação pública de qualidade.

A todos os alunos que permearam a minha trajetória até aqui, quero expressar minha profunda gratidão por cada um de vocês. Vocês são como sementes lançadas ao vento, levando consigo a esperança de um futuro promissor para a educação do campo, superando desafios diariamente, enfrentando a distância, e as intempéries do tempo com a mesma garra com que buscam o conhecimento. Cada conquista de vocês é também uma conquista minha, pois me sinto parte dessa jornada. Que a chama da educação nunca se apague, desejo que continuem a ser semeadores da esperança, cultivando o conhecimento e construindo um mundo mais justo, igual e fraterno para si mesmos, para suas famílias e toda a comunidade.

Às minhas colegas/amigas do mestrado, em especial, Ana e a Lili, que compartilham comigo não apenas o conhecimento, mas risadas, lágrimas, sonhos, viagens e esquecimentos (caso do p.c.). Vocês significaram mais do que colegas, tornando-se minhas confidentes, minhas parceiras de estudo e, acima de tudo,

minhas amigas. Juntas, navegamos por mares do conhecimento, enfrentamos desafios e celebramos cada conquista com entusiasmo e alegria.

Lembro-me com carinho das longas horas na estrada, das discussões sobre teorias, conceitos, política e escola, das risadas contagiantes que ecoavam ao longo do caminho em uma noite de nevoeiro, onde o combinado era não deixar dormir pela exaustão, cansaço do dia e das conversas profundas que nos conectavam em um nível muito além da sala de aula. Gratidão imensa a Ana, que me ensinou o verdadeiro significado da amizade, o apoio incondicional, a escuta atenta, a empatia genuína e a celebração das vitórias individuais e coletivas, és luz. Às minhas sobrinhas Julia e Gisele, fonte de amor puro e incondicional, agradeço por tanto.

Ao meu marido Cleider, que em meio à vastidão da vida, encontro em ti um porto seguro, um companheiro fiel e um amor que desafia o tempo. Juntos, enfrentamos tempestades e celebramos conquistas, construindo uma história de vida repleta de memórias felizes e sonhos compartilhados. Você foi e é meu porto seguro nos momentos de dificuldade, meu maior incentivo nas horas de incerteza e a fonte inesgotável de força que me impulsiona a seguir em frente. Sou eternamente grata por sua presença em minha vida, por sua mão amiga que sempre me ampara e por seu amor incondicional que me faz sentir segura e amada. Você é meu confidente, meu melhor amigo e o amor da minha vida.

## RESUMO

O objetivo foi resgatar a história e destacar a importância da Escola João Simões Lopes Neto para a comunidade rural de Canguçu/RS. A pesquisa incluiu levantamento bibliográfico, análise documental, entrevistas com ex-professores e observação participante. A pesquisa realizada na Escola João Simões Lopes Neto foi enriquecedora, evidenciando o potencial dessas escolas na construção de um futuro mais justo. Os resultados ressaltam o papel das escolas do campo na transformação social e a necessidade de políticas públicas para promover a igualdade de oportunidades. A análise mostrou a mobilização para sua criação e os desafios enfrentados por alunos e professores, como distâncias e condições das estradas. A escola demonstra destaque na região com projetos e parcerias externas, enfatizando o diálogo entre escola, pais, gestão e comunidade para adaptar o currículo e promover uma educação de qualidade no campo, o estudo destaca a importância das instituições educacionais do campo como agentes de mudança social e a necessidade de políticas públicas para garantir oportunidades iguais para todos os estudantes, independentemente de sua origem ou localização geográfica.

Palavras chave: Educação do Campo; Transformação Social; Identidade Territorial.

## **ABSTRACT**

The objective was to rescue the history and highlight the importance of the João Simões Lopes Neto School for the rural community of Canguçu/RS. The research included bibliographical research, document analysis, interviews with former teachers and participant observation. The research carried out at Escola João Simões Lopes Neto was enriching, highlighting the potential of these schools in building a fairer future. The results highlight the role of rural schools in social transformation and the need for public policies to promote equal opportunities. The analysis showed the mobilization for its creation and the challenges faced by students and teachers, such as distances and road conditions. The school stands out in the region with external projects and partnerships, emphasizing dialogue between school, parents, management and community to adapt the curriculum and promote quality education in the countryside. The study highlights the importance of rural educational institutions as agents of change social and the need for public policies to guarantee equal opportunities for all students, regardless of their origin or geographic location.

Keywords: Rural Education; Social Transformation; Territorial Identity.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização do município de Canguçu/RS.....	
34	
Figura 2 - Município de Canguçu/RS.....	
38	
Figura 3 – N° de matrículas nas escolas de Canguçu nos últimos 12 anos.....	
45	
Figura 4: Localização da escola.....	48
Figura 5 - Divisão Distrital e por localidades do Município de Canguçu .....	49



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Matrículas no Ensino Médio no RS/2000 .....	19
Tabela 2 – Estrutura Fundiária Município de Canguçu, 2018.....	38
Tabela 3 - Comunidades Quilombolas Certificadas pela Fundação Cultural Palmares em Canguçu.....	40
Tabela 4 – Assentamentos de Reforma Agrária.....	41
Tabela 5 – Número de alunos matriculados nas escolas de Canguçu em 2022	47
Tabela 6 – Pessoal da Escola João Simões Lopes Neto em 2022.....	50
Tabela 7 – Matrículas da Escola João Simões Lopes Neto por turma em 2022	51
Tabela 8 – Carga Horária Ensino Médio Politécnico.....	57

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Importância da Escola na Vida dos Participantes.....	
77	
Gráfico 2 – Relevância da Escola para a Permanência no Campo.....	
82	
Gráfico 3 – Opiniões dos Alunos sobre Estudar em Escola de Ensino Médio na Cidade.....	86
Gráfico 4 – Principais Dificuldades dos Estudantes do Ensino Médio Noturno no Campo.....	90

## **LISTA DE SIGLAS**

BNCC - Base Nacional Comum Curricular  
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CF - Constituição Federal  
CME - Conselho Municipal de Educação  
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura  
DENIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes  
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio  
FUNAI - Fundação Nacional do Índio.  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano  
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação  
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
MST - Movimento Sem Terra  
ONG – Organização não Governamental  
OP - Orçamento Participativo  
PNE - Plano Nacional de Educação  
PNATE - Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar  
PNTE - Programa Nacional de Transporte Escolar  
PPP - Projeto Político Pedagógico  
RS – Rio Grande do Sul  
SEDUC - Secretaria de Educação

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	16
2 EDUCAÇÃO COMO DIREITO SOCIAL: GARANTIAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS.....	18
2.1. A emergência da pesquisa .....	21
2.2 A política pública do transporte .....	29
3 O CHÃO DA PESQUISA.....	34
3.1 Canguçu/RS .....	34
3.2 A Educação básica em Canguçu .....	42
3.3 A Escola Estadual de Ensino Médio João Simões Lopes Neto .....	48
3.4 Projeto Político Pedagógico da Escola.....	51
4. PROJETO EDUCATIVO VIGENTE NO PERÍODO DE 2020 A 2024 .....	53
5. EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO RURAL.....	55
5.1 Avanços e Retrocessos da Educação do Campo no Brasil.....	63
6. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO .....	68
6.1 Metodologia Qualitativa .....	68
6.2 Caracterização do Local da Pesquisa.....	71
6.3 Análise dos Dados.....	73
7. EXPLORANDO A TRAJETÓRIA DA ESCOLA JOÃO SIMÕES LOPES NETO ....	75
7.1 Reflexões sobre a importância da escola na vida dos alunos .....	75
7.2 O Papel da escola c/ centro de diálogo e desenvolvimento na comunidade do campo .....	93
7.3 Estratégias, desafios e perspectivas da escola João Simões Lopes Neto .....	107
7.4 Entrevista com Ex-Professores .....	125
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	138
ANEXOS.....	142

## A PESQUISA E A PESQUISADORA

A escolha desse tema se deve à minha experiência diária como educadora em escolas de Ensino Médio na zona rural de Canguçu, um município com grande parte de sua população nessa região e conhecida como capital nacional da agricultura familiar. Além disso, minha trajetória educacional, desde o Ensino Fundamental foram realizadas em escolas no campo, por esse motivo me identifiquei com temas relacionados ao campo, a qual influenciou minha visão sobre a importância da educação igualitária para todos, assim como, minha origem familiar ligada à agricultura. Analisar os rumos da educação no campo é mais do que um desafio; é a reconstrução da minha própria história.

A minha história é marcada por dificuldades e desafios, pois desde cedo tive que conciliar o trabalho na lavoura com os estudos. No início, não havia transporte escolar gratuito, e muitas vezes eu e minha irmã íamos para a escola a pé ou de bicicleta emprestada do vizinho. Mesmo com todas essas dificuldades, nunca faltamos às aulas e sempre obtivemos boas notas durante o Ensino Fundamental. No Ensino Médio, minha irmã foi para o alojamento da escola técnica, e eu trabalhei como doméstica para custear o seguimento dos estudos. Foram quase cinco anos de muito aprendizado, e embora não tenha sido fácil, foi uma experiência valiosa. A minha graduação em História foi realizada na extensão da Universidade Católica de Pelotas em Canguçu, pois, mesmo desejando uma universidade pública, não era possível no momento devido à necessidade de trabalhar. A UCPEL, por meio da extensão, possibilitou a realização do meu sonho de me tornar professora. Antes mesmo de me formar, ingressei como professora na rede estadual, trabalhando em uma das primeiras escolas de Ensino Médio no campo do município de Canguçu/RS. Logo, após entrar no magistério, a Escola João Simões Lopes Neto, objeto deste estudo, deixa de ser apenas um sonho da comunidade do Passo do Lourenço e arredores, tornando-se realidade. Participar, mesmo que indiretamente, de todo o processo de constituição e efetivação da escola despertou em mim o desejo de lecionar lá.

A Escola João Simões Lopes Neto é um espaço de discussão e aprendizado, onde jovens estudantes têm a oportunidade de cursar o ensino médio, muitas vezes

sendo a única oportunidade para eles. Isso torna o trabalho realizado nessa instituição ainda mais significativo.

Como filha do campo e defensora da reforma agrária, compreendo a importância de oferecer possibilidades de educação para as comunidades rurais. A escola é um meio fundamental para promover a mudança histórica, proporcionando oportunidades de crescimento e ampliando horizontes para os jovens e suas famílias.

Durante esses anos, observei de perto as dificuldades enfrentadas pelos educadores e alunos da Escola João Simões Lopes Neto, mas também identifiquei as potencialidades e possibilidades de transformação. Tudo isso me fez refletir sobre a importância de valorizar a educação no campo e de incentivar políticas públicas que promovam a igualdade de oportunidades para todos os estudantes, independentemente de sua origem ou localização geográfica. O acesso à educação é um direito fundamental e uma ferramenta essencial para construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

Em 2021 ingressei no mestrado em educação pela UNIPAMPA, processo esse que foi a realização de mais um sonho o de fazer mestrado e estudar em uma universidade pública. O mestrado me proporcionou novas visões e assim me identificar ainda mais com o espaço onde vivo e desenvolvo minha atividade profissional, bem como, a identificação do meu objeto de estudo. Trabalhar na Simões é como estar possibilitando sonhos e desafios das pessoas que usufruem desse espaço educacional, fazendo com que políticas públicas se tornem efetivas e estejam ao alcance dos estudantes.

Portanto, é fundamental o reconhecimento do papel das escolas do campo como agentes de transformação social e investimento na valorização da educação no campo. A pesquisa na Escola João Simões Lopes Neto foi uma experiência enriquecedora que me fez enxergar o potencial e a importância dessas instituições na construção de um futuro mais justo e igualitário para todos.

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo investiga a trajetória da Escola João Simões Lopes Neto, localizada no 4º distrito de Canguçu, município esse considerado a Capital Nacional da Agricultura Familiar. A escolha desse tema é influenciada pela experiência pessoal da pesquisadora, que estudou em escolas rurais, concluiu o Ensino Médio em uma escola urbana com cursos técnicos em Contabilidade e Agricultura, e sou filha de agricultores assentados da reforma agrária. Essas vivências fizeram-me perceber a importância da educação no campo e compreender os rumos da educação rural.

O estudo aborda a importância das escolas do campo como agentes de transformação social e destaca a necessidade de políticas públicas que promovam a igualdade de oportunidades para todos os estudantes, independentemente de sua origem ou localização geográfica. A pesquisa na Escola João Simões Lopes Neto foi uma experiência enriquecedora, revelando o potencial e a importância dessas instituições na construção de um futuro mais justo e igualitário para todos. Desta forma, o objetivo deste estudo foi realizar um resgate histórico e destacar a importância da Escola de Ensino Médio João Simões Lopes Neto para a comunidade rural do 4º distrito de Canguçu/RS.

O problema ou a questão norteadora da de pesquisa aborda a seguinte indagação: “de que maneira e com quais expectativas a comunidade se mobilizou e se engajou na criação da Escola de Ensino Médio João Simões Lopes Neto, situada na zona rural de Canguçu?”

A pesquisa é justificada por sua importância histórica, cultural e social do tema, aliada à proximidade da pesquisadora com a realidade estudada, que leciona em duas escolas de Ensino Médio no meio rural do município, além da necessidade de preencher uma lacuna no conhecimento sobre a trajetória da Escola de Ensino Médio João Simões Lopes Neto, situada na área rural de Canguçu. Reconstruir sua história permite não apenas entender como a comunidade se mobilizou e lutou por sua implantação, bem como, contribui para a discussão teórica sobre a Educação do Campo, área ainda pouco explorada em termos de pesquisa acadêmica.

Ao explorar os avanços, desafios e limitações dessa modalidade de ensino, o estudo oferece subsídios para a formulação de políticas educacionais mais eficazes e inclusivas para escolas localizadas em áreas rurais. Além disso, ao analisar a importância atribuída pela comunidade à escola, o estudo proporciona compreensões valiosas sobre o impacto social e cultural dessas instituições no contexto rural, contribuindo assim para o fortalecimento da identidade e valorização das comunidades do campo.

A metodologia empregada neste estudo foi baseada em duas abordagens complementares: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa com a comunidade escolar. A pesquisa bibliográfica foi fundamental para embasar teoricamente o estudo, permitindo uma análise aprofundada de conceitos, teorias e práticas relacionadas ao tema da pesquisa. Por sua vez, a pesquisa com a comunidade escolar, que incluiu professores atuais e ex-professores, alunos e membros da comunidade, proporcionou uma compreensão mais ampla e contextualizada da realidade da escola e do seu entorno.

A inclusão dos diversos atores da comunidade escolar permitiu não apenas a coleta de dados empíricos e experiências vivenciadas, como também a identificação de demandas, desafios e perspectivas para o desenvolvimento da escola. Essa abordagem participativa e inclusiva contribuiu significativamente para a construção de um conhecimento mais abrangente e relevante, alinhado com as necessidades e contextos locais. Ao integrar a pesquisa bibliográfica com a comunidade escolar, este estudo buscou oferecer uma análise completa e fundamentada sobre a temática abordada, visando contribuir para o aprimoramento da educação e o fortalecimento dos laços entre a escola e a comunidade.

O estudo está estruturado em oito capítulos, iniciando com a introdução que apresenta o contexto, justificativa, objetivos e problema de pesquisa. O segundo capítulo discute a educação como direito social, abordando sua definição, origem e respaldo legal. No terceiro capítulo apresenta-se os fundamentos teóricos da pesquisa. No quarto capítulo é explanado a análise do projeto educativo vigente na escola. O quinto capítulo explora a educação do campo e rural. O sexto capítulo descreve a metodologia utilizada e o sétimo capítulo analisa a trajetória da Escola João Simões Lopes Neto. Por fim, o oitavo capítulo apresenta as considerações finais da pesquisa.

## **2 EDUCAÇÃO COMO DIREITO SOCIAL: GARANTIAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

A educação dos trabalhadores do campo tem sido tratada meramente como um meio de atender às demandas do sistema vigente, negligenciando as necessidades e bem-estar dos habitantes locais. O tema que envolve a educação do campo é complexo e repleto de desafios. A reflexão sobre a educação no campo como uma expressão do capitalismo é de extrema relevância. A priorização da agricultura e pecuária em detrimento de outras áreas essenciais para o desenvolvimento humano limita as oportunidades de crescimento e aprendizado para os residentes rurais, perpetuando desigualdades sociais e econômicas.

É imprescindível repensar a educação no campo, levando em consideração as particularidades das comunidades rurais, considerando não apenas as demandas do mercado de trabalho. Dessa forma, pode-se assegurar a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento integral dos indivíduos, proporcionando assim uma educação inclusiva, equitativa e de excelência para todos, independentemente do lugar onde se encontram.

Em contrapartida, a Educação do Campo é resultado da luta dos movimentos sociais envolvidos na defesa da terra e dos direitos do trabalhador do campo (CALDART, 2012). A valorização desses agentes e a proximidade com o espaço em que vivem são aspectos fundamentais dessa abordagem educacional. É fundamental que as políticas públicas direcionadas à educação do campo contemplem as demandas dessas comunidades, visando à formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade (SOUZA, 2010; 2016).

Ao valorizar esses agentes, como agricultores familiares, pecuaristas, pescadores e demais trabalhadores rurais, reconhecendo suas contribuições para o desenvolvimento do país e promovendo a valorização de suas culturas e tradições, a abordagem educacional do campo busca garantir que esses indivíduos tenham a oportunidade de se desenvolverem plenamente e de exercerem sua cidadania de forma participativa. Para isso, é necessário que as políticas públicas direcionadas à

educação do campo garantam o acesso a uma educação de qualidade, com infraestrutura adequada, formação de professores capacitados, currículos contextualizados e recursos pedagógicos específicos para atender às necessidades particulares dessas comunidades.

Além disso, é essencial que a perspectiva desses sujeitos seja levada em consideração nas decisões políticas relacionadas ao campo, promovendo a participação e o diálogo entre os diferentes sujeitos envolvidos. Assim, ao contemplar as demandas das comunidades rurais e promover uma educação que seja efetivamente inclusiva e voltada para a formação de cidadãos críticos e conscientes, as políticas públicas do campo contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

No final da década de 1990 e início de 2000, o Rio Grande do Sul (RS) experimenta um governo progressista, de orientação popular, que contrasta com as administrações anteriores, vivenciando um processo político notavelmente distinto. Nesse cenário, o governo adota a gestão descentralizada e a democracia direta por meio do Orçamento Participativo (OP)<sup>1</sup>, estabelecendo a Participação Popular na formulação, controle e fiscalização da aplicação de recursos públicos do Estado.

No âmbito da educação, verifica-se, nesse período, um aumento significativo no número de matrículas na rede estadual, especialmente no Ensino Médio. Conforme os dados do censo escolar de 2000, as matrículas no RS apresentaram um crescimento expressivo: 57,53% (257.484) no Ensino Médio Regular e 0,23% (1.051) no Ensino Médio Supletivo. Em outras palavras, as matrículas iniciais no ensino médio cresceram em 118.387 (34,06%). Esse crescimento reflete-se na construção de 200 novas escolas, muitas das quais tiveram seus projetos aprovados, evidenciando um período de expansão e investimento na educação no estado. Conforme gráfico abaixo.

Tabela 1 –Matrículas no Ensino Médio no RS/2000

AUMENTO DAS MATRICULAS NO ENSINO MÉDIO NO RS/2000		
	Nº DE MATRICULAS	PERCENTUAL
Ensino médio regular	257.484	57,53%
Ensino médio supletivo	1.051	0,23%

<sup>1</sup> O orçamento participativo é um mecanismo governamental de democracia participativa que permite aos cidadãos influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos, geralmente o orçamento de investimentos de prefeituras municipais para assuntos locais, através de processos de participação da comunidade.

TOTAL:	118.387	34,06%)
--------	---------	---------

Fonte: Censo escolar de 2000

No município de Canguçu, a realidade não foi diferente, com o aumento em seu número de escolas de Ensino Médio. Anteriormente, contava-se apenas com uma única instituição de Ensino Médio e Técnico localizada na zona urbana. No entanto, esse número expandiu-se para sete, das quais cinco estão situadas em áreas rurais.

O surgimento dessas escolas teve diversas origens. Uma delas foi estabelecida por meio da mobilização da comunidade escolar e das áreas circunvizinhas, com participação ativa e votação no Orçamento Participativo (OP), a Escola João Simões Lopes Neto, objeto de estudo neste trabalho, que iniciou suas atividades em 2013, impulsionada por grande expectativa e luta da comunidade.

No ano de 2013 ocorreu a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE), que estabeleceu metas e diretrizes para a melhoria da qualidade do ensino no país. A busca pela universalização do ensino, a valorização dos profissionais da educação e a ampliação do acesso ao ensino superior foram algumas das principais pautas discutidas e trabalhadas ao longo do ano. O compromisso com a qualidade do ensino e a formação de cidadãos críticos e conscientes tornam-se essenciais para o desenvolvimento e o progresso da sociedade. É fundamental que haja uma constante avaliação e ajuste nas políticas educacionais, visando sempre à promoção de um ensino de excelência para todos.

Assegurar um acesso justo e igualitário a uma educação de excelência é fundamental para a edificação de uma sociedade justa e equitativa. Todos os cidadãos têm o direito inalienável de produzir conhecimento, informações e enriquecimento cultural, independentemente de sua condição social, econômica ou local onde reside.

Uma educação de qualidade tem o poder de transformar a vida das pessoas e ampliar suas oportunidades, permitindo que sejam produtoras e condutoras de suas produções culturais. Portanto, é imprescindível que a educação seja vista como um direito garantido, e que seja aprimorada constantemente a fim de proporcionar chances e igualdade para todos.

Na visão de Gramsci (1982) a educação é um importante produto sociocultural que reflete a forma como os homens produzem e organizam a

produção. Através dela, a sociedade se reproduz e se transforma, influenciando não apenas as relações econômicas, mas também as políticas, culturais e ideológicas, ou seja, a maneira como os indivíduos se organizam para garantir sua existência determina o modelo de educação adotado nas diferentes sociedades ao longo da história.

## **2.1. A emergência da pesquisa**

A educação é um direito social, ou seja, visa resguardar direitos mínimos à sociedade e tem como objetivo mitigar as vulnerabilidades sociais ocasionadas pelo sistema socioeconômico a que estão submetidas. Inicialmente, surge uma série de dúvidas acerca do conceito de direito social: sua definição, origem, respaldo legal e beneficiários. Dessa forma, optou-se por analisar a origem deste conceito que surgiu na segunda dimensão dos direitos fundamentais. Para entender esse processo de evolução dos direitos fundamentais (os direitos à educação, alimentação, segurança, trabalho, moradia e saúde), faz-se necessária uma breve contextualização histórica.

As declarações de independência dos Estados Unidos, em 1776, e dos Direitos do Homem e do Cidadão, na França em 1789, são marcos na história desses direitos.

Enquanto a primeira focou em direitos individuais, a segunda rompeu com o absolutismo e priorizou a segurança individual, a liberdade religiosa e a igualdade no acesso aos cargos públicos. A preocupação maior era impedir a ação arbitrária do Estado. Nessa perspectiva, tem-se a primeira dimensão dos direitos fundamentais, no entanto, a luta por participação política e movimentos sociais apontaram para a necessidade de ações mais efetivas por parte do Estado. Assim, surgem os direitos sociais, com a demanda por igualdade e o dever do Estado em promover essa igualdade através de ações positivas. A luta não se restringe a não interferência do Estado, mas sim à sua responsabilidade nas ações efetivas em prol do cidadão.

É crucial compreender que a luta pela não interferência do Estado não deve ser confundida com a ausência de responsabilidade do mesmo. Pelo contrário, é imprescindível que o Estado assuma uma postura ativa e eficaz em suas ações em prol do cidadão. A garantia de direitos fundamentais, a promoção da igualdade social e o combate às desigualdades são apenas algumas das responsabilidades

que o Estado deve assumir. Portanto, a luta não se limita apenas a manter o Estado afastado de certas questões, mas sim a exigir que ele atue de forma responsável, promovendo o bem-estar da sociedade como um todo. É necessário cobrar ações concretas que resultem em melhorias significativas na qualidade de vida dos cidadãos e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesse sentido, a definição de Comparato (2010) auxilia a compreensão do conceito de direito social:

Com base no princípio da solidariedade, passaram a ser reconhecidos como direitos humanos os chamados direitos sociais, que se realizam pela execução de políticas públicas, destinadas a garantir amparo e proteção social aos mais fracos e mais pobres; ou seja, aqueles que não dispõem de recursos próprios para viver dignamente. Os direitos sociais englobam, de um lado, o direito ao trabalho e os diferentes direitos do trabalhador assalariado; de outro lado, o direito à seguridade social (saúde, previdência e assistência social), o direito à educação (COMPARATO, 2010, p. 77).

A natureza jurídica dos direitos sociais é inabalável. A Constituição do Brasil de 1988 estabeleceu princípios, objetivos e fundamentos do Estado social e democrático de direito, proporcionando um importante avanço na esfera dos direitos fundamentais, com um regime jurídico diferenciado. Após um longo período de ditadura, o Brasil passou por um processo de redemocratização, o que resultou na garantia constitucional de direitos sociais, como o direito à saúde, educação e trabalho, a todos os cidadãos brasileiros (COMPARATO, 2010, p.77).

No entanto, implementar e proteger esses direitos exige intervenção e atuação de órgãos como o Ministério Público, conforme previsto na Carta Magna. É importante ressaltar que a Constituição Federal (CF) estabelece a aplicabilidade imediata das normas que definem direitos e garantias fundamentais, conforme o artigo 5º, bem como, o fato de que a educação é um direito fundamental e social, como previsto no artigo 6º. Além disso, o artigo 205 estabelece que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, e deve ser promovida com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento humano e preparo para a cidadania e o trabalho.

Tratar a educação como um direito inalienável é essencial para construir uma sociedade democrática e justa. A educação não é apenas um direito, mas um elemento integrante desse processo. É fundamental garantir que ela seja oferecida e garantida a todos os sujeitos, estejam eles no campo ou nos espaços urbanos. A

Educação, como um Direito Social, deve ser garantida a todos, independentemente do local onde se encontram. No caso dos sujeitos inseridos no campo, o acesso à Educação deve ser ampliado, garantido e qualificado, por meio da implantação de escolas públicas que ofereçam uma educação que valorize as especificidades do campo.

É importante ressaltar que a Educação do Campo deve ser vista como um processo de construção coletiva, englobando as necessidades e demandas das comunidades rurais. Desta forma, é necessário que sejam oferecidas oportunidades educacionais que promovam a formação crítica, contribuindo para o desenvolvimento local e para a superação das desigualdades sociais. Como afirma Arroyo (2012, p. 233), "as resistências à opressão e as lutas pela libertação são múltiplas e se reforçam, porque há consciência de que os processos históricos de opressão são múltiplos e se reforçam".

É preciso, portanto, que a Educação se configure como um instrumento de transformação social e autonomia dos sujeitos do campo e urbano. A legislação brasileira garante o direito à educação a todos os brasileiros, e isso inclui o acesso ao Ensino Médio que é uma etapa fundamental na formação dos jovens. No Brasil, estão previstos pelo artigo 6º da CF de 1988.

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015)

Fruto de lutas sociais, essas garantias básicas se consolidaram com o surgimento das Constituições que preveem o Estado de Bem-estar Social<sup>2</sup> ou Estado Constitucional. Todavia, ainda há, no Brasil, um longo caminho a ser trilhado para a efetiva prestação dos direitos fundamentais sociais aos cidadãos (PANTOJA, 2018). Garantir o acesso à educação de qualidade é fundamental para o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade como um todo. Para tanto, uma política de educação do campo postula a análise de que a cidade não é melhor do que o campo e a partir dessa premissa, propor novas relações baseadas na paridade e

---

<sup>2</sup> O estado de bem-estar social (Ebes), em termos gerais, pode ser definido como "responsabilidade estatal no sentido de garantir o bem-estar básico dos cidadãos", tendo em conta, porém, que "não pode ser compreendido apenas em termos de direitos e garantias" (Esping-Andersen, 1991, p. 99).

solidariedade entre campo e cidade. O campo é, acima de tudo, um espaço de cultura singular, rico e diverso. Assim, é importante a superação da dicotomia entre o rural e o urbano (ARROYO, CALDART E MOLINA, 2004).

Para o movimento “Por uma educação do campo”, a escola do campo seria:

Aquela que trabalha os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, nas suas diversas formas de trabalho e de organização, na sua dimensão de permanente processo, produzindo valores, conhecimentos e tecnologias na perspectiva do desenvolvimento social e econômico igualitário desta população (FERNANDES, CERIOLI, CALDART, 2004, p.53).

Atualmente, as escolas do campo são engolidas pelo modelo didático-pedagógico urbano imposto pelas mantenedoras estaduais e municipais. Infelizmente, esse modelo ignora as necessidades reais das populações do campo, o que resulta em uma educação descontextualizada e pouco efetiva.

A Educação do Campo, construída pelos movimentos sociais, tem como objetivo central questionar e interpelar a forte influência da Educação Rural urbanocêntrica<sup>3</sup> nas instituições de ensino. Ao fazer isso, busca estabelecer uma prática mais inclusiva e que leve em consideração a diversidade dos povos que vivem nos territórios rurais.

De acordo com Caldart:

Uma escola do campo não é, afinal, um tipo diferente de escola, mas sim é a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais, que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com lutas, sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito. (CALDART, 2011, p. 110).

As escolas do campo possuem uma abordagem pedagógica que reflete uma visão urbanocêntrica da educação, permeada por ideias neoliberais que legitimam a marginalização dos agricultores e enfraquecem a discussão sobre a relação entre os cidadãos e suas características de pertencimento a uma classe social composta por trabalhadores e seus filhos. Essas comunidades rurais têm sido afetadas por décadas de falta de políticas públicas voltadas para elas, resultando em dificuldades e privações. Esse paradigma segue as diretrizes capitalistas e urbanocêntricos que,

---

<sup>3</sup> Traz uma idealização de cidade como espaço civilizatório e negando o campo, sua prática descontextualizada e com fortes características das escolas urbanas, contrariando os elementos identitários dos sujeitos que habitam no campo (FEITOSA; BISPO, 2017). Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 21, n. 2, p. 78-96, maio-ago. 2022.

na atual conjuntura, priorizam interesses distintos. Por um lado, há a necessidade de uma educação alinhada às políticas educacionais que favoreçam os interesses do mercado global; por outro lado, movimentos sociais, universidades e outros grupos organizados buscam desenvolver, em conjunto com as comunidades rurais, uma agenda de propostas com foco político, econômico e social que valorize as identidades e culturas locais. É primordial que o currículo da educação do campo seja elaborado e implementado nas políticas públicas dos governos federal, estadual e municipal, de forma a ser um instrumento de valorização dos valores culturais das populações rurais. Dessa maneira, evita-se a perpetuação de estereótipos e a confusão entre os anseios educacionais das comunidades rurais e os interesses do capital.

Neste contexto, Miguel Arroyo (2007) faz uma reflexão ao mencionar à educação pensada no paradigma urbano, corroborando que as políticas públicas educativas que concebem com frequência o sistema educacional sob ótica urbanocêntrica, o qual traz uma idealização de cidade como espaço civilizatório e negatizando o campo, colocando-o como lugar do atraso:

A formulação de políticas educativas e públicas, em geral, pensa na cidade e nos cidadãos urbanos como o protótipo de sujeitos de direitos. Há uma idealização da cidade como o espaço civilizatório por excelência, de convívio, sociabilidade e socialização, da expressão da dinâmica política, cultural e educativa. A essa idealização da cidade corresponde uma visão negativa do campo como lugar do atraso, do tradicionalismo cultural. Essas imagens que se complementam inspiram as políticas públicas, educativas e escolares e inspiram a maior parte dos textos legais. O paradigma urbano é a inspiração do direito à educação (ARROYO, 2007, p.158).

Esses paradigmas estão intrinsecamente ligados à mera reprodução dos mecanismos do atual plano de desenvolvimento econômico, o que frequentemente conduz à falta de identificação dos alunos com seu próprio território. Os currículos são impostos, falhando em reconhecer a relevância das comunidades rurais na construção do processo educativo. Para efetivamente promover uma educação de qualidade, é fundamental romper com esses paradigmas e reconhecer a importância das particularidades do campo na criação de um modelo educacional que atenda as reais necessidades das populações rurais.

Gritti (2003) descreve essa situação quando enfatiza:

A realidade colocada no currículo da escola rural, caracterizada pela não manifestação e pelo distanciamento das formas de trabalho agrícola, peculiares à produção na pequena propriedade, evidencia que a atividade agrícola não é predominante na sociedade capitalista. Desse modo, o currículo tem se caracterizado como importante instrumento de veiculação e solidificação dos interesses dos grupos sociais dominantes na sociedade (GRITTI, 2003, p, 135).

Os estudos demonstram que houve avanços na legislação educacional para a Educação do Campo, impulsionados pela inserção dos movimentos sociais. Um dos avanços é o artigo 28, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), com ênfase para educação do campo, destacando a necessidade de os sistemas de ensino trazerem à luz, as peculiaridades da vida rural e de cada região em relação aos conteúdos curriculares, metodologias e organização escolar. Por outro lado, esses avanços podem não ter sido suficientes, pois ainda há uma negação desses direitos e uma invisibilidade da população do campo. E com o novo ensino médio, essas negações ficam ainda mais evidentes, pois não preveem nada em específico para as escolas do campo.

A busca por uma educação que promova o protagonismo dos alunos e diversifique os métodos de ensino é um objetivo louvável e fundamental para o desenvolvimento integral dos estudantes, para que os mesmos tenham aulas diversificadas e focadas nos protagonismos. No entanto, essa mudança de paradigma precisa ser acompanhada de um planejamento cuidadoso e de uma análise crítica das implicações da redução da carga horária de algumas disciplinas, como português e matemática. Como previsto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017).

A BNCC (2017, p.467), em sua proposta de currículo para o Ensino Médio, afirma que:

Na direção de substituir o modelo único de currículo do Ensino Médio por um modelo diversificado e flexível, a Lei nº 13.415/2017 alterou a LDB, estabelecendo, no Art. 36, que O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I – Linguagens e suas tecnologias;
- II – Matemática e suas tecnologias;
- III – ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV – Ciências humanas e sociais aplicadas;
- V – Formação técnica e profissional.

É notável a obrigatoriedade das disciplinas de português e matemática, pois direciona-se para os conteúdos que possuem maior ênfase no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). De acordo com Martins (2000), dentro dessa perspectiva, “o Estado permanece como o centro organizador do poder político burguês” (p. 71) e não deve ser confundido com o poder político restrito que o administra, pois ele é amplo, constituído pelos mecanismos que garantem aos capitalistas a reprodução da exploração. Assim, ao cumprir sua função primordial de dominação de classe, cabe a esse Estado gerir os interesses conflitantes dos diferentes grupos que compõem as classes dominantes e as dominadas.

Ao analisar as reflexões de Saviani 2007, que explicita as propostas da reforma do Ensino Médio, percebe-se questões pertinentes e preocupantes. O autor enfatiza com veemência como a precarização do trabalho na escola tem impactado negativamente a qualidade do Ensino Médio.

No ensino médio já não basta dominar os elementos básicos e gerais do conhecimento que resultam e ao mesmo tempo contribuem para o processo de trabalho na sociedade. Trata-se, agora, de explicitar como o conhecimento (objeto específico do processo de ensino), isto é, como a ciência, potência espiritual, se converte em potência material no processo de produção. Tal explicitação deve envolver o domínio não apenas teórico, mas também prático sobre o modo como o saber se articula com o processo produtivo (SAVIANI, 2007, p.160).

No Ensino Médio, a proposta é preparar jovens para a inserção no ensino superior e para seu desenvolvimento profissional, mas essa ideia pode ter diferentes interpretações e metas. Alguns acreditam que o objetivo é preparar os alunos para o curso superior, estimulando-os a escolher temas de interesse e aprofundar seus conhecimentos em áreas específicas. Já outros, entendem que a meta é formar mão de obra qualificada, ou seja, fornece habilidades e competências que atendam às demandas do mercado de trabalho atual. Essa dualidade pode gerar preocupações, uma vez que, por um lado, os estudantes têm a liberdade de seguir suas paixões e interesses, mas, por outro, existe o risco de que eles não estejam preparados para atender às necessidades imediatas do mercado. Portanto, é importante que a educação no Ensino Médio seja abrangente, proporcionando tanto a formação acadêmica sólida necessária para o ingresso no ensino superior quanto o desenvolvimento de habilidades práticas e técnicas que possam ser aplicadas diretamente no mundo do trabalho. Assim, os jovens estarão preparados para trilhar

trajetórias profissionais bem-sucedidas, desempenhando um papel fundamental no crescimento econômico, social e igualitário do país.

As novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (BRASIL, 2012) sinalizam para um caminho distinto do atual. Afirma-se que “o Ensino Médio é um direito social de cada pessoa, e dever do Estado na sua oferta pública e gratuita a todos” (Art. 3º) e que “[...] em todas as suas formas de oferta e organização, baseia-se [...] (Art. 5º)” na “Formação integral do estudante” (Art. 5º, Inciso I). O grande desafio, então, é avançar na direção de garanti-lo como direito igualitário de todos de forma pública, gratuita, laica e com qualidade socialmente referenciada, sob a responsabilidade do estado, o que inclui o seu financiamento, conforme anunciam as novas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Nessa perspectiva, defende-se a constituição de um Sistema Nacional de Educação que efetive a integração dos diferentes níveis e modalidades da educação escolar e a articulação entre as políticas educacionais, políticas públicas relativas às demais dimensões da vida social como saúde, economia, trabalho, cultura, ciência, tecnologia e meio ambiente, nos planos nacional, regional e local, viabilizando o regime de colaboração entre as instâncias federal, estadual e municipal, evitando a sobreposição de programas e o desperdício de recursos públicos (MEC - Secretaria de Educação Básica, 2013).

Com tudo isso, surgem muitos questionamentos quanto ao projeto educacional a ser construído nas comunidades rurais diante das transformações que ocorrem nesses espaços. Nesse contexto, torna-se necessário repensar as práticas educativas hoje aplicadas ao estudante da escola do campo, buscando concepções políticas e pedagógicas para a composição do currículo escolar, permitindo produzir ações e práticas contextualizadas e comprometidas com o desenvolvimento do campo.

Conforme Caldart:

Educação do Campo não cabe em uma escola, mas, a luta pela escola tem sido um de seus traços principais: porque a negação do direito à escola é um exemplo emblemático do tipo de projeto de educação que se tenta impor aos sujeitos do campo; porque o tipo de escola que está ou nem está mais no campo tem sido um dos componentes do processo de dominação e de degradação das condições de vida dos camponeses (CALDART, 2004, p.12).

Mesmo o Brasil tendo sua origem predominantemente agrária, a preocupação com a Educação no Campo pode ser considerada recente, emergindo a partir de 1998, quando da primeira Conferência Nacional de Educação do Campo, concebida, especialmente, pelo Movimento dos Sem Terra (MST) e com o apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e com a participação da Confederação dos Trabalhadores em Agricultura (CONTAG). De acordo com Arroyo, Caldart e Molina (2004), a Educação do Campo surge para contrapor o modelo de educação rural que mal existiu até então, que colocava sempre o rural como apêndice do urbano ou como lugar de atraso e não sujeito dos processos.

Logo, emergem as discussões dispostas por Calazans, Castro e Silva (1981) e Griti (2003), dispondo que a educação rural no Brasil, mesmo com o grande número de programas e projetos apresentados, sempre representou uma parte pequena e marginal nas preocupações do setor público no que tange à educação do campo. O espaço rural é constituído pelas áreas não urbanas. São espaços não ocupados por cidades ou adensamentos populacionais<sup>4</sup>, que são áreas onde há uma grande quantidade de pessoas vivendo em um espaço limitado. A maior parte das atividades produtivas típicas desse espaço está relacionada com a agricultura, pecuária e extrativismo.

Para compreender melhor a amplitude conceitual que envolve o espaço rural, é preciso distinguir as expressões rural e agrária. Nem sempre as atividades realizadas no meio rural são agrárias. É cada vez mais comum a utilização do espaço rural para atividades turísticas, esportivas, áreas de preservação ambiental, spas, clínicas, centros de pesquisa, entre outros, que não estão vinculadas a atividades agrárias (RIBEIRO, 2012).

A distinção entre áreas rurais e urbanas, tanto em termos de atividades econômicas quanto de práticas cotidianas, está se tornando cada vez mais difusa. As práticas que costumavam ser exclusivas do campo estão se integrando às cidades, assim como práticas urbanas estão sendo adotadas no meio rural. É importante destacar que essa integração não é necessariamente positiva, já que pode ignorar as peculiaridades e singularidades das comunidades rurais, que correm o risco de serem desrespeitadas. As transformações no meio rural vão muito além

---

<sup>4</sup> Áreas onde há uma grande quantidade de pessoas vivendo em um espaço limitado. Isso geralmente ocorre em centros urbanos e regiões metropolitanas, onde a densidade demográfica é significativamente alta. Esses adensamentos podem resultar em questões relacionadas à infraestrutura, habitação, transporte e serviços públicos.

de apenas trazer benefícios econômicos. Elas também levantam preocupações sobre a saúde, o bem-estar das pessoas e os impactos ambientais, sociais e culturais. Assim, é essencial que a educação desempenhe um papel fundamental na promoção de uma compreensão crítica dessas mudanças e na preparação de agricultores familiares, pescadores, ribeirinhos e gestores públicos para enfrentar os desafios que surgem com elas.

## **2.2 A política pública do transporte**

A política de transporte escolar foi instituída no Brasil para garantir o acesso dos estudantes à escola, por meio de três programas do Ministério da Educação: o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNTE) e Caminho da Escola. O PNTE foi o primeiro programa, originado em 1993, e institucionalizado em 1994, com o objetivo de contribuir financeiramente para a compra de veículos destinados ao transporte diário dos alunos da rede pública de ensino fundamental residentes na área rural. O programa dependia da elaboração de Planos de Trabalho Anuais para a celebração de convênios entre o governo federal e estados e municípios. Os critérios de atendimento variaram ao longo dos anos e incluíam fatores como Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), número de alunos beneficiados, e investimento em educação. O PNTE, como política de assistência financeira voluntária, envolvia negociações que ultrapassavam questões específicas da política educacional e de suas prioridades (MOURA & CRUZ, 2014).

Os intervenientes político-partidários foram determinantes para a distribuição dos recursos do PNTE, privilegiando projetos apoiados por parlamentares e dirigentes locais. Com o aumento das políticas de assistência financeira automática, o PNTE foi direcionado exclusivamente para ONGs mantenedoras de escolas especiais, sendo extinto em 2007. O Programa Caminho da Escola, criado em 2007, concede linha de crédito para aquisição de veículos escolares. O PNATE, criado em 2004, oferece transporte escolar aos alunos do ensino fundamental público residentes em área rural, por meio de assistência financeira automática aos estados e municípios (BRASIL, 2008).

A Política Pública de transporte escolar garante direitos e a permanência dos alunos do campo na escola, tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas. A base legal para o transporte escolar é sólida, incluindo a Constituição Federal de 1988, a LDB e

a Lei 10.880/04 que institui o PNATE. A questão do transporte escolar não é a falta de legislação, mas a falta de prioridade política para a população carente que necessita desse serviço (BRASIL, 2012).

A Constituição Federal de 1988 assegura ao aluno da escola pública o direito ao transporte escolar, como forma de facilitar seu acesso à educação. A Lei nº 9.394/96, mais conhecida como LDB, (1996) também prevê o direito do aluno no uso do transporte escolar, mediante a obrigação de estados e municípios, conforme transcrição abaixo:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (Emenda Constitucional nº 59, de 2009).

Enquanto que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei Nº 9.394/96 (com acréscimo da Lei nº 10.709/2003) assegura em seu Art. 10 que:

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de: [...] VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31/7/2003). Art. 11. Os municípios incumbir-se-ão de: ... VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal (incluído pela Lei nº 10.709, de 31/7/2003). A Lei nº 10.709 foi instituída com o escopo de alterar a Lei nº 9.394/96, incluindo nos artigos 10 e 11 os incisos VII e VI para determinar competência aos estados e municípios em garantir o transporte para os alunos de suas respectivas redes de ensino. Vale destacar que o artigo 3º desta lei possui um dispositivo de suma importância para negociações entre os estados e municípios, de forma a prestar um atendimento de qualidade a todos os alunos que precisam do transporte para ter garantido o seu direito à educação. Art. 3º Cabe aos estados articular-se com os respectivos municípios, para prover o disposto nesta lei da forma que melhor atenda aos interesses dos alunos (BRASIL, 2012).

Outro instrumento legal que legitima a seguridade do transporte escolar é o Código de Trânsito Brasileiro, instituído pela Lei nº 9.503/97, que em seu artigo 21 afirma os seus objetivos com referência aos direitos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, elucidando que:

[...] Art. 21. Compete aos órgãos e entidades executivos rodoviários da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, no âmbito de sua circunscrição: I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de

suas atribuições; II - planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas; Art. 24. Compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos municípios, no âmbito de sua circunscrição: I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições; II - planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas. [...] (BRASIL, 2012).

Sobre a instituição do transporte escolar pelo PNATE, conforme estabelecido pelo MEC que passa ser desenvolvido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE), a partir de 2004, nos estados e municípios pela Lei nº 10.880/04 em seu artigo 2º afirma que:

Art. 2º. Fica instituído o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE, no âmbito do MEC, a ser executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, com o objetivo de oferecer transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, observadas as disposições desta Lei (redação dada pela Lei nº 11.947, de 2009).

O referido programa (PNATE/2004) consiste numa política de suplementação de recursos financeiros, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios, destinados a custear a oferta de transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, com o objetivo de garantir o acesso à educação. A Resolução do FNDE, nº 12/2011, em seu Art. 2º, certifica que:

[...] Art. 2º o PNATE – Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) foi instituído pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público residentes em área rural que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios. Com a publicação da Medida Provisória 455/2009, o programa foi ampliado para toda a educação básica, beneficiando também os estudantes da educação infantil e do ensino médio residentes em áreas rurais. [...] (BRASIL, 2012).

Nas escolas rurais assegurar as vagas não é o suficiente para os indivíduos terem acesso ao estudo, torna-se necessário possibilitar o transporte das crianças e adolescentes à escola, bem como, estradas em condições de trafegabilidade, pois

muitas vezes existe o transporte, mas a falta de infraestruturas nas mesmas impossibilita o trânsito dos veículos e em consequência impede a chegada dos estudantes até as instituições. Para os estudantes da área rural, o transporte é essencial para acessar a escola, pois enfrentam desafios como distância, falta de transporte e estradas precárias. Em regiões afastadas, a infraestrutura limitada das estradas e dos veículos torna essa tarefa ainda mais difícil, especialmente para alunos com menos recursos financeiros, aumentando a dependência do transporte escolar (EGAMI, 2008).

O município de Canguçu enfrenta o desafio do acesso dos alunos do campo à escolas devido à extensa área territorial e às estradas de chão batido, totalizando mais de 8 mil quilômetros. A política pública de transporte escolar é essencial para garantir o acesso dos alunos, desde que o mesmo seja ofertado com qualidade para que os estudantes não permaneçam mais tempo no transporte do que na escola especialmente na Escola Estadual de Ensino Médio João Simões Lopes Neto, onde 98% dos alunos e 100% dos professores dependem desse transporte. Durante a pesquisa estes salientaram as dificuldades enfrentadas no transporte.

Destaco as respostas de A23 e A38:

Sair muito cedo de casa e volta e tarde(A23).

As estradas percorridas por ser longas e de más condições, mas sem dúvida que o mais cansativo era acordar 5:30 da manhã para trabalhar depois ir estudar e chegar 23:30 em casa toda semana(A38).

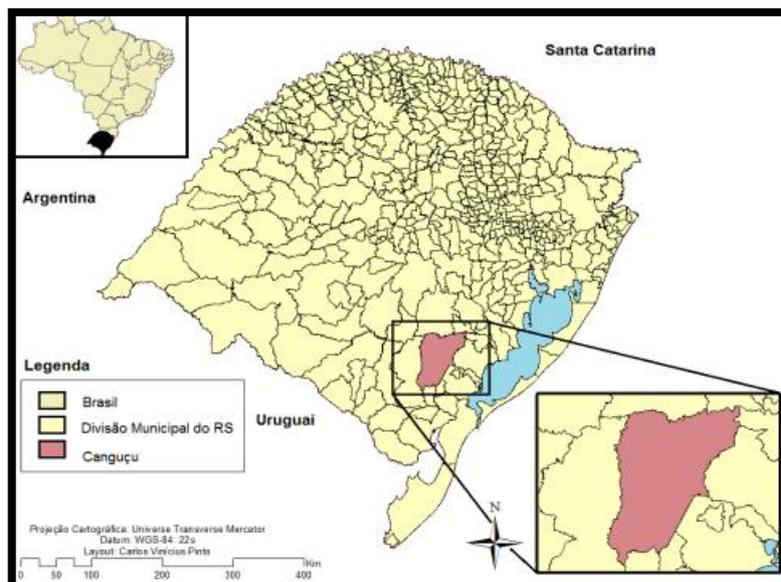
A partir das respostas percebe-se bem a dificuldade enfrentada pelos estudantes, pois alguns permanecem mais tempo se deslocando do que na escola. A escola possui 100 alunos matriculados no Ensino Médio em 2022, e o transporte abrange seis linhas, percorrendo cerca de 400 quilômetros diários. Neste contexto essa política pública se faz necessária, pois sem o transporte escolar, seria difícil manter a escola em funcionamento, privando a maioria dos estudantes do acesso ao Ensino Médio.

### **3 O CHÃO DA PESQUISA**

#### **3.1 Canguçu/RS**

O município de Canguçu, emancipado em 27 de junho de 1857, fica localizado na região Sul do RS, em meio a Serra do Sudeste, a uma latitude 31°23'42" sul e a uma longitude 52°40'32" oeste, com altitude de 420 metros do nível do mar. Na sede, o clima predominante é subtropical e semiúmido. Distante cerca de 300 km de Porto Alegre, o município se limita ao norte com o município de Encruzilhada do Sul, Amaral Ferrador e Cristal, ao sul com Certo, ao Leste com Morro Redondo, Pelotas e São Lourenço do Sul e a oeste com Piratini, conforme mapa de localização abaixo.

Figura 1: Mapa de localização do município de Canguçu/RS



Fonte: Elaborado por Carlos Vinícius Pinto, 2019.

A denominação de Canguçu deriva da palavra indígena *Caguaçu*, significando mata grande ou mato grosso, de igual forma já foi denominada primitivamente a região onde se situa a célebre Avenida Paulista em São Paulo, bem como, outros locais, segundo se conclui ou lê-se em descrições mais antigas. *Caguaçu* era uma alusão à milenar mata grande que encobriu primitivamente a encosta da Serra dos Tapes voltada para a Lagoa dos Patos, e que daria o nome à ilha de Canguçu, mais tarde chamada de ilha da Feitoria como parte da estância Feitoria. Apesar disso, muitas fontes regionais apontam para a origem do nome do município, como a derivação da palavra indígena *canguçu*, nome dado pelos índios a uma pequena onça que habitava essa região (BENTO, 1983).

Os primitivos habitantes de Canguçu foram os povos originários Tapes, Tapuias granizados, subordinados aos guaranis, dando seu nome à região onde Canguçu se assenta. Vestígios, como cemitérios indígenas, pontas de lança de pedra branca, potes de barro, boleadeiras, assim como presença de traços físicos em alguns habitantes, das localidades de Posto Branco, Canguçu Velho, Costa do Arroio Grande, Herval e Rincão dos Maias, demonstram a presença indígena nessas terras.

O povoamento da hegemonia imperialista branca da região onde hoje está a sede do município deu-se por volta do século XVIII, quando o território passou a ser

ocupado por diferentes grupos de pessoas, através da concessão de sesmarias<sup>5</sup>. Essa distribuição de terras para militares era uma prática peculiar em nosso país, criando uma rede de obrigações mútuas que envolviam serviço ao rei, pedidos de favores em troca de uma rota militar quanto agropastoril escravista.

As diretrizes e a política econômica da Coroa tiveram diversos outros impactos significativos. A partir de 1747, ocorreram as primeiras expedições de inúmeros casais açorianos que adentraram essas terras com o objetivo de estabelecer uma nova vida. Essas iniciativas foram em primeiro momento voltadas para o povoamento da região costeira que compreendia desde a ilha de Santa Catarina até o Arroio Chuí e o forte São Miguel. Nos anos seguintes, a região se tornou a base dos guerrilheiros de Rafael Pinto Bandeira e dos Dragões do Rio Pardo, enquanto lutavam contra os espanhóis que haviam dominado a Vila de Rio Grande e a margem Leste do Canal São Gonçalo (1763-1776).

Além disso, Bento (1983) menciona que a Real Feitoria do Linho Cânhamo, que ocupava uma área de 17.000 hectares no Canguçu-Velho, estava em pleno funcionamento entre 1783 e 1788, utilizando mão de obra escrava para produzir linho, feijão, milho, estopa para os escravizados entre outros produtos.

A Real Feitoria era movida pelo trabalho de 44 escravos provenientes da Real Fazenda de Santa Cruz (Rio de Janeiro), em sua grande maioria casais que registravam regularmente seus/suas filhos(as). A estes teriam sido acrescentados 11 escravos e 27 escravas confiscadas de um contrabando, dos(as) quais são citados os nomes, em sua grande maioria acompanhados de segundos nomes indicadores de origem africana (Angola, Benguela, Congo, etc.) (BENTO, 1983, p. 27-28).

A Serra dos Tapes, localiza-se ao sul do Estado do Rio Grande do Sul e compreende parte dos municípios de Pelotas, Canguçu, Arroio do Padre e São Lourenço do Sul, proporcionam um cenário único para refletir sobre a resistência da população escravizada. Por sua proximidade com Pelotas e a cidade ser uma das maiores na produção do charque, muitos escravizados fugiam por rios e arroios dando origem aos primeiros grupos de quilombolas, alguns deles itinerantes, pois estavam em fuga e para se manter estabeleciam relações com sitiante e produziam

---

<sup>5</sup> A denominação sesmaria teria vindo do antigo costume português de dividir as terras em seis partes. Sesmarias eram as datas de terras que, não exploradas por seus senhores diretos, eram redistribuídas. (Rodrigues, 1970, p. 76).

em pequenas lavouras. Dessa maneira iam resistindo em um ambiente adverso e desigual (SALAMONI & WASKIEVICZ, 2013).

A Serra dos Tapes sofreu uma transformação radical após a chegada dos colonizadores europeus não portugueses (pomeranos, italianos, alemães, franceses, japoneses). A adaptação a um ambiente desconhecido e desafiador obrigou os colonos a reestruturarem suas rotinas e modos de vida.

A colonização pomerana deixou características únicas no território, que até hoje refletem a organização social, cultural e econômica dos imigrantes e seus descendentes. A forma como utilizaram a terra, os modelos de produção adotados e o estilo de vida que desenvolveram demonstram a habilidade e determinação desses pioneiros. A forte conexão com a terra e a valorização do trabalho manual, a presença da religiosidade e as festividades se destacam como traços marcantes da cultura pomerana, que se mantiveram vivos ao longo dos anos. Essas características da colonização pomerana contribuíram significativamente para a formação e desenvolvimento da região, deixando um legado duradouro.

Segundo Pitano e Romig (2018, p. 115):

A partir do núcleo inicial, situado próximo a Boqueirão, em São Lourenço do Sul, descendentes de alemães e pomeranos que migraram para o Brasil espalharam-se pelo sul do Rio Grande do Sul. Ocuparam o interior do município de Canguçu e parte da zona serrana do município de Pelotas, instalando a economia colonial, baseada nos minifúndios policultores, numa ampla fatia da encosta do Planalto Sul Rio-grandense.

Inicialmente, estes imigrantes que se estabeleceram em Canguçu se dedicaram à pecuária extensiva, e mais tarde passaram a produzir agricultura de subsistência, como trigo, milho, batata, feijão, verdura, além de produzir alimentos provindos da criação de animais (PRIBE, 2018). Destaca-se a relevância da cultura do tabaco junto as famílias, pois é amplamente cultivada em pequenas propriedades e contribui significativamente na arrecadação do município, sendo uma característica da agricultura familiar.

A produção em larga escala do tabaco levou à degradação do solo, esgotamento dos recursos hídricos e contaminação do meio ambiente devido ao uso excessivo de agrotóxicos. Além disso, a dependência econômica do tabaco tornou os agricultores vulneráveis às oscilações de preços no mercado internacional. A

monocultura do tabaco limitou a diversificação das atividades agrícolas na região, impedindo o desenvolvimento de uma agricultura mais sustentável e diversificada.

A concentração de terras produtivas para o cultivo do tabaco também contribuiu para a marginalização de pequenos produtores e a redução da diversidade agrícola na região. Diante desses desafios, é fundamental repensar o modelo de agricultura baseado na monocultura do tabaco e promover a diversificação das atividades agrícolas, incentivando a produção de alimentos orgânicos, a agroecologia e a preservação ambiental. É preciso também investir em políticas públicas que apoiem a transição para uma agricultura mais sustentável, que promova a diversificação das atividades e garanta uma renda justa aos agricultores.

Na economia urbana do município, destaca-se o comércio de bens e serviços. O setor industrial é reduzido, predominando a transformação de produtos primários, limitando-se a pequenas indústrias de conservas, fumo, botas, canos, serralherias, carpintarias, moinhos coloniais, fábrica de tijolos, extração de pedras para construção, pavimentação e moirões. Possui microindústria na área do vestuário, panificação, alimentação (caseira)

. O Município conta com a Feira Agroecológica da ARPA-SUL, criada para atender produtores rurais e pessoas preocupadas com alimentos naturais e sem agrotóxicos. A feira oferece um espaço para a comercialização dos produtos agrícolas ecológicos da região sul.

### **3.1.1 O Rural de Canguçu**

A zona rural do município que era habitada por povos originários passa a ser ocupada pelos colonizadores a partir de meados de 1850, sendo algumas regiões permanecendo longe do contato humano até a década de 1920.

Município de vasta extensão territorial, está dividido em 5 distritos e 120 localidades, conforme mapa abaixo com aproximadamente 8.000 km de estradas vicinais e 250 km de estradas intermunicipais, sendo as estradas vicinais e grande parte das intermunicipais de chão batido. Em uma paisagem montanhosa, se distribuem cerca de 12.500 propriedades familiares com 17.000 famílias, sendo considerado o maior minifúndio da América Latina, com tamanho médio de propriedades de 14,2 ha.



A aldeia indígena Tekoá Guajuvy Poty (Flor de Guajuvira) abriga uma grande herança cultural dos povos guaranis, composta por duas famílias (22 membros entre crianças e adultos) localizadas no Pantanoso, 2º distrito, em uma área de terra adquirida pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), é realizado o assentamento dessas famílias indígenas, famílias vindas do município de Barra do Ribeiro, onde foram desalojadas em decorrência da duplicação da BR 116. A área conta com 129 hectares protegidas pela FUNAI, Fundação Nacional do Índio. Com reverência e compromisso com a sustentabilidade, os habitantes aproveitam os recursos da natureza, e dominam o cultivo de culturas essenciais, como o milho, a batata-doce e a mandioca, que se tornam o fulcro de sua subsistência. Além disso, também utilizam a caça e a pesca, para obter alimentos, honrando assim a tradição ancestral de se alimentar diretamente da natureza. Também há quinze comunidades quilombolas, no município ao longo de seu território.

Conforme o art. 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Uma pesquisa histórica revela a presença de antigos quilombos na Serra dos Tapes, provenientes do movimento de resistência dos escravos das charqueadas pelotenses. Destaca-se o quilombo itinerante liderado por Manuel Padeiro, composto por escravos fugidos. Nomes como Alexandre Moçambique, Francisco Moçambique e Benedito Moçambique evidenciam a origem das comunidades atuais no município de Canguçu. A região da Dorsal do Canguçu, parte do relevo serrano e coxilhão, abrigou quilombolas. Canguçu tem 15 (quinze) comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares, espalhadas pelos 5 (cinco) distritos. As primeiras certificadas foram Favila, no 1º distrito, e Moçambique, no 3º distrito, ambas ligadas à fuga das charqueadas.

Estas comunidades estão distribuídas conforme tabela abaixo:

Tabela 3 - Comunidades Quilombolas Certificadas pela Fundação Cultural Palmares em Canguçu

Comunidade	Localidade	Localização geográfica	Nº de famílias
Comunidade Remanescente de Quilombos Manuel do Rego	Solidez	1º Distrito	24

Comunidade Remanescente de Quilombos Maçambique	Rincão do Progresso	3º Distrito	74
Comunidade Remanescente de Quilombos Cerro das Velhas	Armada	5º Distrito	51
Comunidade Remanescente de Quilombos Armada	Armada	5º Distrito	68
Comunidade Remanescente de Quilombos Estância da Figueira	Estância da Figueira	2º Distrito	11
Comunidade Remanescente de Quilombos Iguatemi	Iguatemi	2º Distrito	17
Comunidade Remanescente de Quilombos Potreiro Grande	Potreiro Grande	2º Distrito	32
Comunidade Remanescente de Quilombos Cerro da Boneca	Coxilha dos Cunhas	1º Distrito	42
Comunidade Remanescente de Quilombos Passo do Lourenço e Arredores	Passo do Lourenço	4º Distrito	44
Comunidade Remanescente de Quilombos da Favila	Favila	1º Distrito	34
Comunidade Remanescente de Quilombos Cerro da Vigília	Alto da Boa Vista	3º Distrito	77
Comunidade Remanescente de Quilombos Faxinal	Faxinal	3º Distrito	24
Comunidade Remanescente de Quilombos Bisa Vicenta	Coxilha dos Campos	1º Distrito	19
Comunidade Remanescente de Quilombos Filhos dos Quilombos	Estrada da Pedreira,	1º Distrito	14
Comunidade Remanescente de Quilombos Boqueirão	Boqueirão	3º Distrito	18

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Juventude e Mulheres Coordenadoria de Etnias/plano municipal de Educação, Canguçu, junho de 2015.

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), há em torno de 18.000 (dezoito mil) inscrições ativas de Talão de Produtor Rural no município de Canguçu, ou seja, cada inscrição representa uma família ou um indivíduo. O Talão de Produtor Rural é o documento fiscal onde são registradas as operações de comercialização e circulação de produtos e serviços entre um produtor e seu comprador, no qual consta o nome dos titulares e participantes daquele estabelecimento rural. Bem como, 411 (quatrocentos e onze) famílias assentadas, distribuídas em 16 (dezesesseis) Assentamentos de Reforma Agrária,<sup>6</sup> conforme tabela abaixo.

Tabela 4 – Assentamentos de Reforma Agrária

Assentamento	Distância aproximada da sede do Município	Número de Famílias
PA ARROIO DAS PEDRAS	70 Km	48 Famílias

<sup>6</sup> Que são um conjunto de unidades agrícolas, instaladas pelo Incra em um imóvel rural, chamadas de parcelas ou lotes, é destinada a uma família de agricultor ou trabalhador rural sem condições econômicas de adquirir um imóvel rural.

PA DA COSTAMÃE TERRA	80 Km	12 Famílias
PA GUAJUVIRAS_NOVO AMANHECER	80 Km	18 Famílias
PA PALMEIRA PERSEVERANTES NA LUTA	60 Km	20 Famílias
PA PITANGUEIRAS SEM FRONTEIRAS	75 Km	23 Famílias
PA QUIKUIO_BOM JESUS	80 Km	12 Famílias
PA SALSO	50 Km	20 Famílias
PA UNIÃO	65 Km	73 Famílias
PE BOA FÉ	30 Km	04 Famílias
PE COLÔNIA SÃO PEDRO	85 Km	07 Famílias
PE DOZE DE JULHO	65 Km	21 Famílias
PE HERDEIROS DA LUTA	40 Km	43 Famílias
PE NOVA CONQUISTA	45 Km	14 Famílias
PE NOVA ESPERANÇA	70 Km	09 Famílias
PE NOVA SOCIEDADE II	40 Km	08 Famílias

Fonte: EMATER - Canguçu/RS

Essa presença massiva de pequenas propriedades rurais expressa a predominância da agricultura familiar em Canguçu, já que propriedades com extensões territoriais tão pequenas dificilmente conseguem serem incorporadas pela agricultura convencional.

Conforme destaca Lamarche:

O sistema de produção familiar introduzido no Brasil é caracterizado pelo predomínio das pequenas e médias propriedades com emprego intensivo da mão-de-obra do próprio agrupamento familiar. A exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família (LAMARCHE, 1993, p. 23).

Canguçu ocupa um lugar de destaque na produção agrícola do Rio Grande do Sul. Devido ao grande número de propriedades da agricultura familiar, a produção diversificada de alimentos ainda ocupa uma parcela significativa das áreas produtivas do município. As culturas de destaque na economia do município são: tabaco, soja, feijão, milho, pêssigo e pecuária de corte e leiteira. Na pecuária de corte, destacam-se os grandes rebanhos de bovinos e ovinos. Cerca de 80% das propriedades se utilizam da mão de obra familiar para a exploração agrícola no município.

### 3.2 A Educação básica em Canguçu

As primeiras escolas municipais de Canguçu são datadas de 1932, quando iniciaram a desempenhar suas funções, mas, somente no ano de 1977, foram oficializadas. Em 1980 existiam 193 escolas na rede municipal de ensino, sendo que muitas destas escolas atendiam a um número reduzido de alunos, pois não havia transporte escolar, e a escola atendia uma abrangência pequena, atendendo a alunos apenas da comunidade na qual estavam inseridos, e eram multisseriadas<sup>7</sup>.

Em 1998, amparado pela Lei Federal nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) foi criado o sistema municipal de ensino. Com isso, a Secretaria Municipal de Educação passou a exercer as atribuições de órgão gestor, cabendo ao Conselho Municipal de Educação (CME) a função de órgão normativo e fiscalizador.

A Educação organiza-se em Níveis de Educação Básica e Educação Superior, nas Etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. As seis modalidades previstas na legislação vigente são atendidas em Canguçu: educação profissional, educação do campo, educação especial, educação de jovens e adultos, educação indígena e educação à distância. Os dados referentes à Educação básica no município revelam a presença de 31 escolas municipais, sendo 05 Escolas Municipais de Educação Infantil, 16 escolas estaduais e 4 escolas da rede particular. As escolas do município, em tese, apresentam uma boa estrutura física, algumas carecendo de ampliação e de projetos de acessibilidade.

A redução do número de escolas multisseriadas que são escolas organizadas para atender aos seus alunos com idades e níveis de aprendizagens próximos por normalmente 1º e 2º anos e 3º, 4º e 5º anos, cuja responsabilidade por tudo, na escola (aula, merenda, limpeza, e serviços administrativos), era do professor ou de, no máximo, de dois, dependendo do número de alunos.

No lugar destas escolas multisseriadas foram emergindo às escolas organizadas por componentes curriculares, chamadas de escolas "polo"<sup>8</sup> ou seja,

---

<sup>7</sup> Usamos o termo multisseriada a partir do seguinte conceito: multi = vários; seriado = série – pode ser caracterizado por um conjunto de série dentro de uma única sala de aula. Araújo (2012, apud PINHEIRO, 2009).

<sup>8</sup> Escolas que passam a concentrar um número maior de alunos, com a divisão por turno, e disciplinas, com maior número de professores e que atendem desde a educação infantil até os últimos anos do ensino fundamental, que foram alocadas de acordo com a localização geográfica determinada pelo poder municipal.

escolas maiores e mais centrais que atendem desde a Educação Infantil até os anos finais do Ensino Fundamental, estas mudanças ou essa tomada de decisão por parte do poder público mais uma vez deixou de lado os anseios ou as reais necessidades das comunidades onde as mesmas encontravam-se inseridas, pois a escola ali era parte daquele meio e contava a história daquela comunidade, ou seja, era referência.

Os poderes públicos municipais negligenciaram as peculiaridades dos habitantes rurais ao definir suas ações. Eles impuseram determinações e decisões às comunidades rurais sem permitir uma discussão ou reflexão sobre os possíveis impactos do fechamento das escolas e a construção de outras. Isso mostra que não foram levados em consideração os aspectos sociais, políticos e econômicos relacionados à implementação dessa política municipal.

Apesar das escolas se adaptarem às exigências do Ministério da Educação (criação de uma biblioteca e de um laboratório por meio de investimento federal), questões referentes ao custo do transporte (incentivadas pelo MEC, no qual ofertava ônibus em caso de adesão), condições das vias de acesso, desenraizamento cultural e afastamento das crianças de suas comunidades, e a opinião das comunidades locais nas decisões da nucleação foram excluídas do planejamento, ficando restrito aos povos do campo apenas diálogos para definir a localização da instituição, que mesmo assim a escolha acabava sendo realizada pelo poder municipal (VALENTINI, 2014).

Cabe salientar que no município de Canguçu essa política se configurou a partir de 1992 onde se deu o fechamento de muitas escolas multisseriadas e a ampliação de outras, as polos ou centrais, bem como, o início do uso do transporte escolar que inicialmente era ofertado no sistema de parceria onde o poder público municipal disponibilizava o veículo, combustível e a manutenção em contra partida os pais pagavam o motorista desse transporte. Esse é mais um agravante das escolas polos, pois muitas famílias não têm condições de efetuar este pagamento e acabam tirando os filhos da escola.

Conforme trabalho de dissertação de mestrado intitulado *Análise dos impactos das condições do transporte escolar rural no rendimento escolar dos*

*alunos (2010)*, o fornecimento do Transporte Escolar Rural TER<sup>9</sup> proporcionou um aumento do número de crianças nas redes educacionais do campo, pois o veículo escolar permitiu o deslocamento de alunos a distâncias impossíveis de serem feitas a pé (MARTINS, 2010 *apud* VALENTINI, 2014).

Acredito que embora o fornecimento do TER tenha de fato aumentado o acesso das crianças às redes educacionais do campo, é importante considerar os aspectos negativos associados a essa modalidade de transporte. Um contraponto relevante é que, para muitos alunos, o tempo gasto no transporte escolar passou a representar uma jornada adicional em suas vidas escolares. Muitas crianças passam mais horas diárias dentro do ônibus escolar do que nas salas de aula, o que pode ter diversas implicações negativas. Primeiro, o longo tempo de deslocamento pode resultar em fadiga, comprometendo a capacidade dos alunos de concentração e participação ativa nas atividades escolares.

Esse tempo excessivo no transporte reduz o período disponível para outras atividades fundamentais para o desenvolvimento infantil, como o tempo de estudo em casa, o lazer, a convivência familiar e o descanso. Além disso, o desgaste físico e emocional causado pelas longas viagens pode afetar a saúde e o bem-estar dos estudantes. Viagens prolongadas em estradas rurais, que muitas vezes estão em condições precárias, podem ser desconfortáveis e estressantes, impactando negativamente a disposição e o estado emocional das crianças. Portanto, embora o TER tenha ampliado o acesso à educação, é importante considerar e mitigar os efeitos adversos que o tempo excessivo de transporte pode causar. Políticas e estratégias que visem a reduzir o tempo de viagem e melhorar as condições do transporte são essenciais para garantir que os benefícios do acesso à educação não sejam comprometidos pelo ônus adicional da longa jornada escolar.

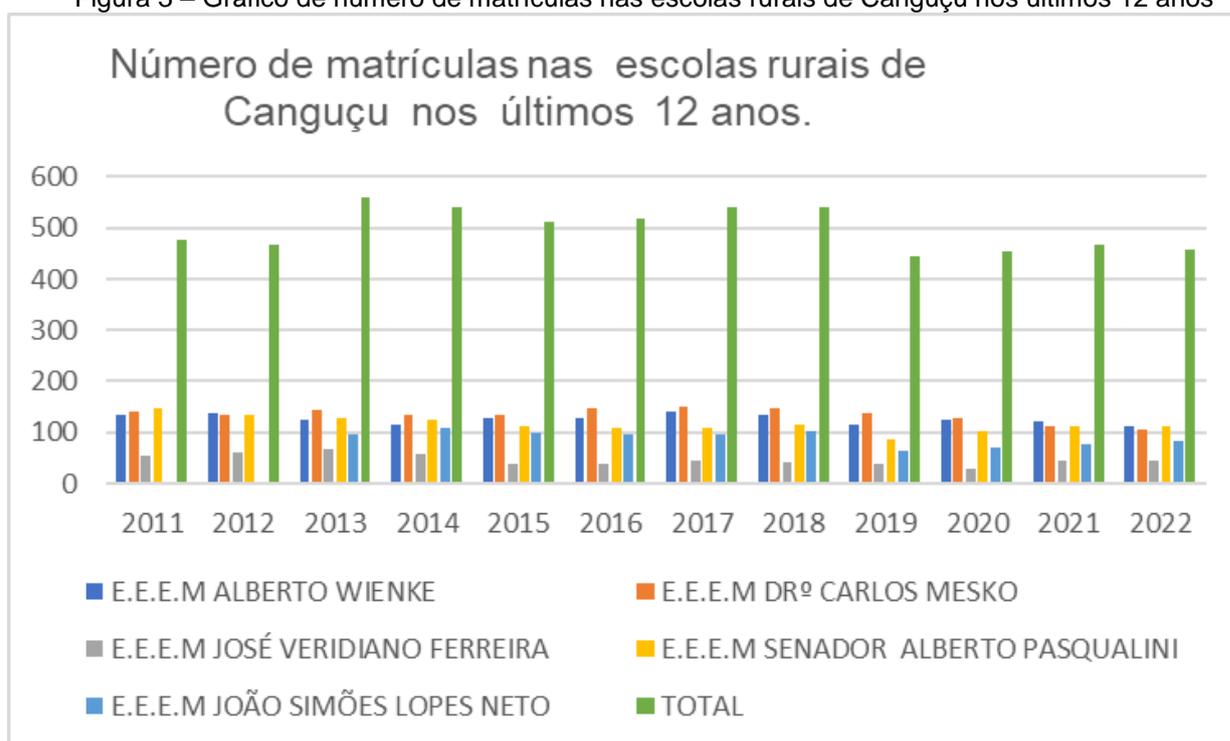
---

<sup>9</sup> O governo federal, por meio do FNDE, mantém dois programas destinados ao transporte escolar: o Pnate e o Caminho da Escola. O primeiro consiste em recursos pagos aos estados e municípios para que custeiem despesas diversas, como consertos mecânicos, compra de combustível ou terceirização do serviço de transporte escolar. A transferência de recursos é realizada de forma automática a partir da informação, no Censo Escolar, da existência de alunos da zona rural que utilizem transporte escolar. Já o Caminho da Escola foi criado em 2007 com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares. Estados e municípios podem adquirir ônibus, embarcações e mesmo bicicletas com recursos próprios, via convênio firmado com o FNDE ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Também é voltado, prioritariamente, para o transporte escolar em áreas rurais. Disponível em: <http://revistaescolapublica.uol.com.br/textos/33/a-encruzilhada-do-transporte-290787-1.asp>

### 3.2.1 O Ensino Médio em Canguçu

Segundo a SEDUC (2022), Canguçu tem oito escolas de Ensino Médio, cinco delas em áreas rurais. Contudo, a maioria dessas escolas reproduz o modelo de educação urbana, mesmo atendendo alunos de agricultura familiar e diversas etnias, incluindo pomerana, italiana, espanhola, portuguesa, indígena e africana, além de alunos de movimentos sociais, como Assentamentos da Reforma Agrária e comunidades Quilombolas. Apesar da diversidade, muitos alunos estão deixando a escola e aqueles que concluem o Ensino médio frequentemente optam por deixar o campo em busca de oportunidades para uma vida mais próspera, conforme se observa no gráfico abaixo.

Figura 3 – Gráfico de número de matrículas nas escolas rurais de Canguçu nos últimos 12 anos



No dia a dia da sala de aula, nas escolas de Ensino Médio do campo no município, não se percebe uma prática pedagógica que leve em conta as especificidades e riquezas trazidas por estes sujeitos pertencentes ao campo, evidenciando os desafios a se enfrentar para estabelecer conexões entre os sujeitos, seus saberes e os conhecimentos a serem problematizados e aprendidos. Segundo Gritti (2003, p. 133), “o currículo reflete valores dominantes na sociedade.

É a partir desses valores e dos interesses dominantes que o currículo é instituído e organizado”.

Assim, percebo que este currículo chega até as escolas de forma engessada e pronta, com ampla inclinação à educação urbana que responde ao modelo de desenvolvimento hegemônico que vai sendo aplicado de forma geral, tanto para alunos das áreas urbanas quanto para os alunos do campo. Dessa forma, os estabelecimentos de ensino e o próprio ensino restringe-se a cumprir as demandas das mantenedoras, ou seja, das Secretarias de Educação, ao invés de integrar o aluno no contexto do campo. Se o currículo estiver muito distante da realidade, isso contribui para que os sujeitos passem a não se identificar com o espaço onde estão inseridos.

Ainda na visão de Gritti:

O homem rural não vê valor e dignidade no trabalho que realiza, porém tem interesse pela vida das plantas e animais; logo, cabe à escola manter tal interesse e continuar desenvolvendo-o. A escola impõe ao trabalhador rural uma concepção negativa de si próprio; ele nunca é o centro das atenções, antes, prioritariamente, é a vida das plantas e dos animais. Pressupõe que o conhecimento próprio do agricultor não serve para conservar e melhorar sua vida e o espaço no qual vive. (GRITTI, 2003, p.147)

Nesse sentido, saliento, também, que a educação do campo precisa ser direcionada para os alunos do campo, levando em conta todos os avanços tecnológicos vividos nos últimos tempos, como o acesso à internet, ao lazer e à cultura. Segundo Arroyo (2013), este currículo “pode e deve ser pensado e utilizado como um território de diálogo de sujeitos inseridos em processos históricos de produção do conhecimento que se repetem nas vivências dos próprios educandos e educadores e de suas comunidades de origem” (ARROYO, 2013, p. 287).

A escola é centrada em uma metodologia mais tradicional, ou seja, a matriz curricular vigente (2020/21) em que a ênfase está em conteúdos expressos em livros didáticos e menos na análise, problematização e entendimento desses mesmos conteúdos em relação com os saberes e conhecimentos mais locais, do campo e do meio no qual esses jovens estão inseridos.

Outra dificuldade encontrada, é a logística e infraestrutura de acesso aos educandários, pois, se há oferta de transporte escolar disponível a todos esses jovens, as longas distâncias percorridas por eles para acessar a escola é uma realidade presente. Há um gasto enorme de energia nas viagens diárias por

estradas de terra, que, muitas vezes, encontram-se em condições precárias. Ressalto ainda que há os períodos chuvosos, quando essa situação se agrava.

A escola centra-se em uma metodologia mais tradicional, ou seja, a matriz curricular vigente (2020/21) em que a ênfase está em conteúdos expressos em livros didáticos e menos na análise, problematização e entendimento desses mesmos conteúdos em relação com os saberes e conhecimentos mais locais, do campo e do meio no qual esses jovens estão inseridos.

Outra dificuldade encontrada, é a logística e infraestrutura de acesso aos educandários, pois, se há oferta de transporte escolar disponível a todos esses jovens, as longas distâncias percorridas por eles para acessar a escola é real. Há um gasto enorme de energia nas viagens diárias por estradas de terra, que, muitas vezes, encontram-se em condições precárias. Ressalta-se que ainda há os períodos chuvosos, quando essa situação se agrava.

Especificamente na Escola Estadual de Ensino Médio João Simões Lopes Neto, 98 % (noventa e oito por cento) dos alunos dependem do Transporte Escolar para se deslocarem diariamente à Escola, bem como 100% (cem por cento) do grupo docente. A escola possuía em 2022 (dois mil e vinte e dois), 100 (cem) alunos matriculados nos três anos do Ensino Médio. O Transporte Escolar deste educandário abrange um total de 6 (seis) linhas, percorrendo, aproximadamente, 400 (quatrocentos) quilômetros diários.

### 3.2.2 Escolas de Ensino Médio na Zona Rural de Canguçu

Em 2022, havia 456 alunos matriculados nas escolas estaduais de Ensino Médio na zona rural de Canguçu, de acordo com a 5ª Coordenadoria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, conforme ilustra a tabela abaixo.

Tabela 5 – Número de alunos matriculados nas escolas de Canguçu em 2022

ESCOLA	TOTAL
Esc. Est. Ens. Méd. João Simões Lopes Neto	82 Alunos
Esc. Est. Ens. Méd. José Verdiano Ferreira	45 Alunos
Esc. Est. Ens. Méd. Alberto Wink	111 Alunos

Continuação do gráfico

ESCOLA	TOTAL
--------	-------

Esc. Est. Ens. Méd. Drº Carlos Mesmo	105 Alunos
Esc. Est. Ens. Méd. Senador Alberto Pasqualini	113 Alunos
<b>TOTAL</b>	<b>456 alunos</b>

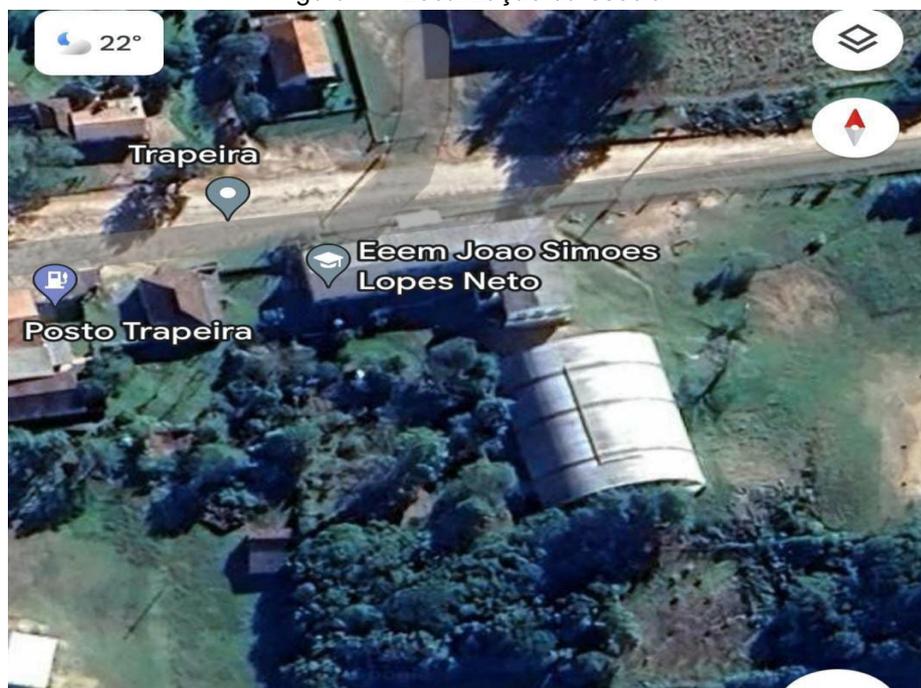
Fonte: 5ª Coordenadoria de educação (2022)

### 3.3 A Escola Estadual de Ensino Médio João Simões Lopes Neto

#### 3.3.1 Localização e História da Escola

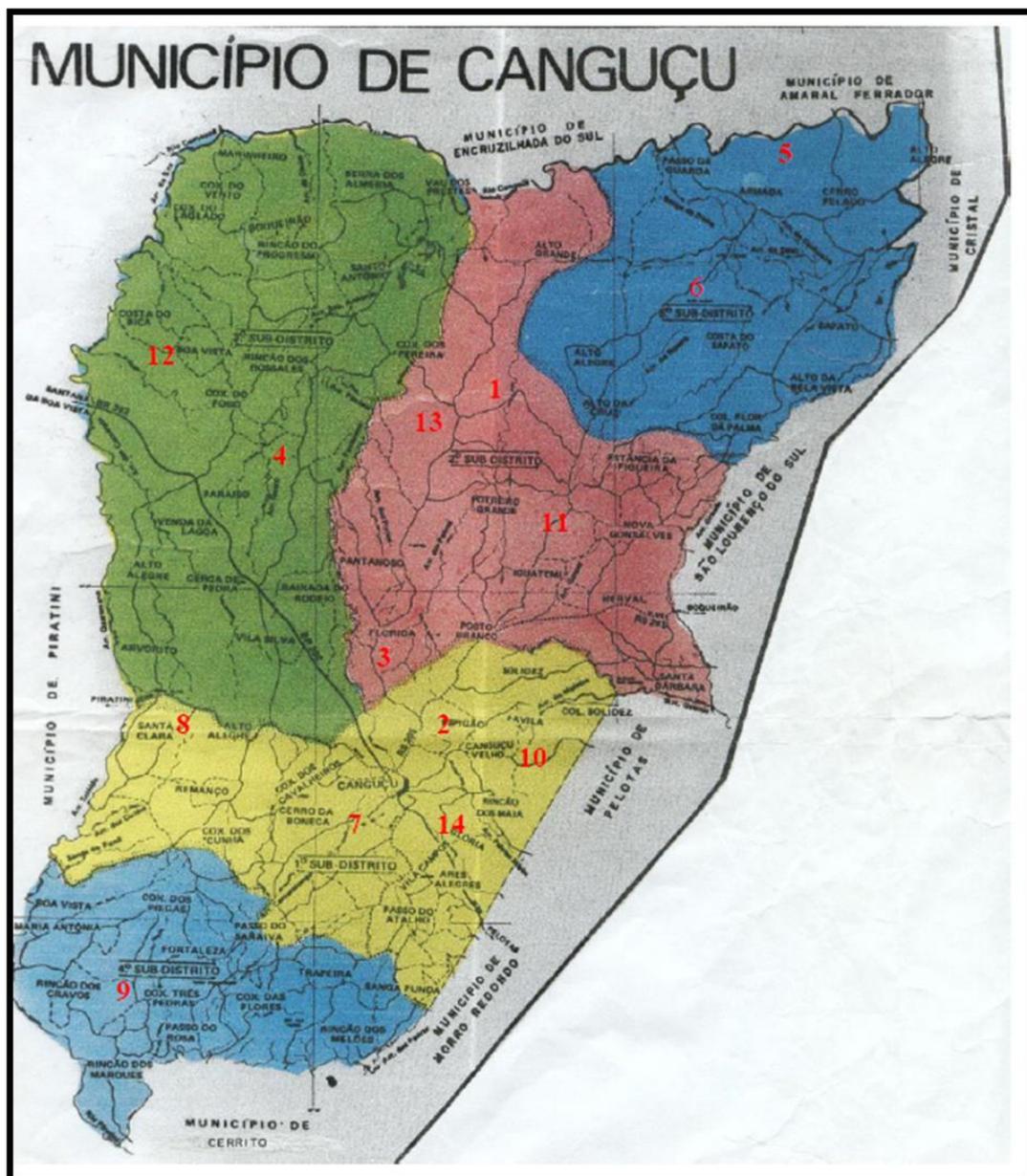
A Escola Estadual de Ensino Médio João Simões Lopes Neto é uma instituição de ensino que tem como objetivo ampliar o acesso à educação de qualidade em regiões do campo. Localizada na Trapeira, uma localidade do 4º distrito de Canguçu-RS, a escola oferece uma organização curricular por áreas do conhecimento, a mesma funciona em um prédio cedido pelo município na Escola Municipal de Ensino Fundamental Marechal Floriano, conforme as figuras abaixo, as mesmas representam a localização da escola no mapa do município.

Figura 4 – Localização da escola



Fonte: Google imagens

Figura 5: Divisão Distrital e por localidades do Município de Canguçu



- |                       |                        |                            |
|-----------------------|------------------------|----------------------------|
| 01- Posto Branco      | 02- Vila Campos        | 03- Vila Lacerda           |
| 04- Vila Silva        | 05- Vila Flor da Palma | 06- Nova Gonçalves         |
| 07- Trapeira = escola | 08- Coxilha dos Piegas | 09- Vila Marques           |
| 10- Glória            | 11 -Solidez            | 12- Alto Alegre e Harmonia |
| 13- Florida           | 14- Sanga Funda        |                            |

Desde o seu surgimento em 2013, a equipe gestora juntamente com o corpo docente tem se empenhado em garantir que seus alunos tenham acesso ao conhecimento e às habilidades necessárias para enfrentar as adversidades do mundo contemporâneo. A educação oferecida na Escola Estadual de Ensino Médio João Simões Lopes Neto é um exemplo de como é possível superar as dificuldades da distância geográfica e oferecer oportunidades de ensino de qualidade para todos

os estudantes, independentemente de sua localização. Aqui, refiro-me as distâncias percorridas pelos alunos no transporte escolar, alguns chegando a ultrapassar duas horas de viagem em um trajeto onde as estradas apresentam péssimas condições de conservação, e em períodos chuvosos o desafio aumenta, pois, as mesmas se tronam perigosas.

A Escola Estadual de Ensino Médio João Simões Lopes Neto otimiza o uso da estrutura de uma escola municipal que desenvolve suas atividades no período diurno com o Ensino fundamental e para atender a demanda do Ensino Médio utiliza o prédio no período noturno. A escola é formada por um prédio de dois pisos, o primeiro é reservado para a administração: secretaria, direção, supervisão pedagógica, sala dos professores e quatro espaços de sala de aula, refeitório, cozinha e um banheiro. Já no segundo piso, há os banheiros dos estudantes, biblioteca e as demais sete salas de aula. A quadra poliesportiva coberta proporciona um ambiente seguro para prática esportiva, e atende as necessidades dos alunos, em um ambiente seguro

### 3.3.2 Quadro Pessoal da Escola

A Escola Estadual de Ensino Médio João Simões Lopes Neto conta, em seu quadro funcional, com 24 (vinte e quatro) servidores, sendo estes distribuídos entre equipe diretiva (02 pessoas, Diretora, Supervisora), 18 professores, 01 servente e 02 merendeiras e 01 secretária.

Na tabela abaixo, apresenta-se a distribuição destes servidores, suas formações e o tempo de serviço na Secretaria de Educação (Seduc) e não na escola.

Tabela 6 – Pessoal da Escola João Simões Lopes Neto em 2022

<b>Quadro Pessoal da Escola João Simões Lopes Neto em 2022</b>			
<b>Nº</b>	<b>Identificação</b>	<b>Formação</b>	<b>Tempo de serviço</b>
1	DIR	Licenciatura Plena em Letras, Português e Inglês	20 anos
2	SUP	Licenciatura plena em Geografia	20 anos
3	P01	Licenciatura Plena em Português	9 anos
4	P02	Licenciatura Plena em Educação Física	3 anos
5	P03	Licenciatura Plena e Bacharelado em Filosofia	2 anos
6	P04	Licenciatura Plena em Ciências Biológicas;	2 anos
7	P05	Licenciatura Plena em letras, Português e Inglês	1 ano
8	P06	Licenciatura Plena em Matemática e Pedagogia;	8 anos
9	P07	Licenciatura Plena em História	10 ano

10	P08	Licenciatura Plena em Geografia	10 anos
11	P09	Licenciatura Plena em História	13 anos

Continuação

<b>Quadro Pessoal da Escola João Simões Lopes Neto em 2022</b>			
<b>Nº</b>	<b>Identificação</b>	<b>Formação</b>	<b>Tempo de serviço</b>
12	P10	Licenciatura Plena em Ciências Biológicas	21 anos
13	P11	Licenciatura Plena em Pedagogia e Letras Português	2 anos
14	P12	Licenciatura Plena em Letras e Pedagogia	1 ano
15	P13	Licenciatura Plena em Sociologia	4 meses
16	P 14	Licenciatura Plena em Física	9 anos
17	P15	Licenciatura Plena em Pedagogia e Letras Português	8 anos
18	P16	Licenciatura Plena em Matemática	1 ano
19	P17	Licenciatura Plena em Química e ciências	3 anos
20	P18	Licenciatura Plena em Matemática e Física	8 meses
21	M1	Ensino Fundamental Completo	5 anos
22	M2	Ensino Médio Completo	1 ano
23	SER 1	Licenciatura Plena em Educação Física	2 anos
24	SEC	Ensino Médio Completo	1 ano

Fonte: SEDUC (2022)

### 3.3.3 Número de alunos matriculados em 2022

O número de alunos matriculados na Escola de Ensino Médio João Simões Lopes Neto, no ano de 2022, é de 82 alunos, divididos em 6 (seis) turmas: duas de 1º ano, duas de 2º ano e duas de 3º ano, o que se apresenta no quadro abaixo.

Tabela 7 – Matrículas da Escola João Simões Lopes Neto por turma em 2022

<b>Turma</b>	<b>Quantidade de alunos</b>
1º ano A	17
1º ano B	17
2º ano A	17
2º ano B	7
3º ano A	14
3º ano B	10
<b>TOTAL</b>	<b>82 alunos</b>

Fonte: SEDUC e o Sistema ISE (2022)

### 3.4 Projeto Político Pedagógico da Escola

O Projeto Político Pedagógico (PPP) de Ensino Médio, da Escola Estadual de Ensino Médio João Simões Lopes Neto, foi elaborado de forma coletiva pelos profissionais desta Escola, em consonância com as orientações da 5ª Coordenadoria Estadual de Educação, localizada no município de Pelotas. Portanto, como já foi dito anteriormente, o PPP do Ensino Médio está fundamentado nas Diretrizes Curriculares do Estado do Rio Grande do Sul e foi elaborado pelos

docentes das disciplinas, com o apoio técnico pedagógico da Escola, com o objetivo principal de implantar essa modalidade de ensino no 4º distrito de Canguçu.

Esse projeto busca contemplar, os anseios da comunidade, dos profissionais que atuam na instituição, com a visão de que a educação histórico-crítica se acentua na primazia dos conteúdos construídos pela humanidade no confronto com as realidades sociais com as quais convivem os educandos. (PPP da escola)

Nesse desejo, percebo a necessidade de cada vez mais buscar trazer e fazer desse PPP um documento que esteja presente e visível a todos. Afinal de contas, é nele que estão contidas e contempladas as histórias dos sujeitos que compõem a escola para o qual o PPP foi elaborado. Nesse sentido, para melhor compreender esses princípios, convém buscar em Ciabata e Ciabata (2004), esclarecimentos a esse respeito, quando dizem que:

[...] é preciso que o ensino médio defina sua identidade como última etapa da educação básica mediante um projeto que, conquanto seja unitário em seus princípios objetivos, desenvolva possibilidades formativas contemplem as múltiplas necessidades socioculturais e econômicas dos sujeitos que o constituem – adolescentes jovens e adultos, reconhecendo-os não como cidadãos e trabalhadores de um futuro indefinido, mas como sujeitos de direitos no momento em que cursam o ensino médio (CIABATA e CIABATA, 2004, p.41).

Para compreender plenamente a identidade da comunidade escolar João Simões Lopes Neto, que engloba pais, alunos e professores, é crucial considerar as diversas dimensões que moldam o indivíduo: a complexidade da história, sociedade e cultura. Cada estudante é um produto do seu tempo histórico, influenciado pelos movimentos e eventos que ocorrem ao seu redor, além de ser moldado pela sua origem social. Cada aluno é único e interpreta o mundo de forma individual. Portanto, para construir uma identidade eficaz para o Ensino Médio, é fundamental considerar a complexidade desses sujeitos e desenvolver um currículo que promova uma formação crítica. Isso pode começar com uma abordagem questionadora e interdisciplinar dos saberes escolares. A legislação que sustenta essa abordagem está na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9394/96) e no Regimento Escolar aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, fundamentais para a identidade da terceira etapa da educação básica no Brasil. A escola atende a alunos de diferentes origens, incluindo rede municipal e estadual, Assentamentos de Reforma Agrária e Comunidades Quilombolas, ainda que em número reduzido.

#### **4. PROJETO EDUCATIVO VIGENTE NO PERÍODO DE 2020 A 2024**

O processo educativo no Brasil vem passando por alterações nas últimas duas décadas (2020 a 2024) e no contexto do ensino médio não é diferente, assim como as escolas do campo, quando me refiro às questões que norteiam este trabalho, temos o dever de salientar essas mudanças que vinham ocorrendo já nos anos que antecederam à formação da escola João Simões Lopes Neto bem como as mudanças posteriores.

A reforma do ensino médio no Brasil, implementada entre 2020 e 2024, trouxe mudanças significativas na estrutura e no currículo dessa etapa educacional. Um dos principais objetivos da reforma foi flexibilizar o currículo, permitindo que os estudantes escolhessem itinerários formativos conforme suas áreas de interesse, além das disciplinas obrigatórias da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esses itinerários abrangem áreas como Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Formação Técnica e Profissional, possibilitando uma formação mais alinhada com as aptidões e aspirações dos alunos. Além disso, a carga horária mínima anual foi ampliada, com a meta de alcançar progressivamente a implementação do ensino em tempo integral em diversas escolas.

A reforma também incentivou parcerias entre escolas e instituições de ensino técnico e superior, bem como com o setor produtivo, visando oferecer uma formação mais prática e conectada às demandas do mercado de trabalho. Apesar das inovações, a reforma enfrentou desafios, como a necessidade de formação continuada dos professores para se adaptarem às novas diretrizes e a adequação da infraestrutura escolar para suportar a ampliação da carga horária e a diversidade de itinerários formativos. Ainda assim, a reforma do ensino médio representa um passo importante na tentativa de tornar a educação brasileira mais inclusiva, diversificada e capaz de preparar os jovens para os desafios do século XXI (BRASIL, 2017).

Esta estratégia está alinhada com as exigências atuais do mercado, focando no desenvolvimento de profissionais capacitados para suprir as demandas emergentes do setor produtivo. Apesar das inovações, a reforma enfrenta desafios significativos, como a necessidade de formação continuada dos professores e a adequação da infraestrutura escolar. Além disso, essa orientação pode negligenciar

aspectos essenciais da formação cidadã e crítica dos estudantes, comprometendo uma educação verdadeiramente inclusiva e emancipatória.

Considerando que a educação, especialmente no Ensino Médio, vai além da formação profissional e preparação para a universidade, abrangendo a construção da cidadania, é fundamental oferecer às jovens novas perspectivas que ampliem seus horizontes com autonomia intelectual. Isso inclui o acesso ao conhecimento acumulado e à criação de novos saberes, reconhecendo que a educação é chave para o exercício dos direitos sociais.

O Ensino Médio, portanto, tem sido tema central nas discussões sobre educação no Brasil, uma vez que sua estrutura e conteúdo atuais não atendem adequadamente às necessidades dos estudantes em termos de formação cidadã e profissional. Assim, faz-se necessário buscar alternativas a serem implementadas pelas secretarias de educação para melhorar a qualidade do Ensino Médio, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2013. Acredito serem importantes essas medidas para adequar a formação dos estudantes às suas necessidades, tanto em termos de cidadania quanto de preparação profissional. Implementar essas mudanças pode ajudar a desenvolver cidadãos críticos e conscientes, preparados para enfrentar os desafios contemporâneos.

Segundo Arroyo (1986, *apud* Togni e Carvalho, 2008), ao tratar do “aluno (estudante)-trabalhador”, estamos nos referindo a um trabalhador que estuda, ou seja, jovens que, antes de serem estudantes, são trabalhadores e segundo Oliveira e Souza (2008) “dessa diferenciação, não deveria decorrer qualquer interpretação que indique uma valorização diferente, por parte dos estudantes, da escolarização, mas sim, especificidades nas relações estabelecidas na escola” ( p. 37).

Tendo em vista que o estudante do período noturno é um trabalhador e já enfrenta uma longa jornada antes de chegar à escola, o Projeto Político Pedagógico deve adaptar-se à realidade desses alunos. Baseado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a escola pode oferecer parte da carga horária diária de forma remota ou online, desde que haja suporte adequado e atendimento de professores e monitores. Acredito que esta flexibilidade pode ser benéfica ao proporcionar maior acesso a conteúdo diversificado e personalizado, além de facilitar a continuidade dos estudos em situações adversas, como a pandemia de COVID-19 demonstrou. No entanto, para que essa modalidade de ensino seja eficaz, importa garantir que todos os alunos tenham acesso a dispositivos e à internet de qualidade. Além disso,

é essencial que os professores e monitores estejam bem preparados para utilizar as ferramentas digitais e para oferecer suporte pedagógico adequado. Sem essas condições, a implementação do ensino remoto pode exacerbar desigualdades educacionais, prejudicando estudantes que já enfrentam dificuldades de acesso à tecnologia. Portanto, a oferta de ensino remoto ou online deve ser cuidadosamente planejada e acompanhada de investimentos em infraestrutura tecnológica, formação continuada de educadores e estratégias para garantir a inclusão digital de todos os alunos. Dessa forma, todos podem aproveitar os benefícios do ensino remoto enquanto se minimizam os riscos de aumentar as disparidades educacionais.

Alternativamente, pode-se aumentar a duração do curso para mais de três anos, reduzindo a carga horária diária e anual, mas garantindo as 2.400 horas necessárias. Essas adaptações evitariam prejuízos ao aprendizado e permitiriam que os estudantes continuassem suas atividades profissionais. Na escola João Simões, isso ainda não é praticado, seguindo o proposto pela Seduc/RS.

O artigo 28 da LDB garante aos povos do campo o direito a uma oferta de ensino adequada à sua diversidade sociocultural. Isso inclui adaptações necessárias à vida rural e às peculiaridades regionais, com orientações sobre conteúdos curriculares e metodologias apropriadas, organização escolar adequada ao ciclo agrícola e às condições climáticas, e à natureza do trabalho rural.

As propostas pedagógicas das escolas do campo com oferta de Ensino Médio devem, portanto, ter flexibilidade para contemplar a diversidade do meio, em seus múltiplos aspectos, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. (Diretrizes Curriculares Nacionais, 2013).

As diretrizes preveem adaptações para atender às realidades locais, mas, na prática, os calendários são unificados para todo o estado, tanto para o campo quanto para a cidade, desconsiderando essas especificidades. A unificação ocorre devido aos fatores como transporte escolar e recursos humanos, pois um professor geralmente atende a mais de uma escola. Entretanto, ressalto que possibilitar novos modelos e estruturas de atendimento que respeitem as particularidades regionais implicaria em investimentos significativos. Seria necessário investir em infraestrutura tecnológica para viabilizar o ensino remoto, em formação continuada para os professores se adaptarem às novas metodologias, e em recursos adicionais para permitir a flexibilidade dos calendários escolares. Além disso, seria fundamental

assegurar que todos os alunos tenham acesso a dispositivos e internet de qualidade, e que o transporte escolar possa ser ajustado às necessidades específicas das comunidades rurais. Esses investimentos são essenciais para criar um sistema educacional mais inclusivo e eficaz, que não apenas respeite, mas também valorize as diversidades socioculturais e regionais, proporcionando uma formação de qualidade para todos os estudantes, independentemente de onde vivem.

O Rio Grande do Sul estava alterando suas diretrizes para o ensino médio e começando a implementar o Ensino Médio Politécnico, vigente na época da implantação da nova escola. A reestruturação curricular foi realizada após debates com a comunidade escolar, culminando na Conferência Estadual do Ensino Médio e da Educação Profissional em dezembro de 2011, e considerou as diretrizes nacionais em trâmite no Conselho Nacional de Educação. Essa iniciativa visa desenvolver os alunos, garantindo-lhes formação essencial para a cidadania plena, além de fornecer meios para progredir no trabalho e em estudos futuros. Também busca qualificar os estudantes como cidadãos, incluindo formação ética, desenvolvimento da autonomia intelectual e pensamento crítico, além de compreender os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática nas práticas pedagógicas (SEDUC-RS, 2011).

As resoluções e documentos deixam claro que o Ensino Médio Politécnico, embora não ofereça formação profissional, deve estar profundamente ligado ao mundo do trabalho e às relações sociais. Seu objetivo é promover uma formação científico-tecnológica e sócio-histórica, fundamentada nos significados culturais, visando à compreensão e transformação da realidade.

Nesta ótica, Frigotto (2005), apresenta a necessidade:

[...] de desenvolver os fundamentos das diferentes ciências que facultam aos jovens a capacidade analítica tanto dos processos técnicos que engendram o sistema produtivo quanto das relações sociais que regulam a quem e a quantos se destina a riqueza produzida. Como lembrava Gramsci, na década de 1920: uma formação que permita o domínio das técnicas, as leis científicas, a serviço de quem e de quantos está a ciência e a técnica. Trata-se de uma formação humana que rompe com as dicotomias geral e específica, político e técnico ou educação básica e técnica, heranças de uma concepção fragmentária e positivista da realidade humana (p. 74).

O Ensino Médio Politécnico articula disciplinas a partir das áreas do conhecimento (ciências humanas, ciências da natureza, linguagens, e matemática e suas tecnologias). No Seminário Integrado, os alunos desenvolvem atividades de

pesquisa, aplicando conhecimentos teóricos na prática. Essa modalidade busca preparar os jovens para o ingresso no mercado de trabalho ou para a continuidade dos estudos no nível superior. A implantação do Ensino Médio Politécnico começou em 2012 para o 1º ano, em 2013 para o 2º ano, e chegou ao 3º ano em 2014. (SEDUC-RS, 2011).

O Currículo no estado do RS foi pensado e elaborado com base nas diretrizes e na proposta do Ensino médio Politécnico, ficando a proposta igual para as escolas da cidade quanto para o campo. A proposta para o Ensino Médio deve contemplar aspectos legais e políticos, aproximando a prática educativa do mundo do trabalho e das práticas sociais.

O currículo deve articular:

- ✓ Uma formação geral sólida, integrada com o ensino fundamental, constituindo-se efetivamente como uma etapa da Educação Básica.
- ✓ Uma parte diversificada, ligada à vida e ao mundo do trabalho, articulada com as relações de trabalho, setores de produção, e construção da cidadania, visando à transformação social e ao desenvolvimento sustentável.

A organização curricular do Ensino Médio Politécnico divide-se em duas partes: formação geral e parte diversificada. No primeiro ano, a formação geral ocupa 75% da carga horária e a parte diversificada 25%; no segundo ano, ambas ocupam 50% cada; no terceiro ano, a formação geral ocupa 25% e a parte diversificada 75%, totalizando 3000 horas-aula.

De acordo com a tabela abaixo:

Tabela 8 – Carga Horária Ensino Médio Politécnico

	1ºANO	2º ANO	3º ANO	TOTAL
FORMAÇÃO GERAL	750h	500h	250h	1500h
PARTE DIVERSIFICADA	250 h	500h	750h	1500h
TOTAL	1000h	1000h	1000h	3000h

Fonte: Seduc, 2011.

A rede estadual tem a maior participação no ensino médio, atendendo 6,6 milhões de alunos (84,5%) e a maioria dos estudantes de escolas públicas (96%). As redes privada e federal atendem cerca de 935 mil alunos (12%) e 229 mil matrículas (3%), respectivamente. Em 2021, foram registrados 7,8 milhões de alunos, um aumento de 2,9% em relação a 2020, com uma tendência de

crescimento de 4,1% entre 2019 e 2021. O número de alunos em tempo integral na rede pública aumentou de 13,8% para 16,4% em um ano, enquanto na rede privada cresceu de 5,4% para 5,8%.

A Escola João Simões Lopes Neto inicia suas atividades baseada na aprendizagem por objetivos, um marco histórico para a comunidade do quarto distrito de Canguçu, que lutou anos pelo acesso ao ensino médio. Um projeto elaborado em 2005 enfrentou questões político-administrativas, mas em 2011, a Secretaria Estadual de Educação aprovou a implantação da escola, usando um prédio cedido pela Prefeitura Municipal.

No contexto político, durante o governo de Dilma Rousseff (2011-2014), discutia-se o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, que visa nortear ações educacionais e inclui metas como erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, e valorização dos profissionais da educação. A inclusão de alunos com deficiência em sala de aula é um tema importante, diferenciando inclusão de integração.

Sobre os termos inclusão e integração, Heidrich (2016) aduz:

Integração se distingue da inclusão pela conexão entre indivíduos. Para que haja inclusão de verdade é necessário não haver barreira atitudinal de qualquer espécie [...]. Mas também é fundamental que os ambientes sejam modificados, que os colaboradores sejam sensibilizados e que a sociedade esteja consciente (HEIDRICH, 2016, p.7)

As pessoas com deficiência enfrentam diariamente uma série de desafios para provar sua capacidade e competência, muitas vezes devido a ideias preconcebidas e equivocadas sobre suas habilidades. É fundamental que a sociedade como um todo rejeite esse tipo de discriminação e reconheça que as pessoas com deficiência são capazes de realizar as mesmas tarefas que qualquer outra pessoa, desde que sejam oferecidas as adaptações necessárias. Permitir que o preconceito influencie a forma como essas pessoas são avaliadas resulta em uma injustiça que não apenas limita suas oportunidades, mas também perpetua estereótipos prejudiciais. Portanto, é essencial combater essas ideias errôneas e garantir que todos sejam tratados com respeito e igualdade, independentemente de suas condições físicas ou mentais.

No ensino médio, o PNE previa universalizar até 2016 o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e aumentar a taxa líquida de matrículas para 85% até 2024. O número de matrículas aumentou em 2021, mas a implementação

do PNE enfrentou controvérsias, especialmente sobre o investimento de 10% do PIB em educação. A Lei nº 12.711, de 2012, conhecida como Lei de Cotas, democratizou o acesso ao ensino superior para grupos sub-representados.

Em 2013, Gerson Cardoso Nunes assumiu a prefeitura de Canguçu e criou Conselhos Distritais para participação popular. Através dessa ação conjunta, foram realizadas melhorias na infraestrutura municipal. Um acordo entre os governos estadual e municipal viabilizou a implantação do ensino médio noturno na localidade de Trapeira, 4º distrito de Canguçu, atendendo uma antiga demanda da comunidade.

## 5. EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO RURAL

Neste trabalho, trago os conceitos que diferem Educação Rural de Educação do Campo. A educação rural e a educação do campo surgiram em contextos diferentes. A educação do campo é um paradigma revolucionário que se centra no desenvolvimento das formas de vida dos agricultores familiares, reconhecendo-os como sujeitos históricos desse processo. Ela valoriza a produção de vida, cultura, conhecimento e saberes, destacando a importância da cultura camponesa em todos os aspectos, inclusive na escola. Este modelo emerge de um movimento social que promove a educação valorizando os saberes dos povos do campo. Por outro lado, a educação rural é um paradigma hegemônico historicamente constituído para atender às demandas da sociedade capitalista, tanto no campo quanto na cidade. Ela se preocupa principalmente com a preparação da mão de obra para o capitalismo e as indústrias, e atualmente, na fase do agronegócio, continua a servir aos interesses do desenvolvimento capitalista na agricultura.

Ao discutir Educação Rural, não posso deixar de colocar em questão o paradigma do capitalismo agrário, modelo econômico que avança sobre as demais propriedades, aniquilando-as, explorando-as a fim do acúmulo de terras e capitais, acarretando a expulsão dos pequenos proprietários que vão se tornar posseiros e/ou meeiros novamente, ou, até mesmo, trabalhadores assalariados desse mesmo sistema.

Uma vez que o Rural é compreendido como relação social do campo a ser inserida no modelo econômico denominado de agronegócio, “a Educação Rural vem sendo construída por diferentes instituições a partir dos princípios do paradigma do capitalismo agrário, em que os camponeses não são protagonistas do processo, mas subalternos aos interesses do capital” (FERNANDES, 2006, p. 37).

A Educação Rural é compreendida como aquela voltada para atender às necessidades do sistema no qual estamos inseridos, mesmo a escola estando inserida no campo. A educação rural foi criada com base nos interesses do capital, é fruto dos interesses deste, ou seja, na busca do desenvolvimento do capitalismo no campo, e não no interesse em buscar o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem no campo. O novo modelo de negócio que tem como

base a industrialização, neste caso, o agronegócio, é o agente que leva os Estados a formularem políticas educativas “em resposta à demanda de uma força de trabalho qualificada tanto na indústria quanto na agricultura” (RIBEIRO, 2012, p. 297).

Educação do Campo é proveniente da ação dos movimentos sociais ligados ao campo e à luta pela terra, em que se busca uma maior valorização destes agentes e se estabelece uma relação muito próxima com o espaço em que se vive, bem como as lutas sociais estabelecidas por estes povos. A expressão “Educação do Campo” nasceu primeiro como Educação Básica do Campo no contexto de preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho de 1998. A partir daí, passou a ser chamada Educação do Campo por meio das discussões do Seminário Nacional, realizado em Brasília, de 26 a 29 de novembro de 2002, decisão posteriormente reafirmada nos debates da II Conferência Nacional, realizada em julho de 2004 (CALDART, 2012).

O conceito de educação do campo é um fato relativamente recente, que não existia há cerca de quase 20 anos atrás. Ele é fruto das demandas dos movimentos dos camponeses na construção de uma política educacional para os Assentamentos da Reforma Agrária (FERNANDES, 2006). Desde os anos 1990, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) tem desempenhado um papel significativo no contexto da Educação do Campo. Este programa tem sido fundamental na acumulação de experiências no desenvolvimento de licenciaturas específicas em várias universidades públicas e comunitárias. Tais iniciativas são notáveis por apresentarem propostas pedagógicas inovadoras, caracterizadas como “inéditos viáveis” na ótica do pensamento de Paulo Freire, e são marcadas pela participação ativa dos movimentos sociais do campo (DUARTE & SANTOS, 2015).

Fernandes (2006) também esclarece que, quando se fala em Educação na Reforma Agrária e Educação do Campo, pressupõe-se que sejam a mesma coisa. No entanto, essas expressões nasceram simultaneamente, são distintas e, ao mesmo tempo, se complementam. A primeira refere-se às políticas educacionais voltadas para o desenvolvimento dos assentamentos rurais. Ou seja, a Educação do Campo é o todo e a Educação na Reforma Agrária é uma parte da Educação que compõe esse todo. Em sua lógica, contempla uma política que pensa a Educação como uma questão de suma importância para o desenvolvimento do Campo.

Conforme Arroyo (2011, p. 9): “A Educação do Campo não fica apenas na denúncia do silenciamento, ela busca o que há de mais perverso nesse esquecimento: o direito à educação que vem sendo negado à população trabalhadora do campo”. Assim, pensar uma Educação do Campo significa ouvir e entender a cultura, a dinâmica social e educativa dos diferentes grupos que formam o povo do campo.

As políticas educacionais no Brasil padecem de uma indefinição de rumos. E as políticas para o campo ainda mais. As escolas do meio rural passaram a ser tratada como resíduos do sistema educacional brasileiro e, conseqüentemente, à população do campo foi negado o acesso aos avanços obtidos nas últimas décadas, no reconhecimento e garantia do direito à educação básica (ARROYO, 2011, p. 10).

As políticas educacionais devem promover um engajamento escolar visando garantir a todo o cidadão o direito ao acesso igualitário à educação pública de qualidade. O que se observa ao longo da nossa história é que as políticas educacionais nunca trouxeram uma definição rumo à educação do campo.

Mas qual seria a diferença entre educação do campo e educação rural, na busca por qualidade para os sujeitos do campo?

A Educação do Campo se diferencia da educação rural, pois é construída por e para os diferentes sujeitos, territórios, práticas sociais e identidades culturais que compõem a diversidade do campo. Ela se apresenta como uma garantia de ampliação das possibilidades de homens e mulheres camponeses criarem e recriarem as condições de existência no campo (SANTOS e NEVES 2012).

O campo passa a ser compreendido sob um novo conceito, o de territorialidade, sendo um lugar marcado pela diversidade econômica, cultural e étnico-racial. É considerado um espaço de emancipação quando associado à construção da democracia e de solidariedade de lutas pelo direito à terra, à educação, à saúde, à organização da produção e pela preservação a vida (SANTOS e NEVES 2012).

Logo, há uma significativa diferença entre as duas concepções de educação/escola. Enquanto a Educação do campo busca potencializar seus alunos, a partir do meio em que vivem, a Educação rural apenas contribui para reproduzir aos alunos, sem a crítica devida, o conjunto dos saberes necessários à reprodução

do *status quo* hegemônico, sem levar em consideração o espaço onde vivem e suas particularidades.

A Educação Rural é compreendida como aquela que é voltada para atender às necessidades do sistema no qual estamos inseridos, mesmo a escola estando inserida no campo. A educação rural foi criada com base nos interesses do capital, é fruto dos interesses deste, ou seja, na busca do desenvolvimento do capitalismo no campo, e não no interesse em buscar o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem no campo (RIBEIRO, 2012).

A Escola do Campo conforme Nahirne e Strieder (2019) é definida como aquela que, para além da transmissão do conteúdo pedagógico, busca habilitar o educando a ampliar sua capacidade reflexiva, a desenvolver autonomia crítica e a adquirir embasamento teórico, possibilitando-lhe, conseqüentemente, intervir de forma substancial na realidade social de sua comunidade e do seu país. Além disso, a instituição exerce influência sobre as decisões da administração pública ao engajar-se na luta por políticas educacionais que contemplem de maneira abrangente toda a população. Educação do Campo é proveniente da ação dos movimentos sociais ligados ao campo e à luta pela terra, em que se busca uma maior valorização destes agentes e se estabelece uma relação muito próxima com o espaço em que se vive, bem como as lutas sociais estabelecidas por estes povos.

### **5.1 Avanços e Retrocessos da Educação do Campo no Brasil**

A Educação, mesmo que de forma incipiente, esteve presente em todas as constituições brasileiras, desde 1824. No entanto, embora sendo o Brasil um país com atividades agrárias, a Educação Rural, somente em 1934, aparece contemplada na Constituição.

Nascimento aduz:

O Brasil mesmo considerado um país eminentemente agrário, sequer mencionava acerca da educação rural em seus textos constitucionais de 1824 e 1891, o que evidencia dois problemas de governança pública, a saber: o descaso por parte dos dirigentes com a educação destinada aos camponeses e resquícios de uma cultura política fortemente alicerçada numa economia agrária com base no latifúndio e no trabalho escravo. (NASCIMENTO, 2009, p. 160).

Nesse sentido, o conceito de educação rural no Brasil registra-se desde 1889, com a Proclamação da República, época em que o governo criou uma pasta da “Agricultura, Comércio e Indústria” para atender os estudantes das áreas rurais. Porém, está fora extinta entre 1894 e 1906. Em 1909, voltou a ser discutida a educação para a população rural, no entanto, a escola como instituição de ensino para agrônomos (SIMÕES; TORRES, 2011). Para entender as fases históricas da Educação do campo no Brasil, passo a analisar em períodos históricos.

O primeiro período que vai da colonização até 1930, é marcado pela negação dos sujeitos do campo como sujeitos sociais e cidadãos brasileiros nas políticas públicas educacionais. Com isso, entendemos que a Educação brasileira estava em seus primórdios, voltada a atender a população Urbana. Prova disso que, por volta de 1917, aumenta o fluxo de migração da zona rural para a urbana. Este fluxo passa a ser entendido como problema, pois as aglomerações de pessoas analfabetas nos centros urbanos passaram a serem vistas como empecilhos para o desenvolvimento do país. Assim sendo, a educação rural passa a ser compreendida como meio de conter as migrações (SIMÕES; TORRES, 2011). Portanto, a escola para essas populações passa a ser planejada, sobremaneira no espaço urbano, e aplicada na área rural.

A partir de 1930, surge um segundo período marcado por uma discussão com maior profundidade sobre os povos que residiam no campo, pela preocupação com a Educação Rural por parte do Estado, em função da migração campo/cidade e de iniciativas de educação popular e de embates dos movimentos sociais camponeses junto ao Estado, embora esse seja um período de avanços e retrocessos, como vemos a seguir.

Na Constituição de 1934, no artigo 156, no parágrafo único, é ressaltado que “Para a realização do ensino rural, a união reservará no mínimo, vinte por cento (25%) das cotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual”. Isso significou um avanço importante na discussão de oferta da educação para as populações do campo no âmbito da legalidade, porém a prática tornou-se um processo moroso e de difícil concretização. Com a Constituição Federal de 1946, a proposta foi de responsabilizar as empresas privadas pelo provimento da educação das pessoas da zona rural que nelas trabalhavam. Isso significou um retrocesso no âmbito das políticas públicas, que desresponsabilizou o Estado pela oferta da educação para as populações do campo.

[...] III - as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes; IV - as empresas indústrias e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores [...] (BRASIL, 1946, Art. 168).

O texto da Constituição de 1946 mostra que o Estado não tinha uma preocupação direta com o ensino às populações rurais, pois, no seu Art. 168, inciso III, por exemplo, prescreve que “as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalham mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes” (BRASIL, 1946, s/p). Com isso, o Estado transfere a responsabilidade pela educação dos povos do campo às empresas agrícolas.

A Constituição de 1967 e a Emenda de 1969 mantêm os princípios da Constituição de 1946, seguido pela “obrigatoriedade às empresas agrícolas, com ensino primário gratuito dos filhos dos empregados entre os sete (7) e quatorze anos (14)” (BRASIL, 1967, s/p), contribuindo, futuramente, para promover uma forte distorção idade-série.

De acordo com Leite:

Na década de 1950, foi criada a Campanha Nacional de Educação Rural e o Serviço Social Rural, com preocupações voltadas à formação de técnicos para o desenvolvimento de projetos de educação de base e programas de melhorias de vida, que não discutia efetivamente a origem dos problemas vividos no campo. (LEITE, 1999 *apud* DIRETRIZES, 2006, p. 17-18).

Na década de 1960, é sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4024/61, não tendo efetiva preocupação com a educação rural e sim com a educação urbana. A Lei deixa evidente que a responsabilidade da educação rural fica a cargo dos municípios, levando a uma situação muito precária para o sujeito do campo. Com a Lei nº 5692/71, também não houve avanços para a educação rural, pois nessa época não se fala em ensino de segundo grau (2º) no campo, o que hoje corresponde aos Ensino Médio, essas novas diretrizes só começam a mudar a partir da constituição de 1988.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 representou um marco histórico para a educação brasileira, consagrando-a como um direito fundamental de todos os cidadãos. Esse avanço jurídico foi complementado pela Lei de Diretrizes e

Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, que reconheceu a diversidade do campo e estabeleceu diretrizes para atender às suas especificidades.

Nesse contexto, o artigo 28 da LDB se destacara por tratar da organização escolar e das práticas pedagógicas adequadas à realidade rural. Tais medidas visavam superar a histórica precariedade das escolas no campo, buscando garantir um ensino de qualidade para essa parcela da população.

Apesar dos avanços legais, a realidade das escolas rurais ainda apresentava desafios consideráveis. A infraestrutura precária, a carência de recursos humanos qualificados e a desvalorização da cultura local eram alguns dos obstáculos que persistiam.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na constituição.

Segundo o artigo 28, da LDB:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

De acordo com Weissheimer (2005), a escola não tem sido suficiente para que se faça chegar à educação de forma adequada aos residentes no campo. O autor demonstra que há um descompasso entre um modelo educacional, que tem como paradigma as sociedades urbanas em relação às necessidades específicas dos jovens rurais. Ao mesmo tempo em que a escola aparece distanciada do trabalho agrícola, introduz na cultura local os valores e os estilos de vida urbanos. Também, verifica as percepções e os significados atribuídos à educação pelos jovens do campo, segundo os quais estudar é visto como uma condição necessária para viabilizar sua futura inserção no mercado de trabalho urbano.

Destaco que, embora a LDB, de 1996, no seu Art. 28, trouxesse e possibilitasse normatização da educação para o meio rural, esta passa a ser valorizada a partir do Movimento por Educação Básica para o Campo, reunindo movimentos sociais e universidades em 1998, em Luziânia, GO, onde se promulgou a LDB 9394/96, que estabelece o direito aos povos do campo a um ensino adequado à sua diversidade sociocultural com adequações e modificações nos

conteúdos curriculares e nas metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos educandos do meio rural. Já em 2001, outro momento se deu através da aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE 10172/2001), que prevê normas mais flexíveis de organização escolar para o meio rural e uma formação de educadores adequada às especificidades dos educandos do campo e as exigências do meio.

No que se refere à Educação do meio rural, reconheço no processo histórico, que o seu sistema escolar se constituiu como adaptação das escolas urbanas (ALMEIDA, 2011). Para este autor, assim como para mim, costumamos, muitas vezes, traçar comparativos entre as escolas do campo e as urbanas, sem levar em conta aspectos da vivência de seus discentes.

Defendo a democratização do ensino, assim como a formação de cidadãos críticos e capazes de formularem seus próprios conceitos, nesse aspecto, dos educandos (ALMEIDA, 2011, p. 757) diz que:

Quando os adolescentes que agora estão ingressando no ensino médio realmente aprenderem em sintonia com o mundo em que vivem, estaremos diante de um processo real de democratização do ensino e não simplesmente de progressiva massificação.

Nesse sentido devemos presar sempre pela valorização e a democratização do ensino afim de que se possibilite uma educação igual para todos.

De acordo com Sacristan (2003), estudante se molda ao longo da história, onde surgem papéis definidos e se estabelece um estilo de vida único. Se o aluno é fruto do meio onde vive, temos, enquanto educadores e pensadores em educação, a incumbência de proporcionar a ele o que há de melhor nessa esfera, para que se sinta parte daquele contexto, sem instigá-los à saída na busca de possibilidades. Pelo contrário, devemos motivá-los e oportunizar educação pública de qualidade para esse aluno permanecer onde ele estiver, se assim ele entender que deva permanecer.

## **6. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO**

A presente pesquisa tem como objetivo central analisar o processo histórico de formação da escola Estadual de Ensino Médio João Simões Lopes Neto e compreender sua relevância intrínseca para a comunidade tendo como referência os princípios da educação do campo e sob a perspectiva pedagógicas de Paulo Freire.

Este estudo não só visa analisar o processo histórico da escola, mas também a contribuir para uma compreensão mais profunda do papel das instituições de ensino no campo, explorando as nuances da mobilização comunitária e luta pela implantação do ensino médio na referida escola. Dessa forma, almejo contribuir para o enriquecimento do debate sobre Educação no campo e para a valorização das iniciativas comunitárias e dessa forma a promoção do acesso à educação de qualidade para todos, independentemente de sua localização geográfica.

### **6.1 Metodologia Qualitativa**

A metodologia que guiou este estudo é caracterizada por uma abordagem qualitativa, que busca destacar aspectos relevantes e fundamentais conforme percebidos pelos participantes envolvidos. Segundo Ludke e André (1986, p. 46), essa abordagem envolve uma "tentativa de delimitação da problemática focalizada, tornando a coleta de dados mais concentrada e produtiva". As autoras apontam que um dos desafios dessa abordagem é o perigo de considerar todas as informações igualmente relevantes, o que pode desviar o foco da problemática central da pesquisa.

A metodologia qualitativa representa uma abordagem que se fundamenta na interpretação e compreensão dos fenômenos sociais e humanos, conferindo ênfase aos aspectos subjetivos e às perspectivas individuais. Em sua aplicação nas análises históricas e pedagógicas, é possível discernir as influências das transformações no sistema educacional e na sociedade em geral. Tal abordagem

revela-se de suma relevância para a investigação de políticas educacionais, práticas pedagógicas e a eficácia do ensino, entre outros elementos essenciais à educação. Ao inserir a dimensão histórica na análise qualitativa, dispomos de uma ferramenta fundamental para a compreensão do funcionamento das escolas e da efetividade da tarefa educativa.

Segundo Chizzotti (1995):

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro, está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (p.79)

O registro de informações é um desafio complexo, não apenas devido aos papéis centrais do sujeito e do pesquisador, mas também pela necessidade de explicações detalhadas e abrangentes dos dados (BAUER; GASKELL, 2008), assim como suas interações com o ambiente cotidiano, explorando significados relacionados a motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, aspectos que não podem ser quantificados (MINAYO, 2014). A pesquisa visa compreender a relevância da Escola João Simões Lopes Neto para a comunidade do 4º distrito de Canguçu/RS, registrando sua história por meio de falas, entrevistas, depoimentos e análise de documentos. Para isso, é conduzida uma pesquisa bibliográfica sobre Educação do campo e Ensino Médio, buscando perpetuar a história da escola e contribuir para o entendimento da importância da educação e da escola na comunidade, valorizando sua história e cultura.

Para Martins e Teófilo (2016), a pesquisa bibliográfica:

Uma pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas em livros, periódicos, revistas, enciclopédias, dicionários, jornais, sites, CDs, anais de congressos etc. Busca conhecer, analisar e explicar contribuições sobre determinado assunto, tema ou problema. A pesquisa bibliográfica é um excelente meio de formação científica quando realizada independentemente – análise teórica – ou como parte indispensável de qualquer trabalho científico, visando à construção da plataforma teórica do estudo (p.52).

A pesquisa bibliográfica desempenha um papel fundamental em muitas pesquisas acadêmicas. Geralmente, esses trabalhos incluem um capítulo ou seção

dedicado à revisão bibliográfica, que tem a função de fornecer uma base teórica sólida e identificar lacunas nos estudos anteriores. Por meio da pesquisa bibliográfica, busca-se compreender teorias e conceitos que sustentam pesquisas empíricas, permitindo ao pesquisador fazer conexões relevantes com achados de outros estudos. Essa etapa é crucial e requer atenção e rigor para garantir a consistência e robustez do trabalho como um todo (GIL, 2017; MARTINS & TEÓFILO, 2016).

A pesquisa documental é essencial para extrair informações sobre a história da escola e o papel da comunidade educacional em sua formação. Utilizando atas da escola, do Conselho Estadual de Educação, do Orçamento Participativo e publicações do Diário Oficial do Estado, busca-se entender a evolução dos eventos e a influência das pessoas e instituições nessas mudanças (SÁ-SILVA, ALMEIDA & GUINDAM, 2009). Segundo Flick (2009), a pesquisa documental é um procedimento técnico e minucioso que visa capturar, interpretar e avaliar documentos de diversas naturezas. Para complementar, será mantido um diário de campo para registrar dados, eventos e perguntas relevantes antes, durante e após as entrevistas e a coleta de dados.

O uso do diário de campo como ferramenta de pesquisa permite destacar a relação do pesquisador com o campo estudado, descrevendo minuciosamente os procedimentos do estudo, atividades realizadas e ajustes feitos ao longo da pesquisa. Além disso, o diário de campo atua como uma narrativa textual das impressões do pesquisador, oferecendo um registro vívido e contextualizado das experiências durante a investigação. O diário de campo é importante para a autoanálise do pesquisador, sendo um material de análise da pesquisa que pode conter informações não mencionadas em publicações científicas, mas relevantes para a análise dos dados (WEBER, 2009).

### **6.1.1 Aplicação dos questionários**

A busca pelo conhecimento e pela compreensão do mundo é uma jornada repleta de desafios, marcada pela formulação de perguntas que refletem as incertezas e complexidades da vida. É fundamental compreender a importância das perguntas certas e do momento oportuno para fazê-las, pois as perguntas adequadas são pontes que nos levam à certeza e nos ajudam a fortalecer nossas

crenças e identidade. Em pesquisa, é essencial formular perguntas relevantes para obter respostas significativas. Para isso, foi empregado um questionário com seis questões específicas para cada grupo participante da pesquisa, disponíveis nos anexos 2, 3, 4 e 5.

De acordo com Gil (1999, p. 121):

[...] pode-se definir questionário como uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas às pessoas com propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente e passado etc.

Foi utilizado um questionário elaborado com perguntas abertas, com o intuito de obter respostas mais elaboradas e enriquecer o repertório de informações, contribuindo para a pesquisa qualitativa. Seguindo a orientação de Gil (1999), nas questões abertas, os respondentes foram solicitados a oferecer suas próprias respostas, o que possibilita uma ampla liberdade de resposta.

Foram entrevistados 14 membros da comunidade, homens e mulheres com idades entre 45 e 68 anos, a fim de traçar um panorama da participação da comunidade na formação da Escola João Simões Lopes Neto. Os entrevistados foram identificados pelas letras MC e um número sequencial.

Além disso, foram entrevistados 13 professores, homens e mulheres com idades entre 32 e 50 anos, da Escola João Simões Lopes Neto, identificados pela letra P e um número sequencial.

Também foram entrevistados 37 alunos, meninos e meninas com idades entre 14 e 20 anos, identificados pela letra A e um número sequencial. Eles foram solicitados a atribuir um grau de importância de 0 a 5 para cada pergunta, sendo 5 o grau de maior importância, e a justificar sua escolha.

O questionário foi projetado para estimular a reflexão dos participantes sobre os temas abordados, promovendo uma compreensão mais profunda do assunto. Ele busca incentivar a reflexão, a formulação de ideias e a identificação do que é considerado essencial dentro do contexto explorado, permitindo ao pesquisador fundamentar a pesquisa com base na realidade, vivências e visão dos participantes.

## **6.2 Vínculos históricos e educativos na escola João Simões Lopes Neto**

A pesquisa foi realizada na Escola João Simões Lopes Neto, localizada na Trapeira, 4º distrito do município de Canguçu/RS. A escolha dessa escola foi motivada pela minha proximidade com a instituição e a comunidade, pois trabalho como professora na escola desde maio de 2013, ano em que o Ensino Médio teve início no 4º distrito de Canguçu, nas dependências da escola Municipal Marechal Floriano. Antes de ser professora na escola, fui aluna do ensino fundamental lá, o que me conecta emocionalmente com o local e me motiva a refletir sobre como teria sido se a Escola João Simões Lopes Neto já existisse na época. Essa inquietação me levou a registrar e contar o processo de consolidação do Ensino Médio nessa localidade. Tenho profunda admiração, respeito e reciprocidade com os povos do campo, acredito que eles possuem grandes conhecimentos e saberes que devem ser valorizados, e que a escola é o espaço ideal para explorar e apropriar-se desses saberes. Além disso, enfatizo a importância da educação como uma ferramenta de transformação do mundo, compartilhando da crença de Paulo Freire de que a educação deve ser uma prática pela liberdade, permitindo que as pessoas, ao serem educadas de forma crítica, possam transformar sua realidade e participar da construção do mundo.

### **6.2.1 Escolha dos sujeitos da pesquisa**

A seleção dos participantes, incluindo agricultores familiares, pequenos comerciantes, vizinhos, pais, alunos, ex-alunos, professores e funcionários, foi vital para obter informações precisas sobre a escola. Esses indivíduos são afetados diretamente pela escola, o que ressalta a importância de suas opiniões e experiências para um ambiente educacional eficaz. A escolha dos participantes foi feita com critério, considerando a regionalização, a disponibilidade, o engajamento com a educação do campo e a representatividade. O processo de seleção foi criterioso, levando em conta a experiência dos participantes e sua afinidade com o tema, demonstrando o compromisso com a pesquisa e a compreensão das necessidades educacionais no campo.

O convite para os sujeitos da pesquisa foi feito através de uma carta, na qual foi explicitado o objetivo da mesma (anexo 1), onde os sujeitos foram convidados a falar sobre a escola e o ensino médio do campo, bem como sua importância e relevância no espaço geográfico onde se encontra a Escola João Simões Lopes

Neto. Os sujeitos foram escolhidos de acordo com os critérios estabelecidos, visando representar a realidade da escola e do ensino médio do campo. Todo o processo de convite foi realizado de forma ética e responsável, respeitando o bem-estar dos envolvidos.

Foram distribuídos questionários com seis questões dissertativas (anexo 3), para um grupo composto por 21 professores e funcionários da instituição. Dentre esses, 13 responderam, resultando em uma taxa de retorno de 61%. No caso dos ex-professores, foram entregues 18 questionários para professores (anexo 4), dos quais 10 foram devolvidos, totalizando uma taxa de resposta de 55%. Quanto à comunidade, foram entregues 31 questionários (anexo 5), sendo que 14 foram devolvidos, resultando em uma taxa de retorno de 55%. Para alunos e ex-alunos, foi enviado um formulário online do *Google Forms* (anexo 2) contendo 8 questões de múltipla escolha com justificativa, totalizando 62, destes obtivemos a resposta de 37, representando 59,67%. Ao serem preenchidos pelos diferentes grupos envolvidos, esses questionários proporcionam uma base sólida para análise e compreensão das perspectivas, das reflexões acerca da importância e relevância da escola para a comunidade bem como opiniões abrangentes e solidificadas sobre o assunto abordado, ou seja, a escola de ensino médio no campo.

### **6.3 Análise dos Dados**

Durante minha pesquisa, todos os dados coletados foram tabulados e analisados para identificar tendências e padrões. O uso de várias metodologias de pesquisa não só aumentou a eficiência do processo, mas também ajudou a garantir que os resultados fossem precisos e confiáveis. Como pesquisadora, estou comprometida em seguir práticas rigorosas de pesquisa para garantir a qualidade das mesmas.

A importância da escola para os alunos e como eles veem o educandário como espaço de democratização das oportunidades e dos conhecimentos essenciais em qualquer momento da vida. Compreender a importância das escolas de Ensino Médio no campo para os sujeitos que delas usufruem é fundamental para valorizar e fortalecer a educação no meio rural. É indiscutível que a educação é um direito de todos e deve ser acessível a todos os cidadãos, independentemente de onde vivam. Nesse sentido, as escolas de Ensino Médio no campo desempenham

um papel importante na formação e no empoderamento dos indivíduos que residem em áreas rurais.

Ao articular a constituição histórica dessas escolas com a cultura do sujeito, é possível compreender e valorizar as particularidades e especificidades presentes no contexto rural. Cada região, cada comunidade possui suas tradições, saberes e práticas culturais, que merecem ser reconhecidas e valorizadas dentro do ambiente educacional. A escola no campo deve ser um espaço de acolhimento e de valorização da identidade dos alunos, promovendo uma educação voltada para o desenvolvimento integral do sujeito.

Neste sentido, tenho clareza de que existem dois paradigmas que perpassam o tema Educação para os sujeitos do campo, são eles educação rural e educação do campo, pois os mesmos almejam objetivos distintos, já que a primeira age para atender os interesses do capitalismo e do agronegócio. Portanto, compreender a importância das escolas de Ensino Médio no campo vai além de garantir o acesso à educação. É promover a valorização das culturas locais, resgatar e reconstruir histórias, incentivar a participação ativa dos alunos na construção de um conhecimento significativo e relevante para sua realidade. É proporcionar uma educação que contemple tanto as necessidades do indivíduo quanto as necessidades da comunidade em que ele está inserido. A educação no campo é um direito e, ao mesmo tempo, um instrumento de transformação social.

## **7. EXPLORANDO A TRAJETÓRIA DA ESCOLA JOÃO SIMÕES LOPES NETO**

Empreendi uma investigação acerca da trajetória da Escola João Simões Lopes Neto, aprofundando-me na razão que motivou a comunidade a buscar a implantação de uma instituição de ensino médio em sua localidade. Meu propósito consistiu em registrar e documentar não somente o percurso histórico que conduziu à fundação desta escola, mas também em compreender sua relevância intrínseca para o contexto comunitário circundante. Além disso, promovi um diálogo aprofundado sobre a significância que a comunidade atribui a esta instituição educacional, não apenas enquanto espaço de aprendizagem, mas também como elemento fundamental para o progresso e consolidação da comunidade local. Nesse contexto, limitar-me-ei a apresentar os dados coletados e as análises efetuadas, mas também pretendo instigar uma reflexão crítica sobre o papel e a relevância da Educação do campo, bem como abordar os desafios enfrentados e vislumbrar as perspectivas futuras desta instituição educacional.

### **7.1 Reflexões sobre a importância da escola na vida dos alunos**

A instituição escolar desempenha um papel fundamental na vida dos alunos, transcendendo a mera transmissão de conhecimentos acadêmicos. Ela constitui um ambiente propício para o desenvolvimento integral dos indivíduos, influenciando seu crescimento pessoal, social e emocional. Além disso, a escola é um cenário privilegiado para a interação social e a formação de laços afetivos, como evidenciado pelas respostas fornecidas às perguntas subsequentes.

Durante as entrevistas com os alunos, solicitei que atribuísem graus de importância numa escala de 0 a 5, onde valores mais próximos de cinco (5) indicavam maior relevância atribuída aos temas discutidos. Além disso, foi requerido que justificassem os graus atribuídos. Para a primeira pergunta “**Qual a importância da escola na tua vida?**”, três (3) alunos (A1, A5 e A9) convergem em reconhecer a importância da escola como um catalisador de oportunidades e crescimento pessoal. Outros três alunos (A14, A17, A19) compartilham uma visão semelhante sobre a importância da escola como um agente transformador na vida pessoal e profissional.

Esses cinco alunos (A4, A11, A21, A26 e A31) destacam a relevância da escola em suas trajetórias educacionais e profissionais, evidenciando seu papel como um facilitador para o desenvolvimento pessoal e a realização de metas. Outros três alunos (A8, A15 e A24) compartilham uma visão positiva e abrangente sobre a importância da escola como um elemento fundamental para o crescimento pessoal e profissional.

Os alunos A2, A6, A10, A28, A12 reconhecem a escola como uma oportunidade para crescimento pessoal e profissional, além de ressaltarem seu papel na formação educacional e na busca por carreiras específicas. Para os alunos (A16, A18, A20, A23, A14) compartilham uma visão positiva sobre a influência da escola em suas vidas, reconhecendo-a como um agente de transformação pessoal e profissional, além de um meio para alcançar objetivos futuros. A3, A7, A13, A29, e A30 reconhecem a escola como uma ferramenta essencial para alcançar objetivos pessoais e profissionais, além de ressaltarem sua importância para a permanência em determinados contextos, como o do campo.

Destaca-se a resposta de A25 e A32:

A escola pra mim abriu vários caminhos e hoje tenho o privilégio de poder estar fazendo estágio na mesma isso pra mim é um grande passo na minha vida (A25).

Tudo que somos devemos à escola e nossos professores, hoje em dia a vida de quem não se alfabetizou é muito difícil, as vagas de emprego cada vez mais pedem escolaridade e nós como cidadãos precisamos do ensino para vida (A32).

Na resposta de A25, o estágio mencionado é percebido como um marco significativo na trajetória do indivíduo, indicando uma apreciação do papel da escola na sua formação e no seu desenvolvimento. Há uma expressão de gratidão pela

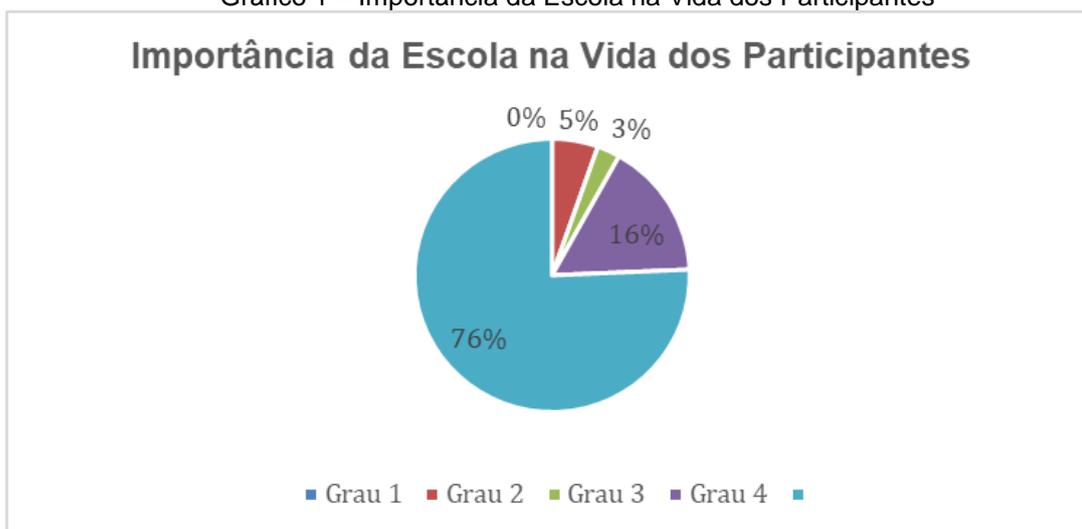
instituição educacional e pelos professores, reconhecendo-os como agentes fundamentais no processo de aprendizagem. Por outro lado, a resposta de A32 enfatiza a importância da educação na sociedade contemporânea. A falta de alfabetização é caracterizada como uma barreira significativa para o sucesso pessoal e profissional, especialmente em um contexto onde as exigências de escolaridade são crescentes no mercado de trabalho. Há uma consciência da necessidade do ensino como um direito fundamental dos cidadãos, fundamental para a participação plena na vida em sociedade. Ambas as respostas compartilham um reconhecimento da educação como um pilar essencial para o desenvolvimento individual e coletivo, destacando sua relevância na formação de cidadãos capacitados e na promoção da igualdade de oportunidades.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) estabelece a educação como um direito de todos e um dever do Estado e da família, garantindo a igualdade de condições para acesso e permanência na escola, independentemente de raça, gênero, orientação sexual, religião, entre outros aspectos (BRASIL, 1996). Além disso, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, determina que a educação é um direito de todos e dever do Estado, com a finalidade de promover o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Esses dispositivos legais refletem a compreensão da educação como um direito fundamental dos cidadãos, essencial para a participação plena na vida em sociedade (BRASIL, 1988).

Podemos identificar algumas nuances e divergências nas respostas. Enquanto a maioria destaca a importância da escola como um meio de acesso a oportunidades e como uma base para o desenvolvimento individual e social, algumas respostas destacam aspectos específicos, como a importância da escola para permanecer no campo (A27), a valorização dos estudos como um legado familiar (A36) e a necessidade do ensino médio completo para conseguir emprego na atualidade (A22). Portanto, embora haja uma concordância geral sobre a importância da escola, as respostas também refletem as diferentes perspectivas e experiências dos respondentes, mostrando que a relevância da escola pode ser percebida de maneiras diversas.

Em termos de discussão dos resultados, podemos usar a análise do resultado percentual das escolhas dos alunos em resposta à primeira pergunta.

Gráfico 1 – Importância da Escola na Vida dos Participantes



Fonte: Elaborado pela pesquisadora

O gráfico 1 mostra que houve uma grande concordância em relação à relevância da instituição educacional. Vinte e oito (28) alunos (76%) atribuíram o grau 5 de importância. Outros seis (6) alunos (16%) destacam que a escola é fundamental para o desenvolvimento pessoal, profissional e acadêmico, além de ser vista como um caminho para alcançar objetivos futuros, como ingressar na faculdade, conseguir emprego e realizar sonhos. A alta concordância dos alunos em relação à relevância da instituição educacional, evidenciada pelos percentuais mencionados, pode ser atribuída a vários fatores: consciência da importância da educação, percepção do impacto da educação na vida, e a crença no poder transformador da educação. Esses fatores combinados podem explicar por que os alunos atribuíram altos percentuais de importância à instituição educacional, demonstrando sua valorização e reconhecimento do papel fundamental que a educação desempenha em suas vidas.

A segunda pergunta “**A escola é importante e significativa no processo de permanência no campo?**” buscou explorar o papel da instituição educacional no contexto do campo, analisando sua importância e significado para a permanência das comunidades. A pergunta investigou os diversos aspectos que relacionam a presença e eficácia das escolas do campo à vitalidade e sustentabilidade das áreas agrícolas. Isso inclui considerações sobre acesso à educação, impacto socioeconômico, dinâmicas de migração rural-urbana, desenvolvimento comunitário e outras variáveis que influenciam a decisão das famílias de permanecerem ou migrarem para ambientes urbanos.

Essa perspectiva sobre a escola como promotora de valores e habilidades essenciais para a vida no campo encontra respaldo em Freire (1967), cuja pedagogia enfatiza a importância da educação como um processo de formação integral do ser humano, incluindo não apenas o ensino de conteúdos técnicos, mas também o desenvolvimento de valores éticos, sociais e culturais.

Para que os alunos respondessem essa pergunta foi pedido que marcassem uma das cinco alternativas a seguir: muito importante, importante, pouco importante, não sei dizer. Na sequência foi pedido que justificassem sua escolha. A seguir os resultados em forma de respostas: ao analisar as justificativas dos alunos que marcaram a alternativa "**muito importante**" em relação à importância da escola no campo, algumas ressalvas se destacam: em termos de consciência do valor da Educação do Campo, os alunos (A1, A2, A3, A7, A18, A22, A26, A27, A33, A34, e A36) reconhecem a importância da educação no contexto do campo, destacando que ela oferece oportunidades de crescimento e desenvolvimento para os habitantes destas áreas. Eles entendem que a escola não apenas proporciona conhecimento técnico, mas também promove valores e habilidades essenciais para a vida no campo.

Houve resposta voltada ao empreendedorismo e desenvolvimento com A28 destacando que a escola pode motivar os estudantes a adotar uma mentalidade empreendedora e a buscar formas de melhorar a vida no campo. Eles enfatizam que a educação pode ser um impulso para o desenvolvimento econômico e social das comunidades do campo, capacitando os indivíduos a explorar novas oportunidades e aprimorar suas práticas agrícolas.

Dornelas (2016), enfatiza a importância do empreendedorismo como uma ferramenta para o desenvolvimento econômico e social. Ele destaca que o empreendedorismo não se limita apenas à criação de novas empresas, mas também envolve a identificação e exploração de oportunidades, a inovação, a capacidade de assumir riscos calculados e a busca por soluções criativas para os desafios enfrentados pelos empreendedores.

Outras respostas estavam orientadas para o acesso e desafios da Educação no campo; A23 e A25 ressaltaram que a escola é fundamental no campo devido à falta de acesso a outras formas de educação, como a dificuldade de deslocamento para áreas urbanas ou a falta de recursos financeiros. Eles reconhecem que a

escola no campo desempenha um papel importante ao fornecer educação e oportunidades de aprendizado para os jovens que vivem nessas regiões.

Por fim, no que tange a escolha da alternativa “**muito importante**”, houve, ainda, uma resposta (A31) que destacou a preparação para a modernidade, mencionando a importância da educação no campo para preparar os habitantes rurais para lidar com os avanços tecnológicos e as mudanças na sociedade moderna. Ele destaca que a educação é essencial para equipar os indivíduos com as habilidades necessárias para enfrentar os desafios contemporâneos e aproveitar as oportunidades oferecidas pelo mundo digital e globalizado.

Em resumo, para 40,54% dos alunos, as justificativas refletem uma compreensão profunda da importância da educação no contexto do campo, abordando tanto aspectos práticos quanto conceituais. Eles reconhecem que a escola desempenha um papel vital no fortalecimento das comunidades rurais e na promoção do desenvolvimento sustentável no campo.

Na dimensão prática, percebem a educação como uma fonte de geração de renda e oportunidades econômicas, alinhando-se com as ideias de Dornelas (2016) sobre o empreendedorismo como motor de desenvolvimento nas áreas do campo. Já na dimensão conceitual, os alunos demonstram compreender a educação como um instrumento de transformação social, em consonância com as ideias de Freire (1987). Reconhecem-na como um direito fundamental dos cidadãos, conforme a legislação educacional brasileira, e como essencial para a participação plena na vida em sociedade, refletindo uma visão conceitual da importância da educação como base para o desenvolvimento humano e social das comunidades rurais (BRASIL, 1996).

Analisando as justificativas dos alunos que marcaram a alternativa “**importante**”, podemos destacar a resposta de A16.

Acredito que escolas que possuem um viés mais voltado para o campo em si, por exemplo técnicas agrícolas, têm um importante incentivo para permanência no campo. Entretanto, as escolas de um modo geral abrem nossa visão para um mundo com outras escolhas, e alguns alunos acabam optando por cidades em função de graduação e mercado de trabalho (A16)

A resposta de A16 indica que escolas com ênfase no campo podem motivar a permanência rural, enquanto as escolas em geral ampliam as perspectivas dos alunos. Ambos os aspectos são essenciais para preparar os estudantes para uma

variedade de escolhas de vida, reconhecendo a diversidade de aspirações individuais e os diferentes contextos em que podem optar por viver e trabalhar.

As respostas de A5, A10, A11, A12, A13, A14, A16, A21, A24, e A30) destacam a importância geral da escola no campo, enfatizando aspectos como o desenvolvimento de habilidades, a busca por conhecimento, a promoção da sabedoria, a melhoria da qualidade de vida, o estímulo ao aprendizado mútuo, a valorização da educação local e a conveniência da proximidade da escola para os estudantes.

Destacando os desafios da Educação do Campo, A17 observa as dificuldades enfrentados pelos alunos do campo em concluir seus estudos, apontando para questões estruturais que precisam ser abordadas para melhorar a educação nessas áreas. No que tange a diversidade de aspirações, A29 destaca que nem todos os alunos têm o desejo de permanecer no campo, ressaltando a diversidade de aspirações profissionais e pessoais dos estudantes rurais. Por fim, A35 aponta para a importância de garantir que as escolas no campo ofereçam estímulos adequados para os alunos, indicando uma necessidade de melhorias na forma como a educação é proporcionada nessas áreas.

Em resumo, para 35,13% dos alunos, as justificativas abordam uma variedade de aspectos relacionados à importância da escola no campo, destacando tanto os benefícios quanto os desafios associados à educação.

Ao analisar as justificativas dos alunos que marcaram a alternativa "**pouco importante**" em relação à resposta de A6, o destaque está na importância do novo modelo de ensino médio que permite aos alunos escolherem o que desejam estudar de acordo com seus objetivos de vida, reconhecendo a importância da autonomia na educação. Na resposta de A15, o ponto relevante é a ênfase na influência da base familiar e da vivência cotidiana no campo sobre a decisão dos jovens em permanecer ou não na área rural. Isso sugere que a influência da escola do campo pode ser limitada diante desses fatores preexistentes na vida dos alunos.

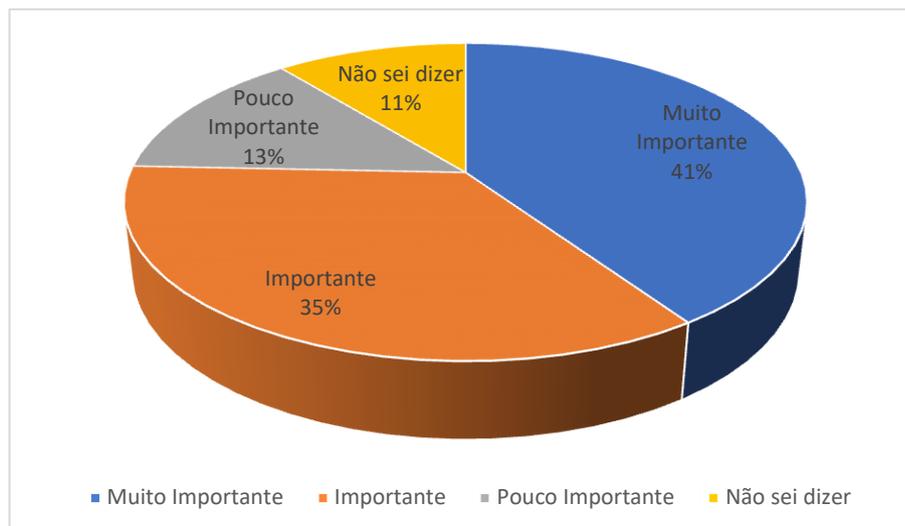
Na resposta de A20, a relevância está na observação de que, após a formação, muitas pessoas deixam o campo para buscar oportunidades de trabalho na cidade. Isso destaca um padrão de migração rural-urbana que transcende a influência específica da escola do campo e pode ser impulsionado por fatores socioeconômicos e de mercado de trabalho.

Em relação à importância da escola no campo, destaco alguns pontos: o êxodo rural, onde A32 menciona que muitas pessoas deixam o campo após a formação escolar para buscar oportunidades de trabalho nas cidades, sugerindo que a educação no campo pode ter menos relevância devido à tendência de migração para áreas urbanas em busca de melhores condições de vida ou oportunidades de emprego. Outro ponto é a influência limitada na escolha de morar na zona urbana; A37 compartilha a experiência pessoal do aluno, indicando que frequentar escolas no interior durante o Ensino Fundamental e Médio não influenciou sua decisão de morar na zona urbana. Isso sugere que, para esse aluno, a educação recebida no campo teve pouca influência em sua escolha de local de residência. Ou seja, a escola tem influência, mas não decisiva. O decisivo está relacionado às condições objetivas dos sujeitos de permanecerem ou não, ou seja, se o aluno dispõe de espaço para produção da vida no campo.

Portanto as justificativas de 13,51% dos alunos ressaltam uma visão de que, para alguns, a educação recebida no campo pode não ser considerada tão relevante em comparação com outros fatores que influenciam suas decisões de vida, como oportunidades de emprego, terras para plantar, qualidade de vida ou preferências pessoais. Isso sugere a necessidade de abordar questões relacionadas à qualidade e relevância da educação rural para garantir que atenda adequadamente às necessidades e aspirações dos estudantes que permanecem nessas áreas.

Em termos de discussão dos resultados, podemos usar a análise do resultado percentual das escolhas dos alunos em resposta à segunda pergunta que revela uma forte tendência em direção à percepção positiva da importância da escola nas comunidades do campo. A grande maioria dos alunos, representando 41% da amostra, assinalou a alternativa "muito importante". Esse resultado reflete uma consciência generalizada entre os estudantes sobre o papel fundamental desempenhado pela escola no contexto do campo, sugerindo uma compreensão da sua relevância para o desenvolvimento e bem-estar de sua comunidade.

O gráfico 2 ilustra o resultado.



Já os alunos que representam 35% dos entrevistados, escolheram a opção importante, o que sugere que uma parcela substancial dos alunos reconhece a contribuição da educação para a permanência e prosperidade das comunidades no campo, embora talvez não atribuam à escola um papel tão central quanto o grupo majoritário. Por outro lado, uma parcela minoritária dos alunos, representando 13% da amostra indicou que consideram a escola "pouco importante". Essa visão contrasta com a maioria expressiva que valoriza fortemente o papel da escola no contexto rural e pode sugerir uma perspectiva divergente ou subestimação dos benefícios educacionais para as comunidades do campo por parte desses alunos. É interessante observar que a proporção 11% dos alunos, (A4, A8, A9, A19) e da amostra, respondeu "não sei dizer". Isso sugere que a maioria dos alunos possui opiniões formadas ou pelo menos uma inclinação em relação à importância da escola no contexto do campo, indicando um nível razoável de conscientização sobre essa questão entre os estudantes.

Analisando as justificativas dos alunos que marcaram a alternativa "**não sei dizer**", destaco a resposta de A4:

É muito relativo, mas, para mim, por exemplo, a escola tirou qualquer vontade que eu tinha de ficar no campo com projetos referentes a ele que me fizeram praticamente odiar qualquer coisa haver com o assunto. Claro que eu nunca pensei em ficar no campo e nem gosto de morar aqui, então esses projetos mal elaborados e feitos só ajudaram a eu gostar cada vez menos da escola. Porém, acredito que para as pessoas que se identificam e gostam, é bastante importante pois pode servir de um meio de aprendizado

de novas técnicas (como a poda por exemplo, na minha escola do fundamental era ensinado como podar). Por isso digo que é relativo (A4).

A4 expressa uma visão relativa sobre a importância da escola no campo, reconhecendo que sua experiência pessoal afetou sua percepção, mas ressaltando que a escola pode ser significativa para aqueles que se identificam com a vida rural e têm interesse em aprender novas técnicas específicas para o campo. Em conjunto, esses resultados destacam a percepção predominante entre os alunos de que a escola desempenha um papel essencial na sustentação e desenvolvimento das comunidades rurais, ressaltando a importância da educação como um recurso fundamental para a permanência e progresso dessas áreas.

Para a terceira pergunta "**Se você tivesse a opção de estudar em uma escola de Ensino Médio na cidade, você iria? Por quê?**" ofereci aos alunos entrevistados as opções: sim, talvez, não, de forma alguma. Em seguida, pedi que justificassem suas escolhas. Entre as justificativas para a escolha "**Sim**", alguns pontos importantes se destacam, a saber: quanto a estrutura e recursos, A1, A5 e A6 mencionam a importância da infraestrutura escolar, como laboratórios e salas de aula adequadas, como um fator motivador para estudar na cidade. Já no que tange a oportunidades educacionais, A3, A16 e A26 destacam a disponibilidade de cursos técnicos e outras oportunidades educacionais como um motivo para optar por uma escola na cidade. A5, A17 e A26 apontam desafios de acesso e transporte como barreiras para frequentar uma escola no campo, enfatizando a conveniência de estudar na cidade. Quanto a percepção da qualidade do ensino, A6 e A26 abordam que o ensino pode ser melhor na cidade, seja devido à estrutura, recursos ou simplesmente à sensação de que há mais oportunidades. Esses pontos refletem as diferentes considerações e preferências dos alunos em relação ao ambiente educacional e as oportunidades disponíveis, influenciando suas decisões sobre onde estudar.

Quanto as justificativas para a escolha "**talvez**", destaco alguns aspectos importantes percebidos como, por exemplo, o valor da escola do campo, onde A2, A9, A13, A18, A24, A31 ressaltam que a escola do campo oferece mais do que apenas conhecimento acadêmico, enfatizando aspectos como o ambiente, os professores e a comunidade como elementos valiosos para a experiência educacional. A preferência pessoal para A9, A12, A14, A18, A27, A31 que expressam preferências pessoais em relação ao ambiente de estudo, seja por

gostarem mais da cidade, por estarem mais acostumados ao campo ou por questões práticas como distância e transporte. A qualidade do ensino para A24, A27, A31, A34 que destacam a percepção de que o valor do ensino é o mesmo, independentemente do local, mas também mencionam a importância de oportunidades de ensino técnico e científico mais abrangentes. E por fim a necessidade de diferenciação; A27, A34, A36 sugerem que a presença de um diferencial, como um programa de ensino técnico integrado ao ensino médio, poderia influenciar a decisão de estudar na cidade. Esses pontos refletem as diferentes perspectivas e considerações dos alunos em relação ao ambiente educacional, à qualidade do ensino e às oportunidades disponíveis.

Quanto as justificativas para a escolha “**não**”, destaco vários aspectos. Entre os quais estão a identidade e pertencimento nas justificativas de A4, A7, A10, A11, A15, A21, A25, A28, A30, A32, A33, A35, A37, A38 que ressaltam o sentimento de pertencimento à comunidade e à escola do campo, onde os alunos se sentem confortáveis e integrados devido às vivências compartilhadas e à proximidade com suas casas e comunidades.

Ressalto a resposta de A22:

Não optaria por escola na cidade, porque as escolas onde cursei ensino fundamental e médio me acolheram da melhor forma possível, além disso, os professores e funcionários em geral se dedicavam a nos proporcionar a maior qualidade de ensino.

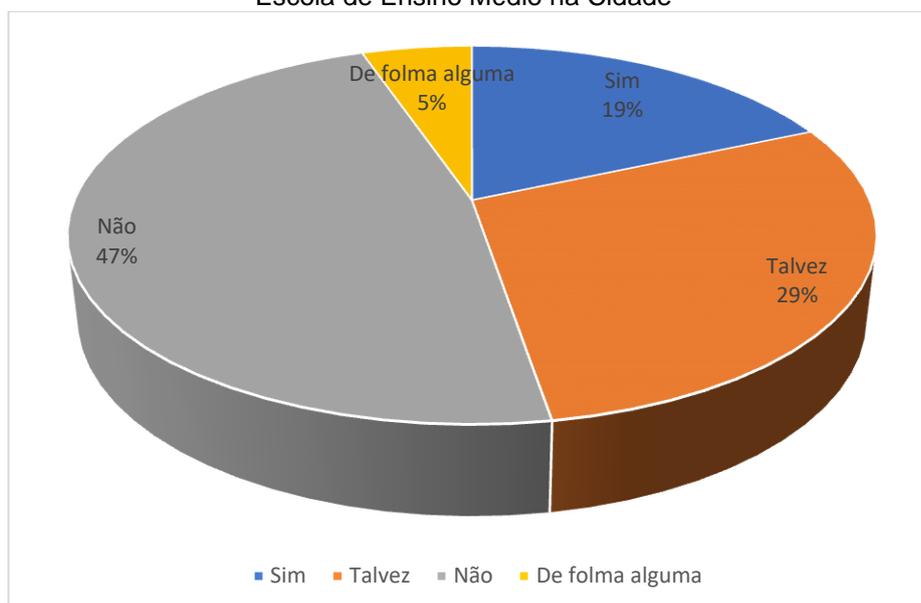
Na resposta de A22, o aspecto mais relevante é a valorização da experiência positiva vivenciada nas escolas do campo durante o ensino fundamental e médio. Destaca-se a importância do acolhimento e da dedicação dos professores e funcionários, que proporcionaram uma educação de qualidade aos alunos. A preferência pessoal está presente nas respostas de A8, A23, A28, A30, A35, A37 que expressam a predileção por estudar no campo, seja por gostarem do ambiente mais tranquilo, da qualidade do ensino ou da facilidade de acesso. O acesso e praticidade são destacados por A21, A28, A30, A37, A38 que destacam a conveniência de estudar no campo, especialmente devido à proximidade com suas residências e à disponibilidade de transporte. E por fim, a percepção da qualidade do ensino mencionados por A20, A22, A23, A25, A32, A33, A37, A38 que asseveram que a qualidade do ensino no campo é equivalente à da cidade, enfatizando a competência dos professores e a dedicação da escola em

proporcionar uma boa educação. Esses pontos refletem as experiências e percepções dos alunos em relação ao ambiente educacional no campo, ressaltando a importância do sentimento de pertencimento, da qualidade do ensino e da conveniência para a escolha de permanecer estudando na escola rural.

As justificativas para a escolha “**de forma alguma**”, destacam apenas dois aspectos: preferência pessoal, momento em que A19, A29 enfatizam a preferência dos alunos por estudar na escola do campo, indicando uma forte conexão com o ambiente rural e uma resistência em mudar para a cidade para estudar. E visão contrária à mudança, nesse caso A29 expressa uma posição contrária à ideia de ir para a cidade estudar, sugerindo uma convicção de que as escolas do campo são essenciais e suficientes para atender às necessidades educacionais dos alunos locais. Esses pontos refletem a importância do vínculo emocional com o ambiente rural e a resistência à mudança para a cidade, destacando a valorização das escolas do campo como instituições fundamentais para a comunidade local.

Desta forma, em termos de discussão dos resultados, apresento a análise do resultado percentual das escolhas dos alunos no gráfico 3.

Gráfico 3 – Opiniões dos Alunos sobre Estudar em Escola de Ensino Médio na Cidade



Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Os percentuais de respostas indicam as seguintes tendências em relação à pergunta: 19% sim, representa uma parcela significativa dos entrevistados que estaria disposta a estudar em uma escola de Ensino Médio na cidade, mesmo tendo outras opções. Isso sugere que uma parte dos alunos vê valor ou vantagens em estudar na cidade, seja por acesso a recursos adicionais, oportunidades educacionais específicas ou preferência pessoal pelo ambiente urbano; 29% talvez, indica que quase um terço dos entrevistados está indeciso ou ambivalente em relação à possibilidade de estudar em uma escola de Ensino Médio na cidade. Isso pode refletir uma incerteza sobre os benefícios ou desvantagens de frequentar uma escola urbana em comparação com a rural, ou pode ser influenciado por fatores pessoais ou circunstanciais; 47% não, o que significa que a maioria dos entrevistados expressou uma clara preferência por não estudar em uma escola de Ensino Médio na cidade. Isso indica uma forte ligação emocional ou prática com a escola do campo e/ou uma relutância em deixar o ambiente rural para buscar educação na cidade, seja por preferência pessoal, familiaridade ou outras razões; e por fim, 2% respondeu de forma alguma, embora seja uma minoria, essa resposta indica uma firme oposição à ideia de estudar em uma escola de Ensino Médio na cidade. Isso sugere que há uma pequena parcela de alunos que têm uma aversão clara ou insuperável ao ambiente urbano, e estão firmemente comprometidos em permanecer no campo para sua educação.

Para a quarta pergunta **“Quais as maiores dificuldades que um estudante do Ensino Médio noturno do campo enfrentam?”** ofereci aos alunos entrevistados as opções: o cansaço após um longo dia de trabalho; as longas estradas percorridas; as condições das estradas, a chuva, o frio; outras. Na sequência pediu-se que justificasse suas escolhas.

Para a primeira alternativa supramencionada destaco o cansaço físico e mental após um longo dia de trabalho como as respostas de A1, A9, A13, A27 e A28 que mencionam diretamente o cansaço como uma das principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes do Ensino Médio noturno do campo. Essa exaustão resulta da jornada de trabalho durante o dia, tornando desafiador manter o foco e a energia para os estudos à noite. As respostas ressaltam como o cansaço proveniente do trabalho afeta a capacidade de concentração e aprendizado dos

alunos, evidenciando que chegar à escola exausto compromete sua capacidade de absorver o conteúdo e participar ativamente das aulas.

Para a alternativa “**as longas estradas percorridas**”, as justificativas de A2, A3, A7, A12, A16, A21, A24, A29, A31, A37, mencionam as longas estradas percorridas pelos estudantes do Ensino Médio noturno do campo como uma das principais dificuldades. O tempo gasto no deslocamento é significativo, causando cansaço físico e psicológico, atrapalhando o foco nos estudos e comprometendo o tempo disponível para descanso e outras atividades.

Destaco as respostas de A23 e A38:

Sair muito cedo de casa e volta e tarde(A23).

As estradas percorridas por ser longas e de más condições, mas sem dúvida que o mais cansativo era acordar 5:30 da manhã para trabalhar depois ir estudar e chegar 23:30 em casa toda semana(A38).

As respostas destacam como as longas estradas e o tempo de deslocamento interferem na rotina dos estudantes, levando-os a sair cedo de casa e retornar tarde. Isso afeta não apenas os estudos, mas também a vida pessoal e profissional, comprometendo o equilíbrio entre trabalho, estudo e descanso.

Para a alternativa “**as condições das estradas**”, as justificativas de A5, A14, A17, A19, A25, A33, A34 mencionam as más condições das estradas como uma das principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes do Ensino Médio noturno do campo. Os relatos descrevem estradas cheias de buracos, inseguras e que podem causar danos aos veículos de transporte, além de tornar o percurso desconfortável e até perigoso para os alunos.

As condições das estradas representam um desafio significativo para os estudantes do Ensino Médio noturno do campo. Estradas ruins podem tornar o transporte difícil, perigoso e desconfortável, afetando diretamente a acessibilidade e a segurança dos alunos no caminho para a escola. Essa dificuldade é enfatizada em várias respostas, indicando que as más condições das estradas são uma preocupação comum e relevante para os estudantes do campo.

Para a alternativa “**a chuva, o frio**”, as justificativas de A15 e A18 mencionam os dias de chuva como uma das principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes do Ensino Médio noturno do campo. A chuva pode resultar em falta de luz e até mesmo na suspensão das aulas, tornando o acesso à educação ainda

mais desafiador para os alunos. A22 destaca que, em dias de chuva, alguns alunos enfrentam dificuldades adicionais de transporte, pois o veículo pode não passar em frente às suas casas. Isso torna o deslocamento para a escola ainda mais complicado e estressante para esses estudantes. Os dias de chuva representam uma adversidade significativa para os estudantes do Ensino Médio noturno do campo. Além de dificultar o acesso à escola devido à falta de transporte ou estradas alagadas, a chuva pode impactar negativamente o funcionamento das aulas, resultando em interrupções no processo educacional. Essa condição climática adversa afeta diretamente a rotina e o desempenho acadêmico dos alunos, tornando-a uma das principais preocupações mencionadas.

Para a alternativa “**outros**”, a justificativa de A4 menciona a demora no transporte como uma dificuldade enfrentada pelos estudantes do Ensino Médio noturno do campo. Isso pode resultar em atrasos para chegar à escola ou voltar para casa, afetando a pontualidade e a organização da rotina dos alunos. A26 destaca a dificuldade em conciliar trabalho e estudos como um desafio significativo para os estudantes do campo. O equilíbrio entre as responsabilidades profissionais e acadêmicas pode ser difícil de alcançar, levando a um maior estresse e sobrecarga para esses alunos, e A20 e A36 mencionam as condições de transporte como uma preocupação para os estudantes. Isso pode incluir problemas como superlotação, desconforto, insegurança ou falta de infraestrutura adequada nos veículos utilizados para o deslocamento até a escola. Os participantes perceberam outras dificuldades além das mencionadas nas opções fornecidas. Esses fatores adicionais contribuem para os desafios enfrentados pelos estudantes do Ensino Médio noturno do campo, afetando seu acesso à educação e seu desempenho acadêmico.

Importa mencionar aqueles alunos que embora não tenham sido orientados a escolherem mais de uma alternativa, assim o fizeram. Desta forma, para que eu pudesse incluí-los nas análises enquanto novo grupo, criei uma nova alternativa estabelecida a partir das respostas e não apenas da pergunta. A nova alternativa é “**múltipla escolha**”, podendo escolher uma, duas ou todas as alternativas. Então, para esta última alternativa as justificativas de A6, A8, A10, A11, A30, A32, A35 mencionam o cansaço como uma das principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes do Ensino Médio noturno do campo.

Destaca-se a resposta de A6:

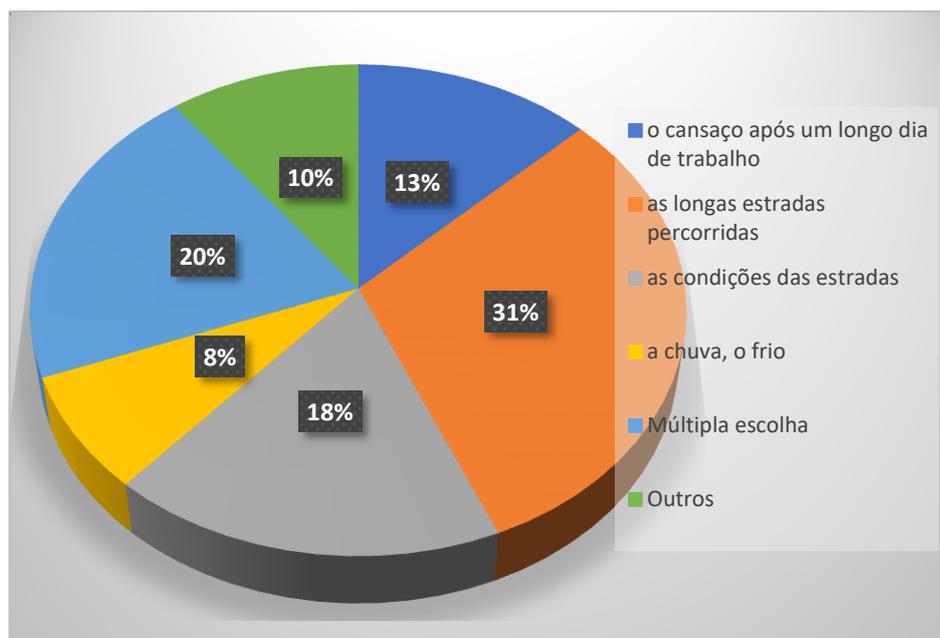
Como não tinha opção de marcar mais de uma acima vou citar outras mais aqui: o cansaço depois de um dia de trabalho que muitas vezes faz diversos alunos desistirem da escola, a condição precária das estradas, que, além de ser um trajeto longo, as estradas ruins fazem tudo ser pior ainda. Além de que quando chove demais não tem nem aula por conta das estradas. A falta de um gerador na escola (essa é específica pra JSLN) porque muitas vezes falta luz e a gente tem que voltar pra casa porque não tem gerador(A6).

O cansaço decorrente do trabalho durante o dia torna ainda mais desafiador o processo de aprendizagem à noite, afetando o desempenho acadêmico dos alunos. Daí a importância de se pensar calendários alternativos, ou seja, alternância. Tempo escola e tempo trabalho. Suas respostas contemplam, também, as más condições das estradas como uma dificuldade significativa. Estradas ruins, especialmente durante períodos de chuva, tornam o deslocamento até a escola mais difícil e perigoso, contribuindo para atrasos, cancelamentos de aulas e até mesmo desistência dos estudos.

Por fim, esses alunos ressaltaram o impacto negativo das condições climáticas, como chuvas intensas e frio, no acesso à escola e no processo de aprendizagem dos estudantes. Essas condições podem levar ao cancelamento de aulas e criar obstáculos adicionais para os alunos que já enfrentam outras dificuldades, como o cansaço e as más condições das estradas. Os participantes provavelmente escolheram marcar várias alternativas porque reconhecem que os estudantes do Ensino Médio noturno do campo enfrentam uma variedade de desafios interligados. Esses desafios incluem não apenas o cansaço decorrente do trabalho e as más condições das estradas, mas também o impacto das condições climáticas adversas, como chuvas intensas e frio, que tornam ainda mais difícil o acesso à escola e o processo de aprendizagem. Um calendário diferente seria interessante. Ao marcar várias alternativas, os participantes destacam a complexidade e a multiplicidade de dificuldades enfrentadas pelos estudantes do campo.

Em termos de discussão dos resultados, podemos usar a análise do resultado percentual das escolhas dos alunos apresentados a seguir no gráfico 4.

Gráfico 4 – Principais Dificuldades dos Estudantes do Ensino Médio Noturno no Campo



Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Os percentuais de respostas em relação à pergunta indicam as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes do Ensino Médio noturno do campo, de acordo com a percepção dos respondentes: (13%) escolheram “cansaço após um longo dia de trabalho”; isso sugere que uma parcela significativa dos estudantes enfrenta dificuldades devido ao cansaço decorrente do trabalho diurno, o que pode afetar negativamente seu desempenho acadêmico durante a noite. As longas estradas percorridas ficaram com 31% dos alunos é, portanto, o fator mais citado, indicando que a maioria dos estudantes enfrenta desafios relacionados ao deslocamento até a escola, que muitas vezes envolve trajetos extensos e complicados. As condições das estradas (18%) mostram que uma parcela significativa dos alunos enfrenta dificuldades devido às más condições das estradas, o que pode dificultar ainda mais o acesso à escola e aumentar os riscos durante o transporte. A chuva, o frio (7%) foi a opção menos citada, mas ainda é uma preocupação para alguns estudantes, indicando que as condições climáticas adversas podem representar um desafio adicional para o acesso à escola e o processo de aprendizagem.

Por fim, a opção “**múltipla escolha**” (20%): Este percentual considerável sugere que muitos respondentes sentiram que mais de uma das opções oferecidas se aplicava às dificuldades enfrentadas pelos estudantes do Ensino Médio noturno do campo. Isso reflete a complexidade e a interconexão dos desafios enfrentados por esses estudantes, que muitas vezes estão relacionados entre si. O fato de a

opção "múltipla escolha" ter sido escolhida por 20% dos respondentes, apesar de não estar inicialmente entre as opções oferecidas, destaca a importância de reconhecer a diversidade e a complexidade das dificuldades enfrentadas pelos estudantes do campo. Isso indica que uma abordagem mais abrangente e flexível pode ser necessária ao abordar as necessidades e os desafios desses alunos.

Para a quinta e última pergunta **“Em que a escola ajuda você no trabalho em tua propriedade? Os aprendizados são importantes e significativos?”** Não havia alternativas a serem marcadas, bastava responder à pergunta. Apenas 26 alunos responderam a esta última questão.

Os alunos expressam diferentes visões sobre a relação entre a escola e o trabalho em propriedades. Enquanto alguns como A2 destacam a importância do conhecimento adquirido na escola para aplicá-lo na prática, outros como A4 reconhecem sua contribuição para formar ideias próprias. A8 ressalta a experiência e conhecimento oferecidos pela escola na administração da propriedade, enquanto A10 menciona exemplos específicos de como ela melhora a produtividade. A11 realça o incentivo à agricultura familiar, A13 reflete sobre abrir novos horizontes e A14 destaca a importância do conhecimento escolar. A15 enfatiza sua aplicabilidade prática, A16 destaca seu papel na educação dos filhos, e A18 menciona habilidades econômicas e técnicas. A19 valoriza a lição sobre produtores rurais, A21 ressalta o significado do aprendizado, A22 a contribuição para o desenvolvimento pessoal e A23 na escolha profissional. A24 enfatiza a formação como indivíduo. Apesar das diferentes perspectivas, todos concordam com a importância da escola no desenvolvimento pessoal e profissional, influenciando positivamente o trabalho em propriedades.

As opiniões dos alunos sobre a contribuição da escola para o trabalho em propriedades variam, mostrando discordância em relação à eficácia do ensino. A1 expressa uma visão cética, argumentando que a escola não é útil devido à diferença entre o trabalho na propriedade e o currículo escolar. Já A3 acredita que a escola está mais voltada para preparar para vestibulares do que para a vida cotidiana, apesar de reconhecer a aplicação de alguns aprendizados em casa. A20 questiona a relevância direta do conhecimento escolar na propriedade e sugere a inclusão de educação financeira como alternativa mais útil. Enquanto isso, A25 destaca a falta de direcionamento do ensino para a vida no campo, mas ressalta a importância de qualquer aprendizado. A26 reconhece a ausência de um componente curricular

específico sobre agricultura e pecuária, embora reconheça que alguns conteúdos indiretamente contribuíram. Apesar das discordâncias, todas as opiniões refletem a busca por uma educação mais alinhada com as necessidades práticas do trabalho em propriedades.

Ressalta-se algumas respostas que foram breve demais:

São importantes, ajuda a compreender melhor, e dialogar em maiores grupos de pessoas(A5).

Sim, quando a gente estuda, a gente sempre compara com exemplos no nosso cotidiano, acredito que quando estamos formados sempre colocamos em prática o que a gente aprende na escola(A6).

Os aprendizados são sim importantes, mas não para minha propriedade e sim pra vida no geral(A7).

Em poucas coisas, pois não ensinaram sobre coisas do campo(A12).

Os aprendizados são muito importantes e significativos sim(A17)!

Dentre as respostas fornecidas à pergunta sobre a ajuda da escola no trabalho em propriedades, os alunos expressam uma variedade de perspectivas. A5 destaca a importância da escola para compreender e dialogar em grupos maiores, enquanto A6 enfatiza a prática de comparar o aprendizado escolar com situações cotidianas. Por outro lado, A7 considera os aprendizados escolares mais relevantes para a vida em geral do que para a propriedade específica, e A9 expressa a opinião de que a escola não oferece ajuda em sua propriedade. Apesar disso, A17 reconhece a importância e significado dos aprendizados escolares, mesmo que não sejam diretamente aplicáveis à propriedade. Essas respostas refletem uma variedade de percepções sobre o papel da escola no contexto do trabalho em propriedades, destacando tanto aspectos positivos quanto negativos.

## **7.2 O Papel da escola como centro de diálogo e desenvolvimento na comunidade do campo**

A seguir, explorarei o papel fundamental da escola como catalisadora do diálogo e desenvolvimento na comunidade do campo. Analisei as diversas perspectivas dos participantes sobre como a instituição pode se tornar um centro de referência e envolvimento, promovendo uma educação de qualidade e fortalecendo os laços comunitários.

Para a primeira pergunta **“como se deu a participação da comunidade na constituição da escola João Simões Lopes Neto”**, as respostas variaram, mas convergiram para a busca por uma educação mais acessível e justa para os estudantes locais. Importa mencionar que duas pessoas não responderam esta

primeira pergunta do questionário. O participante MC1 descreveu o processo como democrático, destacando a importância da participação igualitária da comunidade.

Destaca-se a fala de MC2:

Acredito que muitas pessoas vendo as dificuldades que nossos filhos enfrentaram para poder estudar, levando muitos a desistência do ensino médio, começaram uma caminhada em busca de uma possibilidade mais facilidade, que fosse menos cansativa, mais justa, porque não uma escola de ensino médio no campo, na nossa localidade? Então fomos buscar apoio político de autoridades locais, reivindicar, pedir por oportunidades, não era justo que o estudante do campo passasse horas na estrada, saindo de madrugada e voltando muito tarde.

MC2 destaca a luta por uma escola de ensino médio no campo, reconhecendo as dificuldades enfrentadas pelos estudantes rurais. Ele busca apoio político local e reivindica oportunidades justas, argumentando contra o longo trajeto até as escolas urbanas. Sua narrativa destaca a necessidade de uma educação mais acessível e equitativa para todas as comunidades.

Outros ressaltam a luta e o empenho coletivo como elementos fundamentais (MC3, MC9). A mobilização intensa e estratégica, envolvendo interação com outras escolas, atividades de divulgação e uma grande assembleia com amplo apoio comunitário, também é destacada (MC5). No entanto, algumas respostas apontam para desafios enfrentados durante o processo. Por exemplo, a falta de mobilização satisfatória da comunidade (MC7) e a resistência por parte do poder público (MC12) são mencionadas.

É interessante observar que, apesar das diferentes perspectivas, todas as respostas refletem uma preocupação compartilhada pela comunidade em garantir o acesso à educação de qualidade para seus membros, especialmente considerando as dificuldades enfrentadas pelos estudantes rurais. A mobilização da comunidade em busca de uma escola local evidencia um desejo coletivo de superar esses desafios e promover o desenvolvimento educacional e social da região. No entanto, a diversidade de experiências e percepções ressaltadas nas respostas também indica que o processo de constituição da escola foi complexo e envolveu diferentes atores e obstáculos.

Particularmente, acredita-se que a mobilização e participação ativa da comunidade são elementos essenciais para o sucesso e a sustentabilidade de iniciativas educacionais locais. Ao mesmo tempo, é fundamental que haja apoio e

colaboração por parte das autoridades locais e do poder público para superar os desafios e garantir o acesso à educação para todos os membros da comunidade. Sem política pública a ação dos sujeitos não encontra sustentação. A diversidade de perspectivas e experiências ressaltadas pelos participantes demonstra a complexidade e a importância do envolvimento da comunidade na construção e no fortalecimento de instituições educacionais.

Após questionar os membros da comunidade sobre **“Quais foram as formas de mobilização/ e ou lutas desenvolvidas pela comunidade local na busca da implantação do Ensino Médio e conseqüentemente a instalação da Escola nessa localidade”**, emergiram várias perspectivas. As respostas de MC1, MC2 e MC3 destacam a importância de reuniões, organização coletiva e manifestações para alcançar o objetivo de estabelecer a escola. Isso reflete a necessidade de engajamento ativo e persistência ao longo do processo de mobilização.

Destaca-se a resposta de M6:

Através de diálogo permanente com as autoridades educacionais e comunidade em geral. Foram anos de luta, através de seminários regionais, estaduais, nacionais, encontros em que tivesse a oportunidade estávamos reivindicando. A comunidade quilombola localizada no território foi uma grande parceira.

Freire (1987), ao defender a educação como direito fundamental, enfatiza a necessidade de mobilização comunitária para garantir esse direito, evidenciando que a participação da comunidade é essencial na construção de instituições educacionais acessíveis a todos. Essa abordagem de diálogo permanente e mobilização da comunidade para reivindicar seus direitos educacionais reflete a visão de Freire (1987) sobre a importância da conscientização e da ação coletiva na transformação da sociedade. O autor destaca a necessidade de um engajamento ativo e persistente para superar as injustiças e promover mudanças sociais significativas. O diálogo contínuo com as autoridades e a mobilização da comunidade, incluindo a parceria com grupos como a comunidade quilombola, exemplificam a busca por uma educação mais justa e inclusiva, alinhada com os princípios freirianos de conscientização e empoderamento.

MC6 adotou uma abordagem de *advocacy*<sup>10</sup> persistente, envolvendo diálogo contínuo com autoridades educacionais e a comunidade. Sua estratégia reflete um compromisso duradouro com mudanças e conscientização sobre a importância da participação coletiva. Essa abordagem demonstra uma busca contínua por soluções e uma consciência da importância da solidariedade comunitária.

Conforme Monteiro *et al.*, (2022) “advocacy são iniciativas de incidência ou pressão política na promoção de uma causa ou interesse com o objetivo de visibilizá-las no debate público e influenciar as políticas públicas” (p.64).

Nesse contexto, MC7, MC8 e MC10 apontam para uma abordagem igualmente voltada ao diálogo e à interação com autoridades educacionais, associações locais e órgãos governamentais. Essa estratégia demonstra uma tentativa de influenciar as decisões políticas e administrativas em prol da causa. Freire (1987), destaca a necessidade de uma educação que estimule a consciência crítica e o engajamento político dos indivíduos, enfatizando a importância do diálogo e da ação coletiva na busca por uma sociedade mais justa e igualitária. Além disso, Fernandes (2009), ressalta a importância da organização e mobilização popular para a conquista e defesa de direitos, evidenciando a relevância da estratégia adotada por MC6 para promover mudanças efetivas no campo educacional. Em obras como "Pedagogia da Autonomia" e "Educação como Prática da Liberdade", Freire destaca a importância do diálogo horizontal entre educadores, estudantes e comunidade, bem como a necessidade de engajamento político para enfrentar as injustiças estruturais no sistema educacional. Assim, a abordagem de MC7, MC8 e MC10 está fundamentada na concepção freiriana de educação como instrumento de conscientização e transformação social.

Além disso, a participação da comunidade, mencionada por MC9, MC11 e MC12, em reuniões e eventos relacionados à educação, mostra o compromisso dos pais, líderes comunitários e autoridades locais com o sucesso do empreendimento educacional. Para Freire (1996), a cidadania vai além do mero exercício de direitos civis e políticos; ela implica uma participação ativa e responsável na construção coletiva do destino social. Nesse sentido, ao se envolverem em reuniões e eventos

---

<sup>10</sup> Advocacy: A palavra “advocacy”, vinda do latim *advocare*, tem origem anglo-saxã, cujo significado era, basicamente “apoiar uma causa”. Contudo, ao elaborar um pouco mais o conceito, este seria a livre manifestação popular de entidades e instituições civis de maneira a influenciar nas decisões de formulação de políticas públicas. Disponível em: <https://www.brasilledireitos.org.br/atualidades/advocacy-o-que-e-qual-sua-importancia>

educacionais, os pais, líderes comunitários e autoridades locais estão exercendo sua cidadania ao contribuir para o aprimoramento do empreendimento educacional, demonstrando um compromisso comum com o bem-estar e o desenvolvimento da comunidade.

As menções ao orçamento participativo (MC10, MC13 e MC14 como forma de expressar o interesse da comunidade destacam a importância de formalizar o apoio e a necessidade da escola, evidenciando um esforço organizado e documentado. É evidente que houve um comprometimento generalizado por parte da comunidade em direção a esse objetivo comum, demonstrando uma determinação coletiva em enfrentar os desafios educacionais locais. No entanto, é importante notar que alguns participantes não responderam à pergunta, o que pode indicar uma falta de envolvimento ou conhecimento sobre o assunto. Isso sugere a necessidade contínua de conscientização e engajamento de todos os membros da comunidade na busca por soluções educacionais locais.

Freire (1967, 1987), em suas obras, ressalta a importância do engajamento consciente e crítico de todos os membros da comunidade na transformação social e educacional. Em contextos onde alguns participantes podem demonstrar falta de envolvimento, Freire enfatiza a necessidade de um processo de conscientização contínua. Ele argumenta que a educação libertadora só pode ocorrer quando os indivíduos são capacitados a refletir criticamente sobre sua realidade e a se envolver ativamente na busca por soluções. Assim, a falta de resposta de alguns participantes pode ser vista como uma oportunidade para intensificar os esforços de conscientização e engajamento, visando uma participação mais ampla e significativa de toda a comunidade.

Ainda conforme o autor "A educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda" (2000, p.67). Essa citação ressalta a necessidade não apenas de ações concretas, mas também de uma conscientização coletiva e engajamento ativo para promover mudanças significativas na educação e na sociedade como um todo.

Acredito que a mobilização coletiva, como destacado por alguns participantes, é fundamental para superar os desafios e pressões enfrentadas no processo. Consoante as sugestões de Luck (2012), o processo participativo representa uma abordagem pela qual todos os intervenientes colaboram de maneira coletiva na deliberação de decisões, com o propósito de abordar e resolver os dilemas e

obstáculos encontrados. Sendo assim, participar significa “[...] compartilhar poder, implica compartilhar responsabilidades por decisões tomadas em conjunto como uma coletividade e o enfrentamento dos desafios, no sentido de melhoria contínua e transformações necessárias” (p.44, Vol. III). A persistência e a organização ao longo do tempo, juntamente com o diálogo contínuo com autoridades e a participação ativa em eventos educacionais, são aspectos essenciais para garantir a concretização desse objetivo.

Além disso, a formalização do apoio da comunidade através de estratégias como o orçamento participativo e a assinatura de documentos mostra um compromisso sério e uma abordagem sistemática para documentar e fortalecer a demanda pela escola.

Importa mencionar que a obtenção de uma definição unívoca de orçamento participativo na literatura revela-se desafiadora, devido à diversidade de experiências observadas em contextos diversos, bem como à emergência de novos paradigmas analíticos ao longo de períodos significativos de sua aplicação. Entretanto, é possível conceituar o Orçamento Participativo (OP) como:

Sistema decisório, um arranjo participativo, uma instituição política, uma forma de democracia, um mecanismo de participação e/ou um processo governamental que envolve democracia participativa, pluralista e/ou deliberativa, em que há uma desconcentração de poder decisório do estado, geralmente do poder executivo para o cidadão, por meio de regras e um arranjo preestabelecido e, por intermédio do qual, o cidadão pode intervir na alocação orçamentária e nas prioridades da ação governamental (SOUZA & SILVA, 2017, p.198)

Esse mecanismo de participação é mencionado nas respostas (MC10, MC14) como uma estratégia formalizada pela comunidade para demonstrar seu apoio à demanda pela escola, destacando um compromisso sério e uma abordagem sistemática para fortalecer essa demanda. A prática de dar voz à comunidade está associada à perspectiva democrática do governo estadual.

No geral, essas respostas refletem uma comunidade determinada e colaborativa, disposta a trabalhar em conjunto e utilizar uma variedade de métodos para alcançar um objetivo comum: proporcionar melhores oportunidades educacionais para seus membros. Nesse contexto, a citação de Paulo Freire, extraída de sua obra "Pedagogia da Autonomia", ilustra sua perspectiva acerca da

comunidade colaborativa, a qual enfatiza a função do educador não apenas como transmissor de conhecimento, mas como facilitador na criação de condições favoráveis para que os estudantes participem ativamente da construção do saber. Tal abordagem ressalta o valor do diálogo, da troca de experiências e da construção coletiva do conhecimento dentro do contexto da comunidade educativa. Freire defendia que a verdadeira emancipação educacional somente poderia ser alcançada mediante a colaboração e o envolvimento mútuo de todos os membros da comunidade educacional.

Para a terceira pergunta **“qual a motivação da população local para buscar a implantação do Ensino Médio nessa comunidade rural”**, não houve resposta por parte do(a) participante M5. Quanto as demais respostas, tanto as perspectivas convergentes quanto as variadas refletem uma preocupação compartilhada com o acesso à educação e suas implicações no desenvolvimento local.

Os participantes MC1, MC2, MC3 e MC4 ressaltaram a necessidade de evitar deslocamentos longos dos alunos até a cidade para estudar, reconhecendo que isso limitava seu tempo de estudo e impactava negativamente em seu desenvolvimento educacional. A oferta do Ensino Médio na localidade foi vista como uma solução para esses desafios, promovendo um acesso mais igualitário à educação e contribuindo para a inclusão e o desenvolvimento local, um dos princípios da educação do campo. Por outro lado, os participantes MC6, MC7, MC8, MC9, MC10, MC11 e MC12 enfatizaram os benefícios diretos da instalação da escola na comunidade rural. Desde facilitar o acesso à educação para os filhos dos agricultores até reduzir a evasão escolar devido às longas distâncias e ao transporte precário, essas respostas destacam como a presença de uma escola local atende às necessidades específicas da população, promovendo oportunidades educacionais e facilitando o desenvolvimento pessoal e comunitário.

No entanto, as respostas de MC13 e MC14 introduzem outras nuances ao debate, a saber:

A ausência de uma escola de ensino médio na região obrigando os alunos a se deslocarem para a cidade enfrentando despesas com transporte alguns por falta de opção interrompem os seus estudos para trabalhar durante o dia (MC13).

Pouca a motivação por ser o funcionamento a noite (MC14).

Enquanto MC13 aponta para as dificuldades enfrentadas pelos alunos devido à ausência de uma escola de Ensino Médio na região, que muitas vezes resultava na interrupção dos estudos para trabalhar durante o dia, MC14 destaca uma menor motivação devido ao funcionamento da escola no período noturno. Essas perspectivas ressaltam a complexidade dos desafios enfrentados pela comunidade em relação ao acesso à educação e sugerem que a implantação do Ensino Médio na localidade deve levar em consideração uma série de fatores, como horários de funcionamento e disponibilidade de transporte.

As análises de Freire (1987) sobre a importância da educação como instrumento de transformação social destacam a necessidade de uma abordagem sensível às condições concretas dos estudantes e de suas comunidades. Caldart (2012) e Arroyo (2011), por sua vez, ressaltam a importância de uma educação contextualizada e inclusiva, que leve em consideração as diversas realidades e necessidades dos alunos. Portanto, a implantação do Ensino Médio na região deve ser pautada por uma compreensão profunda das complexidades locais, levando em conta não apenas questões estruturais, como a falta de escolas, mas também aspectos culturais, sociais e econômicos que influenciam o acesso e a permanência dos alunos na escola, tais como um calendário adequado.

Caldart (2012) destaca a importância da educação do campo ser contextualizada e valorizar os conhecimentos e a cultura local. Ela sugere que a escola desenvolva projetos que envolvam a comunidade, como a criação de hortas comunitárias, a realização de feiras culturais e a promoção de cursos e oficinas para os moradores locais. Arroyo (2013) ressalta a importância da formação continuada dos professores e da valorização da cultura local na educação do campo. Ele sugere que a escola promova encontros e seminários com os moradores da comunidade para discutir temas relevantes e buscar soluções para os desafios locais.

Em suma, as respostas evidenciam a importância fundamental da implantação do Ensino Médio na comunidade rural para atender às necessidades educacionais locais e promover o desenvolvimento pessoal e comunitário. Ao mesmo tempo, destacam a diversidade de desafios enfrentados e a necessidade de abordagens multifacetadas para garantir um acesso equitativo à educação para todos os membros da comunidade. Essas respostas refletem a preocupação compartilhada pela comunidade em proporcionar oportunidades educacionais acessíveis e adequadas às necessidades locais, destacando a importância do

acesso à educação sem a necessidade de deslocamentos longos. Outrossim revelam uma série de desafios enfrentados pela comunidade em relação ao acesso à educação e as diversas maneiras pelas quais a implantação do Ensino Médio na localidade foi vista como uma solução para esses problemas.

Essas perspectivas adicionais enriquecem o debate e ressaltam a importância de uma abordagem abrangente e sensível às demandas locais ao desenvolver políticas educacionais. Importa que a implantação do Ensino Médio na comunidade do campo leve em conta uma variedade de fatores, como disponibilidade de transporte, horários de funcionamento e necessidades específicas dos alunos, garantindo assim um acesso equitativo e eficaz à educação para todos os membros da comunidade.

Para a quarta pergunta do questionário **“quais foram os principais desafios enfrentados pela comunidade na mobilização para a criação da escola de Ensino Médio João Simões Lopes Neto”**, importa mencionar que os(as) participantes MC5, MC8 e MC9 não responderam à pergunta.

Inicialmente, há um consenso sobre a complexidade da burocracia envolvida no processo, destacada principalmente por MC2 e MC6. Esses participantes ressaltaram como a demora e a complexidade dos trâmites burocráticos dificultaram a realização do projeto. Além disso, há menção à resistência por parte de certas lideranças locais e da própria comunidade, como observado por MC3 e MC7. Essa resistência pode ter sido motivada por várias razões, como dúvidas sobre a viabilidade do projeto ou visões divergentes sobre a importância da educação. Outro ponto em comum é a necessidade de conquistar o apoio do poder público, como mencionado por MC10 e MC12. Convencer as autoridades sobre a importância da escola e superar disputas territoriais foram desafios recorrentes.

Destaca-se a resposta de MC13: “Sempre teve dificuldades por ser um prédio que já tem um colégio funcionando adaptação para que as obras funcionassem em torno de diferentes foi um pouco difícil o transporte também porque a escola recebe os alunos de diferentes localidades”. MC13 aponta para dificuldades específicas, como a adaptação de um prédio já ocupado por outra escola e a logística de transporte dos alunos. Esses aspectos práticos e operacionais representaram desafios adicionais que a comunidade teve que enfrentar.

A distância entre o quarto distrito e a cidade foi destacada como um desafio significativo por MC14, enfatizando a importância de ter uma escola local para reduzir as barreiras geográficas ao acesso à educação.

Há uma convergência de ideias em relação aos obstáculos burocráticos e políticos, bem como à resistência por parte de certos segmentos da comunidade. Essas respostas revelam os obstáculos enfrentados pela comunidade, incluindo questões relacionadas à obtenção de infraestrutura adequada, disputas territoriais, resistência institucional e logística de transporte. Mostram a complexidade do processo de criação da escola e a determinação da comunidade em superar esses desafios em prol da educação local. Destacam, também, aspectos burocráticos, políticos e sociais. Mostram também a importância do esforço coletivo e da perseverança da comunidade diante desses desafios para alcançar seu objetivo educacional.

Está evidenciado a busca por educação de qualidade na localidade é uma causa valorizada e que a comunidade está disposta a enfrentar esses obstáculos para alcançá-la. No entanto, também é claro que o processo é difícil e requer uma abordagem cuidadosa e persistente para superar as barreiras encontradas. A diversidade de perspectivas apresentadas destaca a importância de considerar uma variedade de fatores ao planejar e implementar projetos educacionais em comunidades rurais. É essencial envolver ativamente todas as partes interessadas, superar desafios práticos e administrativos e garantir que as soluções propostas atendam às necessidades específicas da comunidade.

Para a quinta pergunta do questionário **“quais ações, você entende, que deve ser desenvolvida para que a escola se torne o principal centro de referência, envolvimento e desenvolvimento para a comunidade onde está inserida”**, o(a) participante MC1 enfatiza a necessidade de investimento na infraestrutura da escola, incluindo reformas no prédio, a alocação de mais recursos e a busca pela melhoria contínua na qualidade do ensino.

Destaca-se a resposta de MC2:

A oferta de um ensino de qualidade que envolve a comunidade e faz com que nossos jovens sintam vontade de cursar o ensino médio no campo é essencial, e a escola João Simões Lopes Neto tem sua educação com excelência, com professores capacitados, funcionários em geral que fazem da escola um local acolhedor, e estimulante para os estudantes. Minha fala tem aqui um relato de experiência, pois minha filha cursou o ensino médio

na escola, onde todo o grupo de professores e funcionários em geral, a incentivavam pelo conhecimento, onde ela participava de vários projetos dentro e fora da escola (com o auxílio dos professores), onde foi preparada para a imersão em um ensino superior.

A resposta de MC2 destaca a importância de uma educação de qualidade no campo, evidenciando o papel crucial da Escola João Simões Lopes Neto na oferta de um ambiente educacional acolhedor e estimulante. O relato pessoal sobre a experiência de sua filha na escola ressalta o impacto positivo dos professores e funcionários, preparando-a para o ensino superior através de projetos educacionais abrangentes. No entanto, seria ainda mais impactante se MC2 também oferecesse sugestões específicas sobre como a escola pode se tornar o principal centro de referência e desenvolvimento para a comunidade, complementando assim a narrativa pessoal com ideias concretas para melhorias futuras.

Avançando, enquanto alguns participantes enfatizam a necessidade de investimentos na infraestrutura escolar e na melhoria contínua da qualidade do ensino, outros destacam a importância de oferecer um ensino de qualidade, envolvendo ativamente a comunidade e criando um ambiente acolhedor (MC11). Nesse contexto, importa reconhecer a singularidade das necessidades e desafios enfrentados pelas escolas do campo. Duarte e Santos (2015) lembram que para essas comunidades, a qualidade do ensino vai além das estruturas físicas, abrangendo também a valorização da cultura local, o ensino de habilidades práticas relacionadas à agricultura e ao meio ambiente, além da integração da comunidade no processo educacional.

Caldart (2002) afirma que:

[...] A Educação do Campo é um projeto educacional compreendido a partir dos sujeitos que têm o campo como seu espaço de vida. Nesse sentido, ela é uma educação que deve ser no e do campo -No, porque "o povo tem o direito de ser educado no lugar onde vive"; Do, pois "o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às necessidades humanas e sociais" (p. 26).

Desta forma, um ambiente acolhedor e inclusivo, quando se fala de Educação no campo, se traduz não apenas em salas de aula bem equipadas, mas também em programas educacionais que atendam às demandas específicas dessas comunidades, promovendo seu desenvolvimento sustentável e a valorização de sua identidade cultural.

Retomando as respostas, há sugestões específicas, como a implementação de cursos técnicos para ampliar as oportunidades dos alunos (MC3, MC10, MC12), a promoção de programas educacionais inovadores e parcerias com instituições locais, o diálogo (MC4, MC13), e a integração da comunidade por meio de projetos colaborativos (MC6, MC13). Algumas respostas ressaltam a importância de valorizar e estudar a própria comunidade (MC7, MC9), enquanto outras enfatizam a necessidade de adaptação às necessidades dos alunos (MC14).

Apesar das diferentes abordagens, todas as respostas convergem na importância de uma abordagem holística e colaborativa para fortalecer o papel da escola na comunidade. Paulo Freire nas obras *Pedagogia do Oprimido* (1987) e *Pedagogia da autonomia* (1996) explora os conceitos de abordagem holística e colaborativa referindo-se à primeira como uma perspectiva que considera o todo como mais do que a simples soma de suas partes. Em outras palavras, ela reconhece a interconexão e interdependência de todos os elementos dentro de um sistema, enfatizando a importância de compreender e abordar questões de forma integrada e global. Na educação, uma abordagem mais abrangente, consideraria não apenas o aspecto acadêmico, mas também o emocional, social, físico e espiritual dos alunos, reconhecendo que todos esses aspectos estão interligados e influenciam o processo de aprendizagem e desenvolvimento.

Por outro lado, uma abordagem colaborativa enfatiza a importância da cooperação e trabalho em equipe para alcançar objetivos comuns. Ela valoriza a participação ativa de todos os envolvidos, promovendo a troca de ideias, o compartilhamento de recursos e a tomada de decisões conjuntas. Na educação, uma abordagem colaborativa envolveria a colaboração entre professores, alunos, pais, membros da comunidade entre outros para criar um ambiente de aprendizagem mais eficaz e inclusivo.

Portanto, uma abordagem abrangente e participativa na escola significa reconhecer a complexidade e interconexão dos diferentes aspectos envolvidos na educação e trabalhar de forma colaborativa para promover o desenvolvimento integral dos alunos, fortalecendo assim o papel da escola na comunidade.

As respostas da comunidade para a sexta pergunta **“Qual papel a escola deve exercer na construção de um diálogo entre direção, alunos professores, os pais e a comunidade para garantir uma educação de qualidade no campo?”**

não foi respondida por M5, as demais respostas revelam diferentes abordagens para alcançar o objetivo de assegurar uma educação de qualidade no campo. Enquanto alguns participantes enfatizam a importância de promover encontros e reuniões abertas para ouvir as demandas e todos os envolvidos (MC1 a MC4), outros destacam a necessidade de realizar reuniões periódicas e fortalecer os laços entre a escola e a comunidade (MC8, MC12).

Destaca-se as respostas de M6, M7, M9 e M10:

Papel de mediadora, dialogando com todos os segmentos e buscando parcerias (M6).

A escola deve ser o ponto de convergência em tudo o que envolve educação e conhecimento dentro do território do quarto distrito a direção educadores e a comunidade devem realizar seminários de estudo para conhecer e contribuir com a comunidade (M7).

Que cada um exercendo o seu papel e todos juntos consigam a garantir uma educação de qualidade no campo todos unidos sempre (M9).

A escola deve ser o agente mobilizador entre todos os agentes e deve realizar reuniões seminários que permitam a toda a comunidade escolher opinar e debater o ensino médio e a metodologia que a escola deve utilizar de modo a melhorar a qualidade do ensino médio (M10).

As respostas dos participantes destacam a importância do papel da escola como mediadora e agente mobilizador na comunidade. Concorda-se que a escola deve ser vista como um ponto central para a promoção da educação e do conhecimento, como sugerido por M6 e M7. Além disso, a ideia de realizar seminários e reuniões para envolver todos os segmentos da comunidade na tomada de decisões sobre o ensino médio é essencial, como mencionado por M9 e M10. Essas abordagens demonstram um compromisso com a participação e a colaboração de todos os envolvidos para garantir uma educação de qualidade no campo.

Há também aqueles que ressaltam a importância da transparência, inovação e presença a vida dos alunos (MC11), bem como a necessidade de adaptação do currículo às necessidades locais e maior participação dos pais na escola (MC13, MC14).

Gritti (2003) descreve muito bem essa situação quando enfatiza:

A realidade colocada no currículo da escola rural, caracterizada pela não manifestação e pelo distanciamento das formas de trabalho agrícola, peculiares à produção na pequena propriedade, evidencia que a atividade agrícola não é predominante na sociedade capitalista. Desse modo, o currículo tem se caracterizado como importante instrumento de veiculação e

solidificação dos interesses dos grupos sociais dominantes na sociedade (GRITTI, 2003, p, 135).

Embora as abordagens variem, todas convergem para a ideia central de que a escola deve ser um espaço de diálogo aberto e constante entre direção, alunos, professores, pais e comunidade para garantir uma educação de qualidade no contexto do campo.

Desta forma compreendo que a diversidade de perspectivas reflete a complexidade do desafio e a necessidade de uma abordagem variada. É fundamental que a escola atue como um agente mobilizador, promovendo não apenas reuniões e encontros, mas também transparência, inovação e uma abordagem inclusiva que valorize as necessidades e contribuições de todos os envolvidos. Somente assim será possível construir uma educação de qualidade que atenda às demandas específicas do contexto rural.

Em conjunto, essas respostas ressaltam a importância de uma abordagem abrangente e participativa para fortalecer o papel da escola como um centro de referência e desenvolvimento para a comunidade, enfatizando a qualidade do ensino, a participação dos governos e da comunidade, a oferta de cursos técnicos relevantes e a criação de vínculos sólidos entre a escola e a localidade em que está inserida.

### **7.3 Estratégias, desafios e perspectivas da escola João Simões Lopes Neto**

A seguir apresento as estratégias da Escola João Simões Lopes Neto para promover a educação no campo e tornar-se referência na comunidade, além de suas perspectivas futuras e os desafios enfrentados no contexto do Novo Ensino Médio. Analisei, também, como a escola atende às necessidades da comunidade, sua percepção local e as demandas da comunidade em relação à escola. A história da escola, seus avanços e limites, bem como os desafios enfrentados em sua trajetória, são aspectos centrais desta análise.

Para a primeira pergunta **“quais são os desafios enfrentados pela escola Joao Simões Lopes Neto no processo de construção de sua história”**, as respostas dos professores revelam uma série de desafios enfrentados no processo de construção da história da instituição. P1 destaca a dificuldade de acesso dos alunos à escola e a falta de acesso à tecnologia. P2 menciona a resistência dos

alunos devido à localização rural e ao horário noturno, além da coexistência com outra escola no mesmo prédio. P3 aponta questões políticas e resistência da comunidade e dos professores da escola municipal. P4 sugere a necessidade de adaptar o currículo às necessidades locais. P5 destaca a dificuldade em garantir um ensino de qualidade. P6 enfatiza desafios logísticos, como transporte e acesso à internet. P7 menciona insegurança dos pais e dificuldades na divisão de espaços no prédio compartilhado. P8 destaca a conciliação com o município para utilização do prédio. P9 menciona a rejeição da comunidade, dificuldades em encontrar profissionais e evasão escolar.

Destaca-se a resposta de P10 a esta primeira pergunta do questionário:

Dentre os desafios enfrentados pela escola João Simões Lopes Neto no processo de construção de sua história, cabe ressaltar acerca do desinteresse com relação aos estudos, por parte de alguns alunos, pois muitos deles, por estarem inseridos em uma comunidade de pequenos agricultores, trabalham juntamente com as famílias durante o dia, não tendo muitas vezes, tempo para dedicar-se aos estudos e até mesmo estarem cansados no final do dia. A questão da evasão escolar, também é importante destacar, sendo um grande problema que a escola enfrenta no decorrer do ano letivo, problema este que é consequência da falta de comprometimento e desmotivação por parte dos alunos.

A resposta de P10 analisa os desafios da escola, abordando barreiras socioeconômicas e problemas de engajamento dos alunos, destacando a importância de uma abordagem do todo para desenvolver estratégias que melhorem o desempenho e o bem-estar dos estudantes. Já P11 ressalta a falta de identidade da escola devido ao compartilhamento do prédio e questões de acesso principalmente em períodos chuvosos. P12 destaca a dificuldade inicial de aceitação e funcionamento noturno. P13 menciona a falta de um prédio próprio e incentivo do poder público.

As respostas dos(as) professores(as) destacam uma variedade de desafios enfrentados pela instituição ao longo de sua história, refletindo as complexidades enfrentadas no processo de construção e desenvolvimento da escola. Há uma concordância geral entre os participantes em relação a certos desafios, como a dificuldade de acesso dos alunos à escola, especialmente devido à localização na zona rural e ao horário noturno, conforme apontado pelos participantes P1, P2, P5 e P7. Isso sugere a necessidade de políticas educacionais que considerem esses desafios específicos, visando melhorar a acessibilidade e a qualidade da educação

em ambientes rurais, especialmente durante períodos de menor conveniência, como os horários noturnos. A convivência com outra escola no mesmo prédio é destacada como desafiadora, exigindo diálogo e cooperação, conforme observado por P2 e P7. Questões políticas, incluindo resistência da comunidade e funcionários da escola municipal, são apontadas por P3 como obstáculos que podem afetar o funcionamento da instituição. A falta de infraestrutura adequada, como transporte escolar e acesso à internet, é reconhecida como um desafio significativo por P6 e P7, afetando diretamente a qualidade do ensino e o bem-estar dos alunos. Outros desafios mencionados incluem um novo olhar para o currículo, conciliação com o município para o uso do prédio, rejeição da comunidade à escola, dificuldade em encontrar profissionais para trabalhar em um ambiente noturno e distante, e desinteresse dos alunos pelos estudos devido ao trabalho nas propriedades durante o dia. A falta de identidade da escola, devido ao compartilhamento do prédio, é vista como um desafio para promover um sentimento de pertencimento por parte dos alunos e da comunidade, conforme mencionado por P11 e P13. Esses desafios ressaltam a necessidade de uma abordagem colaborativa para promover um ambiente de aprendizagem eficaz e inclusivo.

Essas respostas evidenciam a complexidade dos desafios enfrentados pela Escola João Simões Lopes Neto, com preocupações com a qualidade do ensino e o uso compartilhado de espaços físicos (o educandário faz uso de um prédio e quadra poliesportiva, pertencentes ao poder público municipal, onde no diurno funciona as turmas da Escola Municipal de Ensino Fundamental Marechal Floriano) e problemas relacionados à aceitação pela comunidade e ao apoio do poder público. Esses desafios exigem uma abordagem bastante variada e o engajamento de diferentes partes interessadas para serem superados e garantir um ambiente educacional adequado e inclusivo.

Moantoan (2003), explica que um ambiente educacional adequado e inclusivo é aquele que promove igualdade de oportunidades, respeito à diversidade e acolhimento de todos os alunos, independentemente de suas características individuais, origens ou habilidades. Isso implica em garantir acessibilidade física e tecnológica, celebrar a diversidade cultural, étnica, linguística e religiosa, oferecer suporte emocional e social, adaptar o currículo para atender às necessidades individuais dos alunos e promover a participação e colaboração ativa. Em tal

ambiente, os alunos se sentem valorizados, respeitados e capacitados a alcançar seu pleno potencial acadêmico, social e emocional.

Retomando o foco nas respostas, é evidente, portanto, que todos reconhecem a necessidade de superar os desafios para garantir o funcionamento eficaz e o desenvolvimento da escola. A resolução desses desafios requer uma abordagem que envolva não apenas os professores e funcionários, mas também a comunidade local e as autoridades responsáveis pela educação. Somente através do esforço conjunto e do comprometimento com soluções práticas e sustentáveis será possível transformar esses desafios em oportunidades de crescimento e sucesso para a Escola João Simões Lopes Neto.

As respostas dos professores para a segunda pergunta **“a escola de ensino médio João Simões Lopes Neto é uma escola do campo? Porque?”** apresentam diversas opiniões sobre se a Escola João Simões Lopes Neto pode ser considerada uma escola do campo. Alguns, como P1, P2, P4 e P5, afirmam que sua localização rural e o perfil dos alunos justificam essa classificação, enfatizando sua conexão com a comunidade. Por outro lado, P6 e P9 questionam se a escola adota práticas educacionais distintas o suficiente para ser verdadeiramente do campo. Respostas como as de P7 e P10 sugerem que, embora situada no campo, a escola não atende às demandas específicas da comunidade rural.

Destaca-se a resposta de P10:

Ainda que a escola João Simões Lopes Neto esteja localizada na área rural, as características dela não representa uma escola do campo. A escola JSLN não possui uma organização curricular que atende a demanda daquela comunidade. À exemplo, alguns estudantes trabalham nas culturas agrícolas, e não há uma adaptação, conforme sugere o Art. 28 da LDB:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Sendo assim, a reflexão que faço acerca da escola João Simões Lopes Neto é que se trata de uma escola localizada na área rural apenas.

A resposta de P10 destaca uma preocupação válida sobre a adequação da escola João Simões Lopes Neto às necessidades da comunidade rural em que está inserida. Concordo que a falta de adaptação curricular e organizacional pode

comprometer a eficácia da educação oferecida, especialmente considerando as peculiaridades da vida rural e as atividades agrícolas dos estudantes. A reflexão sobre a necessidade de uma verdadeira escola do campo, que atenda às especificidades locais, é fundamental para garantir uma educação de qualidade e relevante para os alunos dessa comunidade.

P11 destaca os esforços da escola em desenvolver valores culturais dos alunos rurais, apoiando sua classificação como escola do campo. No entanto, respostas como as de P8 e P12 apontam a falta de oferta de conteúdos e práticas educacionais específicas para o contexto rural, comprometendo sua identificação como tal.

Considerando essas perspectivas divergentes, é evidente que a definição de uma escola do campo não se limita apenas à sua localização geográfica, mas envolve também a sua capacidade de oferecer uma educação adaptada às necessidades e realidades da comunidade rural que serve. Nesse sentido, a escola João Simões Lopes Neto pode precisar revisitar sua abordagem educacional e buscar maneiras de melhor integrar as características e valores do campo em seu currículo e práticas pedagógicas, visando uma verdadeira identificação como uma escola do campo.

Diante dessas diferentes abordagens, é possível concluir que uma escola do campo deve ter capacidade de adaptar-se e responder às necessidades específicas da comunidade rural em que está inserida. Uma escola do campo verdadeiramente eficaz deve ser um espaço de troca de saberes, respeito à cultura local, parceria com a comunidade e comprometimento com a preservação ambiental e sustentabilidade rural. Em suma, as diferentes visões dos professores indicam que uma escola do campo se define pela sua capacidade de integrar e atender às demandas específicas da comunidade do campo em que está inserida, promovendo um ensino contextualizado, relevante e significativo para os alunos.

Segundo Molina (2009):

Um dos aspectos relevantes para o funcionamento de uma escola que possa ser considerada “do campo” é o reconhecimento e a valorização da identidade de seus sujeitos reconhecer e valorizar e implica construir e desencadear processos educativos dentro e ao redor e no entorno da escola que não destruam a autoestima dos sujeitos pelo simples fato de serem do Meio rural de serem Sem Terras de serem filhos de assentados filhos de agricultores familiares extrativistas ribeirinhos quebradeiras de coco (p. 32).

Portanto, é importante que a escola adote práticas educacionais específicas, adapte seu currículo e metodologias de ensino, e promova uma conexão genuína com a cultura e o modo de vida rural, para que possa ser verdadeiramente considerada uma escola do campo.

As respostas dos professores para a terceira pergunta "**O que é uma escola do campo para você?**" refletem uma variedade de perspectivas sobre o papel e as características que definem uma escola situada em áreas rurais. Para alguns professores, como P1 e P4, uma escola do campo é aquela que oferece conteúdos educacionais direcionados para a realidade agrícola e as necessidades da comunidade rural, adaptando o currículo escolar para refletir as especificidades do ambiente do campo.

Na seção conclusiva do texto "Currículo, Território em Disputa" de Arroyo (2013), é abordada a questão do direito ao conhecimento emergente nos currículos, especialmente no que se refere à memória, à vivência de tempos dignos e justos, à cultura e à condição de cidadania. Arroyo defende a concepção do currículo escolar como um ambiente propício à promoção, desde as fases primordiais do desenvolvimento humano, bem como a prerrogativa de acesso ao conhecimento, a experiência vivencial, a compreensão, a preservação da memória, a celebração da diversidade e a apreciação cultural, com o objetivo de alcançar a formação integral dos indivíduos.

Voltando às respostas, P2 e P5, destacam a importância de valorizar e respeitar a cultura local, além de adaptar a proposta pedagógica para atender às demandas socioeconômicas e culturais da região, incorporando conhecimentos tradicionais na educação dos alunos. Para P6 e P7, uma escola do campo estabelece parcerias sólidas com a comunidade, promovendo projetos colaborativos que integrem escola, alunos e famílias, valorizando as particularidades culturais, econômicas e agrícolas da região. P3 enfatiza a importância de resgatar a história das famílias rurais e implementar técnicas de conservação do solo. P8 e P12 valorizam a inserção da realidade rural na sala de aula, contextualizando os conteúdos educacionais. P9 destaca a necessidade de atender às demandas específicas da comunidade local, promovendo uma interação entre escola e comunidade, e com a ajuda desta construir um currículo que contemple o contexto socioeconômico do campo.

Destaca-se a resposta de P11:

Para responder essa questão, retomo alguns conhecimentos adquiridos no período da graduação. O conhecimento apreendido no universo acadêmico é distante da realidade, neste caso, não tivemos disciplinas que abordassem as propostas pedagógicas de educação. Por vezes, precisamos nós mesmo buscar o conhecimento. Desse modo, compreendo que a escola do campo possui um currículo diferenciado, atendendo às especificidades socioeconômicas daquela comunidade, inclusive, um calendário diferente das demais escolas.

A resposta destaca a importância da formação acadêmica na compreensão das necessidades educacionais específicas da comunidade do campo. Admito que, muitas vezes, o conhecimento adquirido na escola pode não ser diretamente aplicável à realidade local, especialmente quando se trata de propostas pedagógicas para escolas do campo.

A necessidade de buscar conhecimento é vital para adaptar o currículo e o calendário escolar às especificidades socioeconômicas da comunidade. Isso ressalta a importância da flexibilidade e da capacidade de adaptação por parte dos educadores para fornecer uma educação relevante e significativa para os alunos rurais.

O entendimento de Arroyo (2013) implica na constatação da crise de identidade profissional dos professores, resultante da imposição de padrões que os compeliriam a alterar suas abordagens na preparação e condução das aulas, levando-os, conseqüentemente, a reavaliarem-se. Isso se relaciona à necessidade destacada anteriormente de os educadores possuírem flexibilidade, a fim de primarem por uma educação construída considerando as especificidades socioeconômicas da comunidade. Quanto ao currículo, Arroyo (2013, p. 262) aduz: “rostos apagados, será fácil descobrir que os currículos favorecem que os rostos de alguns coletivos apareçam na história, e que os rostos de outros coletivos humanos segregados se apaguem, se percam”.

P10 e P13 sugerem que uma escola do campo deve desenvolver habilidades voltadas para as necessidades locais dos alunos, incentivando-os a permanecerem no campo. As respostas dos professores sobre o conceito de uma escola do campo revelam diversas perspectivas sobre suas características e papel. Importa ressaltar que a “Educação do Campo pode ser definida como uma educação que parte do conhecimento empírico do educando. No entanto, não abre mão da pluralidade de conhecimento de diversas áreas” (NAHIRNE & STRIEDER, 2019, p.

27). Compreendo que esta nova estrutura organizacional tem por objetivo primordial promover a formação integral do indivíduo, partindo do princípio fundamental de que é incumbência da instituição escolar estabelecer ambientes propícios para uma ampla gama de experiências, que permitam aos estudantes a construção autônoma de seus saberes e a compreensão mais profunda da realidade circundante.

Retomando as respostas, há, portanto, um consenso de que uma instituição do campo deve estar conectada à realidade local, reconhecendo suas particularidades. Alguns professores enfatizam a necessidade de adaptar o currículo para atender às demandas específicas da comunidade rural, abordando temas como agricultura e conservação do solo (P1, P4, P8, P12). Outros destacam a importância de valorizar a cultura local e promover parcerias com a comunidade, incorporando conhecimentos tradicionais na educação dos alunos (P2, P5, P6, P7). Por outro lado, alguns enfatizam o desenvolvimento de habilidades práticas para incentivar os alunos a permanecerem no campo e se tornarem produtores rurais, com foco no empreendedorismo e no desenvolvimento econômico sustentável<sup>11</sup> (P9, P10, P13).

Desta forma, uma escola do campo deve integrar todas essas perspectivas, oferecendo uma educação que seja ao mesmo tempo contextualizada, relevante, inclusiva e prática. Isso significa reconhecer e valorizar a cultura, história e tradições locais, ao mesmo tempo em que prepara os alunos para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades do mundo do campo, promovendo assim o desenvolvimento integral das comunidades rurais. E ao que parece a escola João Simões Lopes Neto pode não está totalmente dentro deste contexto.

Ao analisar as respostas dos professores da Escola João Simões Lopes Neto para a quarta pergunta sobre **“Quais são os principais avanços e limites observados na escola ao longo de sua história e na sua atuação na área rural do município de Canguçu?”**, os participantes P4 e P5 não responderam.

Nas demais respostas foi possível identificar uma série de aspectos relevantes. P1 destaca o esforço em ampliar o conhecimento dos alunos, reconhecendo suas realidades locais, mas aponta limitações como o acesso limitado a tecnologias e ao uso da internet e a falta de motivação de alguns estudantes. Já

---

<sup>11</sup> Trata-se de um conceito que denota um tipo de desenvolvimento que assegura a disponibilidade contínua dos recursos para as gerações vindouras. Esta definição foi cunhada pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, uma iniciativa das Nações Unidas dedicada à deliberação e proposição de estratégias que visam conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental.

P2 ressalta a carência de políticas públicas que sustentem um ensino de qualidade, incluindo melhorias físicas, qualificação docente e currículos contextualizados para o ambiente rural. P3 enfatiza a vantagem de os jovens permanecerem próximos às suas famílias, conciliando estudo e trabalho no campo, embora reconheça a necessidade de melhorias infraestruturais e tecnológicas na escola. P6 destaca a valorização da cultura afro e atividades culturais como avanços significativos. P7 percebe a instituição como confiável, mas reconhece o longo caminho a percorrer, especialmente na integração da equipe gestora e no acolhimento dos alunos. P8 menciona avanços físicos e participação na comunidade, mas aponta a rigidez da grade curricular como um obstáculo. P9 destaca a conveniência da escola para os filhos de produtores rurais, porém ressalta problemas de acesso à internet e disponibilidade de tempo. P10 elogia o uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) mas aponta a falta de investimento em capacitação docente como uma limitação.

Ressalta-se a resposta de P11:

Ressalto a recente atuação na escola para contribuir nessa questão. Percebo que um dos fatores que limita a prática pedagógica dos professores na área rural é o acesso à escola, pois as estradas são precárias, o transporte não é público e a regência em demais escolas, impossibilita a dedicação tão necessária na escola, ocasionando, a falta e falha do processo de ensino e aprendizagem. A carga horária acaba por ser exaustiva, e frustra nós, educadores, por não conseguir fazer mais e melhor.

A resposta de P11 destaca uma preocupação importante sobre os desafios enfrentados pelos professores que atuam em escolas do campo, especialmente em relação ao acesso à escola e às condições precárias das estradas e do transporte. Acredito que esses fatores podem limitar significativamente a prática pedagógica dos educadores e impactar negativamente o processo de ensino e aprendizagem. É importante reconhecer e abordar essas questões para encontrar soluções que possam melhorar as condições de trabalho dos professores e, conseqüentemente, a qualidade da educação oferecida aos alunos. Para tanto penso ser necessário investir em infraestrutura adequada para garantir o acesso à escola, incluindo a manutenção e melhoria das estradas e do transporte público, bem como o fornecimento de alternativas viáveis de deslocamento para os professores e alunos. Além disso, programas de capacitação e apoio técnico podem ser implementados

para ajudar os educadores a lidar com os desafios específicos enfrentados no campo, como o desenvolvimento de metodologias de ensino voltadas para as condições locais e a promoção de práticas pedagógicas inovadoras. Parcerias com as comunidades locais e outras instituições também podem ser exploradas para fornecer recursos adicionais e apoio às escolas do campo. Por fim, é primordial que políticas públicas sejam formuladas e implementadas para abordar as desigualdades educacionais entre áreas urbanas e do campo, garantindo que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de sua localização geográfica.

P12 destaca intervenções voltadas para o bem-estar dos alunos, incluindo atividades artísticas e abordagens diversificadas. Por fim, P13 ressalta a má qualidade do acesso à escola e a negligência do poder público como limitações cruciais. Em suma, as respostas dos professores evidenciam tanto os avanços conquistados pela Escola João Simões Lopes Neto quanto os desafios persistentes que enfrentam na busca por uma educação de qualidade na área rural de Canguçu. P4 e P5 não responderam a essa pergunta.

As respostas dos professores da Escola João Simões Lopes Neto revelam uma variedade de perspectivas sobre os avanços e limitações enfrentados pela instituição na área rural de Canguçu. Enquanto há um consenso sobre a importância de reconhecer e valorizar a realidade local dos alunos, destacado por P1, P2 e P3, existem divergências em relação às principais questões enfrentadas. P1 menciona a falta de motivação dos alunos, enquanto P3 destaca a necessidade de melhorias infraestruturais e tecnológicas. Por outro lado, P6 ressalta a valorização da cultura afro e atividades culturais como avanços significativos não abordados pelos demais. P7 destaca a confiabilidade da instituição, mas aponta a necessidade de interação da equipe gestora e acolhimento dos alunos. Críticas à falta de investimento em capacitação docente (P10) e às condições precárias de infraestrutura (P11, P13) são pontos de concordância. Por fim, intervenções voltadas para o bem-estar dos alunos, mencionadas por P12, demonstram uma preocupação com o desenvolvimento dos estudantes.

As respostas dos professores refletem um quadro complexo de avanços e desafios na educação rural de Canguçu. Embora haja progressos em diversas áreas, como a valorização da cultura local e a confiança da comunidade na escola, ainda há questões estruturais e de recursos que precisam ser abordadas para

garantir uma educação de qualidade para todos os alunos. O trabalho conjunto entre professores, gestores, autoridades locais e a comunidade é fundamental para superar esses obstáculos e promover um ambiente de aprendizado inclusivo e estimulante.

Para a quinta pergunta **“Como a comunidade local percebe a importância da escola de Ensino Médio João Simões Lopes Neto? Quais são as principais demandas da comunidade em relação à escola?”**, P5 não respondeu. As demais respostas dos professores da Escola João Simões Lopes Neto revelam uma variedade de perspectivas sobre a percepção da comunidade local em relação à importância da instituição de Ensino Médio e suas principais demandas. Alguns professores destacam o papel fundamental da escola na vida dos jovens rurais e no desenvolvimento da identidade local, percebendo um apoio significativo da comunidade (P1, P3, P4, P10).

Observe-se a resposta de P11:

O processo histórico de constituição da escola, é marcado por lutas, até onde sei. Uma vez criada a escola, os processos e demandas passam a ser modificados ao longo do tempo. Acredito que o período da pandemia afastou as famílias da instituição escolar, com isso, não percebo uma demanda vinda diretamente das famílias. Aos alunos, há desinteresse, desinformação e desconexão de tempo e espaço. Reverter essa situação, talvez seja uma das maiores demandas da comunidade docente em relação à escola. Vivemos um cenário na área da educação pública onde nossos estudantes estão carentes de conhecimento e regras básicas de convivência.

O texto destaca os desafios históricos da escola, a falta de envolvimento das famílias durante a pandemia e o desinteresse dos alunos, enfatizando a necessidade urgente de reverter essa situação através da educação e da convivência. A comunidade docente percebe essa realidade como uma das principais demandas atuais, exigindo esforços contínuos para reconectar os alunos à escola e promover um ambiente educacional mais participativo e engajado.

Por outro lado, alguns adotam uma visão mais crítica, sugerindo uma falta de interação entre a escola e as famílias locais, bem como desafios de engajamento dos alunos (P2, P9, P11). Alguns reconhecem a importância da escola como um refúgio seguro para os jovens, mas apontam para a necessidade de melhorar a comunicação e o envolvimento das famílias nas atividades escolares (P6, P7). Alguns professores destacam os desafios adicionais impostos pela pandemia e a

importância de adaptar as práticas educacionais às novas circunstâncias (P11). Por fim, a necessidade de mais tempo para compreender as dinâmicas da comunidade é ressaltada, destacando a importância da escuta ativa<sup>12</sup> e do envolvimento contínuo com a comunidade para promover uma educação inclusiva e centrada nas necessidades locais (P13).

Segundo Paulo Freire, “é escutando que aprendemos a falar com eles. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele, mesmo que, em certas condições, precise de falar a ele” (2002, p.113).

Desta forma, as respostas dadas evidenciaram ser fundamental reconhecer a importância de fortalecer os vínculos entre a escola e a comunidade local, ouvindo ativamente suas demandas e necessidades. A colaboração e a participação das famílias são fundamentais para promover um ambiente educacional mais inclusivo e eficaz, especialmente em contextos do campo onde a escola desempenha um papel central na vida das pessoas. Desta forma, as respostas destacam a importância crítica de estabelecer relações sólidas e participativas com a comunidade para promover uma educação de qualidade. A escola não pode ser vista como uma entidade isolada, mas sim como parte integrante de uma comunidade mais ampla, cujas necessidades e preocupações devem ser levadas em consideração em todas as decisões educacionais. Somente através do diálogo aberto e do envolvimento ativo com as famílias e os membros da comunidade é que podemos verdadeiramente atender às demandas locais e promover um ambiente educacional inclusivo e enriquecedor.

Para a sexta pergunta **“Como a escola tem buscado atender às necessidades da comunidade em sua atuação no campo?”**, observei uma variedade de abordagens e percepções. Inicialmente, algumas respostas, como as de P1, P3, P6 e P10, destacam a importância de aproximar o aprendizado dos alunos à sua realidade local, desenvolvendo projetos, mostras e oficinas alinhados com as necessidades e experiências das famílias rurais. Esses professores reconhecem a relevância de uma educação contextualizada e voltada para as demandas específicas da comunidade, o que demonstra um compromisso com a construção de uma escola mais inclusiva e integrada ao ambiente em que está inserida. Por outro lado, respostas como as de P4 e P8 evidenciam iniciativas

---

<sup>12</sup> Escuta ativa é basicamente ouvir com atenção e interesse.

voltadas para atender às necessidades básicas dos alunos e suas famílias, como a oferta de uma refeição de qualidade e o desenvolvimento de projetos que os estimulem a explorar e conhecer mais sobre o campo e sua região. Isso reflete um esforço da escola em não apenas satisfazer as demandas acadêmicas, mas também em proporcionar um ambiente propício ao desenvolvimento integral dos estudantes.

Entretanto, há respostas críticas, como as de P7:

Deixando muito a desejar. Bom começando pelo acesso às Residência Dos alunos, o que talvez pudesse ser resolvido diante de parcerias escola família prefeitura e uma conscientização do pessoal responsável pelo transporte que apresenta extrema má vontade quanto alguns alunos e até quando a escola promove eventos pensa também que a escola deveria, no início do ano chamar todas as famílias e conversar Individualmente sobre suas realidades, é muito importante conhecer a realidade do nosso público alvo para que possamos desenvolver um trabalho humanizado ponto Em alguns momentos, Deveríamos ser mais exigentes com relação à formação do ser humano dos nossos alunos, nossos jovens precisam entender que a regras e que elas necessitam ser cumpridas e essa função é delegada, pela equipe gestora, a professores sobrecarregando-os.

A resposta de P7 destaca importantes áreas de melhoria na abordagem da escola em relação ao acesso dos alunos, à parceria com a comunidade e à gestão educacional. As parcerias entre escola, família e prefeitura podem ser cruciais para resolver questões de acesso dos alunos, especialmente em áreas rurais. Além disso, a sugestão de realizar reuniões individuais com as famílias no início do ano letivo para compreender suas realidades é fundamental para uma abordagem mais humanizada e personalizada. No entanto, a crítica à sobrecarga dos professores na aplicação das regras e na formação dos alunos é válida e destaca a necessidade de uma gestão escolar eficaz e equilibrada para garantir um ambiente de aprendizado saudável e produtivo.

Segundo Oliveira (2009), a gestão democrática “pressupõe o trabalho coletivo de elaboração do planejamento escolar e dos programas e currículos” (p. 2), onde os profissionais da educação os participem ativamente das decisões concernentes à vida cotidiana escolar e à gestão escolar. Tal participação é fundamental para o alcance dos objetivos de uma educação de excelência, uma vez que promove a colaboração e o engajamento dos diversos atores escolares na construção de práticas e políticas educacionais mais eficazes e contextualmente relevantes.

P9 e P11 também responderam de forma crítica, apontando falhas na abordagem da escola em relação às necessidades da comunidade. Questões como o acesso dos alunos às residências e a falta de pessoal administrativo são destacadas como áreas que precisam de melhorias urgentes. Além disso, a sobrecarga dos professores com responsabilidades além do ensino é mencionada como um obstáculo para o desenvolvimento de um trabalho mais eficaz. Esses pontos críticos evidenciam a necessidade de uma gestão mais eficiente e voltada para as demandas reais da comunidade. Por fim, a resposta de P13 ressalta a flexibilidade do horário noturno como uma forma de permitir que os alunos auxiliem suas famílias durante o dia nas atividades da propriedade. Isso sugere uma adaptação da escola ao contexto rural, reconhecendo e valorizando as responsabilidades familiares dos estudantes.

Conforme Galego & Silva (2012):

Poderíamos elencar vários motivos para a reflexão aqui proposta, porém alguns merecem destaque. Primeiramente, vale destacar que o tempo e o espaço são estruturantes da cultura escolar, ou seja, todas as ações no interior da escola ocorrem num espaço (sala de aula, recreio, quadra, laboratório, biblioteca, sala dos professores etc.) e num tempo (ano letivo, dia letivo, uma semana, uma aula de 50 minutos, uma atividade de 20 minutos etc.). Além disso, a dimensão do tempo, assim como a do espaço, não é uma propriedade natural dos indivíduos, mas sim uma ordem a ser aprendida. Não poderíamos deixar de assinalar também que a arquitetura espaço-temporal, particularmente, é condicionada e condiciona a dinâmica social e cultural. **Os tempos e espaços não são neutros, sendo assim, eles educam! Portanto, pensar sobre as marcas temporais e espaciais das escolas onde atuamos é fundamental para compreender os possíveis efeitos delas na formação dos alunos e no trabalho dos professores.** Trata-se de pensar sobre os usos desses tempos e dos espaços que cada instituição dispõe e organiza no trabalho junto aos estudantes, docentes, pais e funcionários (p. 5, grifo nosso).

A escola João Simões Lopes Neto está enfrentando desafios significativos em sua missão de atender às necessidades da comunidade do campo. Enquanto algumas iniciativas estão alinhadas com as demandas locais e buscam promover uma educação mais relevante e inclusiva, outras áreas, como o acesso dos alunos às residências e a falta de pessoal administrativo, requerem atenção imediata. É essencial que a escola trabalhe em estreita colaboração com as famílias para superar esses obstáculos e garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade que atenda às suas necessidades específicas no contexto rural. Ficou evidenciado, portanto, que a escola João Simões Lopes Neto precisa

continuar a buscar formas de atender às necessidades da comunidade de forma abrangente e eficaz. Isso inclui não apenas o aspecto acadêmico, mas também o suporte às demandas básicas e a promoção de uma educação contextualizada e integrada ao ambiente do campo. Além disso, é essencial que a gestão da escola esteja atenta às críticas e sugestões dos professores, buscando constantemente melhorias que contribuam para o desenvolvimento pleno dos estudantes e para o fortalecimento dos laços entre a escola e a comunidade.

Para a sétima pergunta **“Quais são as perspectivas futuras da escola em termos de avanços e desafios no que tange ao Novo Ensino Médio em sua compreensão?”**, os participantes P4 e P5 novamente não responderam. Respostas como as de P1, P6 e P8 demonstram um interesse em adaptar o currículo escolar às demandas do mercado de trabalho e da sociedade em constante mudança. Esses professores destacam a importância de preparar os alunos não apenas para o dia a dia, mas também para o desenvolvimento de futuros profissionais, sugerindo uma abordagem mais prática e voltada para a aplicação do conhecimento. Por outro lado, respostas como as de P2, P3 e P9 apontam desafios significativos na implementação do Novo Ensino Médio, como a falta de preparo dos professores, a escassez de material de apoio e a necessidade de estratégias diferenciadas para atrair e engajar os alunos. Esses professores reconhecem que a transição para um modelo de ensino mais moderno e centrado no aluno requer uma mudança profunda na cultura escolar e na forma como o conhecimento é transmitido. A implementação bem-sucedida do Novo Ensino Médio não se resume apenas à disponibilidade de recursos e à capacitação dos professores. É vital considerar também o contexto estrutural das escolas, as condições de trabalho dos docentes, a infraestrutura adequada para suportar novas metodologias e a participação efetiva da comunidade escolar. Além disso, é fundamental que as políticas educacionais sejam acompanhadas de investimentos consistentes e de políticas públicas que apoiem tanto os professores quanto os alunos durante esse processo de transição. Destaca-se a necessidade de um planejamento abrangente e integrado para alcançar os objetivos propostos pelo novo Ensino Médio, assegurando que todos os aspectos fundamentais sejam contemplados para uma mudança efetiva na educação.

Destaca-se as respostas de P7 e P11:

Os desafios da escola é fazer com que os alunos se “encantem” pelo ato de estudar e que aproveite os momentos de aprendizagem oferecidos pelo aprender, por outro lado a necessidade de estratégias diferenciadas o Novo Ensino Médio exige um Novo Aluno Médio e conseqüente Novo Professor Médio. As metodologias utilizadas anteriormente já não funcionam mais, os alunos mudaram. Por isso penso que a família precisa ser conquistada para a vida escolar, percebo que a escola sozinha não tem força para mudar, logo o novo ensino médio, Além de pedagogicamente estar deixando a desejar foi imposto sem um embasamento literário ponto exemplo disso é que há pouco relacionado ao ensino do campo (P7).

A desorganização da SEDUC/RS na implementação da reforma do ensino médio implica diretamente nas escolas, afetando em tomadas de decisões no que tange às práticas pedagógicas. À exemplo, os itinerários formativos das áreas não possuem uma matriz curricular, orientando desse modo os/as educadores(as). A falta de formação continuada e falta de educadores(as) também afetam a estrutura organizacional da escola. E por fim, a realidade educacional do estado é incerta, a falta de informação e falha da comunicação contribuem para este cenário (P11).

As respostas dos participantes P7 e P11 refletem preocupações legítimas sobre os desafios enfrentados pela escola, especialmente no contexto da implementação do Novo Ensino Médio. É essencial adaptar as estratégias pedagógicas para atender às necessidades dos alunos contemporâneos e envolver ativamente as famílias na vida escolar, de forma protagonista e não como receptáculo das novas determinações da educação para preservar a sociedade do capital. Isso significa promover uma participação efetiva das famílias no processo educacional, valorizando seus conhecimentos e experiências como parte integrante da formação dos estudantes, além de garantir que as políticas educacionais estejam alinhadas com os interesses coletivos e não apenas com exigências mercadológicas. A crítica à desorganização e falta de suporte por parte da SEDUC/RS é válida e evidencia a importância de uma gestão eficiente e comunicação transparente para garantir o sucesso das reformas educacionais. Essas observações ressaltam a necessidade de uma abordagem integrada e colaborativa para superar os desafios e promover uma educação de qualidade.

Por fim, respostas como as de P10 e P12 enfatizam a importância de tecnologias, metodologias ativas e habilidades emocionais no Novo Ensino Médio, mas também reconhecem os desafios associados à falta de acesso igualitário à internet e à instabilidade das políticas educacionais. Esses professores ressaltam a necessidade de adaptação constante e flexibilidade por parte da escola para lidar com as mudanças e desafios do cenário educacional atual.

Em análise, fica claro que a mudança para o Novo Ensino Médio apresenta tanto oportunidades quanto desafios significativos para a Escola João Simões Lopes

Neto. É fundamental que a instituição e seus professores estejam preparados para enfrentar esses desafios com determinação, buscando soluções criativas e colaborativas que promovam uma educação de qualidade e relevante para os alunos, considerando sempre as especificidades do contexto rural em que estão inseridos. Além disso, é essencial uma maior articulação entre a escola, as famílias e as autoridades educacionais para garantir o sucesso dessa transição e o pleno desenvolvimento dos estudantes. Assim, preocupações e sugestões apresentadas pelos professores refletem a complexidade e os desafios envolvidos na implementação do Novo Ensino Médio. É fundamental que a escola esteja preparada para enfrentar esses desafios com criatividade, e resiliência, buscando sempre promover uma educação de qualidade e relevante para os alunos, alinhada com as demandas e realidades do século XXI.

Para a oitava pergunta **“Quais são as estratégias adotadas pela escola para promover a educação no campo e do campo e tornar-se referência na comunidade em que está inserida?”**, o(a) participante P5 não respondeu e o(a) P13 não soube responder.

Há um consenso geral sobre a importância de envolver a comunidade no processo educacional, conforme destacado pelas respostas de P1, P6 e P8. Essas respostas ressaltam a necessidade de abertura para decisões compartilhadas, aproximação por meio de oficinas, mostras e palestras, além da valorização dos alunos e da promoção de projetos e atividades que os mantenham no campo.

Destaca-se as respostas de P7 e P8:

Percebo pouco as estratégias e diante disso insiste em trazer a família e a comunidade para a escola, informar parcerias com instituições que possam trazer ensinamentos diferenciados (EMBRAPA SINDICATO EMATER, momentos em que a família poderia participar), em ofertas de formação relacionados ao ensino do campo, em buscar literaturas que possam auxiliar o professor em suas metodologias e práxis. A necessidade da interdisciplinaridade entre os professores, E para isso seria necessário disponibilizar um tempo para reuniões ver onde pudéssemos trocar ideias com nossos pares.

Fazer-se presente na vida dos alunos, valorizar o aluno bem como projetos e atividades para o aluno permanecer no campo. Poderia desenvolver parcerias com os órgãos públicos como Unaic, Emater, buscando cursos e atividades como hortas, pomares, manejo de animais, conhecimento de financiamentos e gerenciamento de finanças, entre outros.

As respostas de P7 e P8 destacam a importância de estratégias que visam envolver ativamente a família e a comunidade na vida escolar, bem como estabelecer parcerias com instituições externas para enriquecer o ensino oferecido. Corrobora-se quanto a interdisciplinaridade entre os professores e o compartilhamento de ideias serem fundamentais para promover uma educação de qualidade, especialmente no contexto do ensino do campo.

Um dos temas centrais explorados por Freire (2002) é a interdisciplinaridade. Ele defende a importância de uma abordagem integradora e contextualizada na prática educativa, que transcenda as fronteiras entre as disciplinas e promova uma visão holística do conhecimento. Para o autor, a interdisciplinaridade não se limita à simples integração de diferentes áreas do conhecimento, mas envolve uma profunda reflexão sobre a relação entre elas e o seu impacto na compreensão da realidade pelos estudantes. Ele argumenta que os conteúdos educacionais devem ser apresentados de forma articulada e significativa, de modo a permitir aos alunos uma compreensão mais ampla e profunda dos fenômenos sociais, culturais e naturais.

Além disso, Freire (2002) destaca a importância da contextualização do ensino, ou seja, da vinculação dos conteúdos com a vida e a experiência dos estudantes. Ele acredita que os educadores devem partir do conhecimento prévio dos alunos e estabelecer conexões entre os conceitos abstratos e as situações concretas do cotidiano, tornando o aprendizado mais relevante e significativo. Ao enfatizar a interdisciplinaridade e a contextualização na prática educativa, Freire busca não apenas promover uma compreensão mais profunda do conhecimento, mas também estimular o pensamento crítico, a criatividade e a autonomia dos estudantes. Ele acredita que uma educação integradora e contextualizada é essencial para formar cidadãos conscientes, ativos e comprometidos com a transformação social.

Voltando as respostas, P3, P4, e P10, enfatizam a importância de garantir acesso à educação de qualidade e oferecer um bom acolhimento aos alunos. Também há destaque para o desenvolvimento de parcerias com órgãos públicos e instituições locais, visando ampliar as oportunidades de aprendizado, como mencionado por P7 e P8. No entanto, algumas respostas indicam desconhecimento sobre as estratégias adotadas (respostas de P2, P11 e P13) ou falta de interesse da comunidade em educação do campo (P12), o que pode representar um obstáculo para o desenvolvimento de iniciativas eficazes.

As respostas dos professores refletem uma variedade de percepções e abordagens em relação às estratégias adotadas pela escola para promover a educação no campo e tornar-se referência na comunidade. Enquanto algumas destacam a importância do envolvimento comunitário e parcerias externas, outras apontam desafios relacionados à falta de conhecimento ou interesse por parte da comunidade. Essa diversidade de perspectivas destaca a complexidade e a importância de uma abordagem flexível e adaptativa para atender às necessidades específicas dos alunos e da comunidade em que a escola está inserida.

Em suma, embora haja convergência em relação à importância do envolvimento da comunidade e à garantia de acesso à educação de qualidade, existem lacunas na implementação dessas estratégias, seja por falta de conhecimento, falta de interesse da comunidade ou limitações de recursos. Para promover uma educação eficaz no campo e tornar-se referência na comunidade, é essencial superar esses desafios, fortalecendo parcerias, capacitando os professores e envolvendo ativamente os alunos e suas famílias no processo educacional.

#### **7.4 A escola é fruto da mobilização da comunidade: um sonho que se torna realidade.**

Para a primeira pergunta **“Quais são as oportunidades de aprendizado e desenvolvimento que uma escola voltada para a educação do campo pode oferecer à comunidade da João Simões Lopes Neto?”**, as respostas dos ex-professores oferecem uma variedade de perspectivas sobre as oportunidades de aprendizado e desenvolvimento que uma escola voltada para a educação do campo pode oferecer à comunidade da João Simões Lopes Neto. A seguir destaco as respostas em que há concordâncias e discuto as discordâncias:

Concordam EXP2, EXP3 e EXP7 que destacam a importância da escola em relacionar a teoria com a prática, valorizando a cultura local e proporcionando oportunidades de desenvolvimento social e econômico para a comunidade; EXP6 que enfatiza o desenvolvimento do indivíduo e o pertencimento à comunidade como benefícios importantes oferecidos por uma escola do campo e EXP8 que ressalta a importância de atividades que contribuam para a qualidade de vida no campo e permitam que as famílias permaneçam na comunidade, desenvolvendo melhor seu trabalho.

Discordam EXP1 que sugere que a escola deveria oferecer oficinas do interesse dos alunos para sua realidade, enquanto EXP10 destaca a importância do ensino de inovação, tecnologia e empreendedorismo. Essas respostas indicam discordância quanto às prioridades educacionais, com uma enfatizando o aprendizado prático e outra enfatizando o desenvolvimento de habilidades específicas relacionadas à produção e ao cultivo.

Ressalto as respostas de EXP4, EXP5, EXP9:

Permanência dos estudantes no campo (EXP4).  
Uma escola voltada para a Ed. do Campo pode oferecer à comunidade melhorias no sistema de produção, manejo e sustentabilidade (EXP5).  
Pode proporcionar experiências valiosas de aprendizado, como uma interação com a natureza através da educação ambiental e práticas sustentáveis por meio da agricultura e criação de animais, pode também desenvolver o lado empreendedor nos alunos (EXP9).

Essas respostas complementam o panorama das oportunidades de aprendizado e desenvolvimento oferecidas por uma escola do campo, destacando a importância da retenção dos estudantes na comunidade, o aprimoramento das práticas agrícolas locais e o desenvolvimento de habilidades empreendedoras e sustentáveis.

Em suma, as respostas dos ex-professores destacam a importância do aprendizado, valorização da cultura local, desenvolvimento pessoal e econômico da comunidade. No entanto, há discordâncias quanto às prioridades educacionais específicas, refletindo diferentes visões sobre as necessidades e objetivos da educação na comunidade rural da João Simões Lopes Neto.

Essas respostas dos ex-professores ecoam os princípios de Paulo Freire (1987), que defendia uma educação libertadora, contextualizada e comprometida com a realidade local. Freire acreditava que a educação deveria valorizar o conhecimento prévio dos alunos, promover a reflexão crítica sobre a realidade e estimular a participação, a transformação social. Assim, a valorização do aprendizado prático e da cultura local, bem como o desenvolvimento pessoal e econômico da comunidade, estão alinhados com a visão freiriana de uma educação libertadora e transformadora.

Para a Segunda pergunta **“Como podemos garantir que os valores e práticas da cultura local/campo sejam integrados ao currículo escolar? Quando trabalhavas na escola João Simões Lopes Neto percebia essa integração?”**, as respostas dos ex-professores destacam a importância de integrar

os valores e práticas da cultura local ao currículo escolar, especialmente em áreas rurais. EXP1 e EXP3 enfatizam a necessidade de reconhecer e valorizar a cultura local, envolvendo a comunidade escolar por meio de eventos, palestras e mostras de trabalhos. EXP2 e EXP4 destacam a importância da adequação curricular, direcionando as disciplinas para temas relacionados à agricultura familiar e agropecuária, e capacitando os professores para esse fim. Já EXP5 destaca a necessidade de repensar as práticas escolares considerando a realidade local, especialmente com a proposta do Novo Ensino Médio, que permite a criação de projetos alinhados aos valores e práticas locais através dos Itinerários Formativos. O ponto em comum entre as respostas é a importância de reconhecer, valorizar e integrar a cultura local ao currículo escolar, promovendo uma educação mais contextualizada e significativa para os estudantes.

Ressalta-se a resposta de EXP6:

A integração dos valores e práticas da cultura local no Currículo Escolar é fundamental, principalmente para fortalecer a identidade da comunidade rural e proporcionar uma vida ou objetivo mais significativo para cada um. Integrar esses valores e práticas de uma Escola do campo ao Currículo é crucial para promover uma educação contextualizada, para isso é importante um diagnóstico da realidade local, buscar as práticas locais, identificar líderes comunitários e a participação da comunidade na elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola. Na minha passagem curta pela Escola João Simões Lopes Neto acompanhei o quanto essa comunidade sofre com a questão do transporte Escolar, pois as aulas acontecem no Noturno e tudo é muito distante, os alunos acabam saindo muito cedo de casa e em épocas de muito trabalho na lavoura, faltam as aulas para poder ajudar a família em casa, pois a família depende dessa renda e mão de obra. A questão da colheita do pêssego que acontece na cidade vizinha no qual muitas famílias e alunos participam. Também me chamou muita atenção o Tradicionalismo que é muito forte na região onde se tem o apoio da comunidade local prestigiando e participando do evento (EXP6).

O EXP6 destaca a importância da integração dos valores locais no currículo, visando fortalecer a identidade da comunidade e proporcionar uma educação significativa. Ele enfatiza a necessidade de envolver a comunidade na elaboração do Projeto Político Pedagógico, identificar líderes locais e abordar questões práticas como transporte escolar e horários de aula em relação às demandas da lavoura. Também destaca o papel do tradicionalismo na participação da comunidade em eventos locais.

Concordo com a resposta de EXP6, pois aborda pontos essenciais para uma educação efetivamente voltada para a realidade e necessidades da comunidade local. A integração dos valores e práticas locais no currículo escolar não apenas fortalece a identidade dos estudantes, mas também os conecta mais profundamente com o processo educacional, tornando-o mais relevante e significativo para suas vidas. Além disso, a consideração das questões práticas, como o transporte escolar e a relação entre os horários de aula e as atividades da comunidade, é importante para garantir que todos os alunos tenham acesso equitativo à educação.

Dando importância à verdadeira participação da comunidade no processo educacional para garantir a integração dos valores e práticas da cultura local no currículo escolar, EXP7 salienta que é essencial envolver a comunidade no planejamento e na discussão das práticas educacionais, embora reconheça limitações, como a estrutura de um único turno. EXP8 e EXP9 propõem atividades práticas e projetos interdisciplinares como formas de integrar a cultura local ao currículo, embora observem que essas práticas eram pouco comuns na escola. Por fim, EXP10 destaca a necessidade de construir estratégias de valorização da cultura local em conjunto com a comunidade escolar, reconhecendo a importância da contextualização das práticas culturais.

Coaduno com a ênfase na importância da participação da comunidade e na necessidade de contextualização das práticas culturais. No entanto, discordo da ideia de que a estrutura de um único turno seja um fator limitante absoluto para a integração comunitária. Embora possa ser desafiador, é possível encontrar maneiras criativas de envolver a comunidade, mesmo em um único turno. Além disso, é importante que a escola se comprometa de forma consistente e contínua com a valorização da cultura local, não apenas em eventos pontuais.

Para a terceira pergunta **“Como a escola João Simões Lopes neto pode se tornar um centro de referência, envolvimento e desenvolvimento para a comunidade onde está inserida?”**, as respostas dos EXP destacam várias estratégias para tornar a Escola João Simões Lopes Neto um centro de referência, envolvimento e desenvolvimento para a comunidade onde está inserida. As sugestões de EXP 1 a EXP 9, incluem criar um espaço acolhedor e promover o envolvimento da comunidade na construção da escola, desenvolver projetos voltados para a forma de sustento das famílias locais, aproximar a comunidade da escola através de trabalhos práticos que tragam a realidade do campo para a sala

de aula, repensar o diálogo entre a escola e a comunidade respeitando a história local, investir em projetos que considerem a realidade local e os arranjos produtivos da região, e buscar apoio das políticas públicas para implementar iniciativas que atendam às necessidades locais.

Penso ser importante o envolvimento da comunidade e que há necessidade de projetos práticos que tragam benefícios tangíveis para a comunidade. Além disso, a necessidade de repensar o diálogo entre a escola e a comunidade, respeitando a história local e considerando as necessidades específicas da região. No entanto, não concordo com a ideia de que seja necessário investimento pesado em estrutura física para que a escola se torne um centro de referência. Acredito que um ambiente acolhedor, projetos educacionais significativos e parcerias com a comunidade podem ser mais importantes do que infraestrutura de ponta.

A integração entre comunidade e escola é essencial para uma educação significativa e contextualizada. O envolvimento da comunidade no ambiente escolar fortalece a identidade local e promove um senso de pertencimento. Além disso, essa integração possibilita a troca de conhecimentos e experiências, enriquecendo o processo educativo. Dessa forma, é fundamental que escola e comunidade trabalhem juntas para garantir uma educação de qualidade e alinhada com as necessidades locais (BEZERRA et al., 2010).

Ressalta-se a resposta de EXP10:

Torna-se referência, tendo envolvimento e desenvolvimento, não é uma tarefa fácil, mas acredito que a escola tenha que ser mais atrativa e eficiente para os alunos. Ela deve sim fomentar a educação e a formação superior, mas ela deve promover a valorização e as possibilidades para que os alunos voltem para as suas comunidades, com o intuito de crescer e desenvolver o campo, trazendo assim qualidade de vida para o local e garantindo a não evasão do campo, que é o que se tem presenciado nos últimos anos. Alunos que desejam abandonar o campo para terem melhor qualidade de vida na cidade, contudo o mesmo não acontece para todos devido à pouca formação que possuem e a grande concorrência que enfrentam (EXP10).

Essa abordagem ressalta a importância da educação como um meio de empoderamento das comunidades rurais, oferecendo oportunidades para o crescimento e qualidade de vida no campo.

Para a quarta pergunta **“Quais são as formas de fortalecer o diálogo entre a escola, os pais, gestão e a comunidade da escola João Simões Neto para garantir uma educação de qualidade no campo?”**, as respostas dos EXP

destacam diversas formas de fortalecer o diálogo entre a escola, os pais, gestão e a comunidade da Escola João Simões Neto para garantir uma educação de qualidade no campo. EXP1 enfatiza a importância da participação ativa dos pais na escola, promovendo um diálogo construtivo por meio de reuniões, debates e pesquisas. EXP2 propõe uma troca de conhecimentos entre a comunidade escolar e os pais, onde cada um contribuiria com seu saber para enriquecer o aprendizado dos alunos. EXP3 destaca a importância de trazer todos para dentro da escola e envolvê-los no dia a dia, conectando as raízes e culturas locais com a prática educativa. EXP4 sugere repensar o processo educativo para melhor adequá-lo ao contexto da escola e da comunidade.

É verdade a necessidade de uma participação ativa dos pais na escola e do envolvimento da comunidade no processo educativo, como proposto por EXP1, EXP2 e EXP3, bem como a ideia de adaptar o currículo escolar para melhor atender às necessidades e realidades locais, conforme sugerido por EXP4. No entanto, diverjo da sugestão de EXP2 de que os pais/comunidade devem contribuir principalmente com conhecimentos práticos, pois acredito que a troca de conhecimentos deve ser bidirecional, valorizando tanto o saber acadêmico quanto o conhecimento prático.

Ressalto para discussão a resposta de EXP5:

A escola deve começar fomentando o engajamento dos docentes e estudantes, através de uma conscientização dos problemas locais. Fortalecer nos estudantes sensação de pertencimento e valorização àquela comunidade. Promover reuniões, palestras, discussões no ambiente escolar. A escola deve ter clareza das características da comunidade local, arranjos produtivos, jornada de trabalho, adaptações dos horários etc. Partindo deste ponto, deve-se pensar em estratégias (projetos, disciplinas) que disseminem o conhecimento local e fomentem a pesquisa voltada para a solução de problemas da comunidade relacionados à sua produção. Os estudantes devem se identificar com as propostas e ver uma aplicabilidade dos conteúdos estudados. Buscar aproximações com a comunidade, através do conhecimento oferecido pela escola. Realizar eventos apresentando suas propostas e ideias à comunidade (EXP5).

Da resposta de EXP5 destaco a importância de uma abordagem colaborativa para fortalecer o diálogo entre a escola, os pais, gestão e a comunidade, garantindo assim uma educação de qualidade no campo. Ao promover o engajamento, a conscientização, o pertencimento, a comunicação eficaz e o desenvolvimento de estratégias educacionais específicas, a escola pode

desempenhar um papel vital no desenvolvimento e no progresso da comunidade local.

As respostas dos EXP6 a 10, enfatizam a importância do diálogo entre a escola, os pais, gestão e comunidade para garantir uma educação de qualidade no campo. Destaca-se a sugestão de reuniões periódicas (EXP6) e a oportunidade de espaços de diálogo e planejamento coletivo (EXP7). Ratifica-se a ideia de ouvir mais os alunos e a comunidade (EXP10) e de manter canais de comunicação abertos, como grupos online e boletins informativos (EXP9). Além disso, a necessidade de flexibilidade da direção escolar para atender às necessidades e realidades dos alunos (EXP10). No entanto, não revalido a sugestão de que a direção da escola deve ser a única a definir os caminhos a serem seguidos (EXP8), pois acredito que o diálogo deve ser mais inclusivo e participativo, envolvendo todos os membros da comunidade escolar.

Para a quinta pergunta **“Como você vê o papel da educação do campo na formação dos estudantes da escola João Simões Lopes Neto?”**, as respostas dos EXP destacam a importância da educação do campo na formação dos estudantes da Escola João Simões Lopes Neto. Ambos (EXP1 e EXP2) ressaltam que essa modalidade educacional pode contribuir para o desenvolvimento dos alunos, capacitando-os para atuar em suas comunidades e despertando novos aprendizados e interesses.

É fato a ideia de que a educação do campo pode proporcionar uma formação mais completa e contextualizada, preparando os estudantes para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades em suas próprias comunidades. No entanto, seria enriquecedor se as respostas explorassem mais detalhadamente os aspectos específicos e os benefícios concretos que a educação do campo pode oferecer aos estudantes da escola.

Para Conte e Ribeiro (2017) a escola do campo representa um espaço privilegiado para a integração e valorização dos diversos conhecimentos, saberes e culturas locais. Ao reconhecer e incorporar essas riquezas, a escola promove uma educação mais inclusiva e contextualizada. Essa relação estabelecida entre os diferentes elementos contribui para o fortalecimento da identidade cultural e para o desenvolvimento de uma consciência crítica e cidadã.

Ressalto para discussão a resposta de EXP3:

A maior parte dos alunos são alunos do campo, que trabalham nas propriedades, e que pretendem continuar nas atividades da família, acredito que a educação pode ajudar para que os mesmos possam melhorar o desenvolvimento de suas propriedades, possam buscar melhorias para o melhor desenvolvimento do trabalho nas propriedades, tendo um maior desenvolvimento econômico, trabalhando também a conscientização em relação ao meio ambiente, criando um trabalho mais atrativo para os alunos (EXP3).

A resposta do EXP3 destaca a importância da educação do campo como um estímulo para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das comunidades rurais, mas também ressalta a necessidade de uma abordagem que leve em consideração todos os aspectos relevantes para a vida no campo. Concordo com a ênfase dada à importância da educação na busca por melhorias nas atividades agrícolas e no desenvolvimento econômico das propriedades. Importa que a educação do campo não apenas forneça conhecimentos acadêmicos, mas também habilidades práticas e técnicas que possam ser aplicadas diretamente nas atividades agrícolas. Além disso, a conscientização ambiental é fundamental para promover práticas agrícolas sustentáveis e garantir a preservação dos recursos naturais.

Entretanto, é importante considerar que a educação do campo não deve se limitar apenas ao aspecto econômico. Ela também deve promover uma compreensão mais ampla das questões sociais, culturais e políticas relacionadas ao campo. Isso inclui a valorização da identidade cultural local, o fortalecimento das comunidades rurais e o estímulo ao empreendedorismo no campo.

Avançando, sublinho a importância de proporcionar integração social, cultural e econômica às famílias rurais (EXP4), além de promover o desenvolvimento rural, social e cultural da comunidade (EXP5). A ênfase na necessidade de os alunos retornarem para suas comunidades com conhecimento para contribuir com o desenvolvimento local é destacada (EXP6). No entanto, a resposta do EXP7 levanta uma importante questão sobre a estrutura da escola e sua adequação às especificidades do meio rural, indicando que pode haver uma falta de consideração pelas características locais na gestão da escola. EXP8 destaca a importância do papel da educação no campo. Já a resposta do EXP9 sugere que, devido ao funcionamento no período noturno, as práticas do campo são negligenciadas, o que ressalta a necessidade de adaptação do currículo e das atividades para atender às demandas dos alunos rurais. A resposta do EXP10 destaca a relevância da escola como uma instituição acessível e de qualidade para os estudantes do campo,

ressaltando a dedicação dos professores e a importância do acesso à educação para todos.

Admito a importância atribuída à educação do campo para o desenvolvimento das comunidades rurais, mas diverjo da visão limitada sobre a estruturação da escola e da possível negligência em relação às especificidades locais. Essas questões destacam a importância de uma abordagem mais abrangente e adaptativa para garantir uma educação de qualidade no campo.

Para a sexta pergunta **“Quais são os principais desafios enfrentados pelos professores na educação do campo? Qual é a importância de valorizar e respeitar o conhecimento tradicional e local dos estudantes?”**, na educação do campo, os desafios enfrentados pelos professores são diversos, como destacado por EXP1, que ressalta a questão do transporte e das estradas, afetando tanto os alunos quanto os próprios educadores. A falta de integração com a comunidade local é apontada por EXP2 como um desafio significativo para os professores vindos do meio urbano. Por sua vez, EXP3 destaca a dificuldade em manter os alunos na escola, muitos dos quais abandonam os estudos para trabalhar. A necessidade de uma formação docente específica para o contexto do campo é mencionada por EXP4, enquanto EXP5 aponta a falta de conhecimento sobre a cultura local como um desafio relevante. A localização das escolas, o transporte e a falta de recursos didáticos são abordados por EXP6 como desafios adicionais enfrentados pelos professores. EXP7 destaca a distância e a dificuldade de acesso à escola, especialmente para os professores que vêm de outras realidades. EXP8 ressalta a importância de valorizar a educação do campo, mesmo diante das dificuldades em direcionar o interesse da comunidade.

Os desafios enfrentados pelos professores na educação do campo são variados e significativos. Contudo, discordo da proposição de EXP8 de que as escolas não realizam atividades por falta de direcionamento do interesse da comunidade. Muitas instituições do campo enfrentam obstáculos estruturais e financeiros que podem restringir sua capacidade, o que não necessariamente reflete uma falta de vontade de engajar a comunidade. Reconhecer tais limitações é fundamental, buscando soluções por meio de políticas educacionais e investimentos apropriados.

Segundo Andrade e Rodrigues (2020), a infraestrutura das escolas do campo é um tema complexo que envolve aspectos legais, precarização e até mesmo

o fechamento de algumas instituições. A legislação brasileira prevê diretrizes específicas para a infraestrutura escolar, visando garantir condições adequadas de ensino e aprendizagem. No entanto, muitas escolas enfrentam problemas como falta de recursos, estruturas físicas precárias e até mesmo o fechamento devido à baixa demanda ou condições inadequadas. Essa realidade evidencia a necessidade de políticas públicas eficazes que promovam a valorização e o investimento nas escolas do campo, assegurando o acesso a uma educação de qualidade para todos os estudantes, independentemente de sua localização geográfica.

Ressalto para discussão a resposta de EXP9:

Um dos principais desafios enfrentados pelos professores na educação do campo é a diversidade de realidades e necessidades dos alunos. As características das comunidades rurais, como distância geográfica, condições socioeconômicas variadas e infraestrutura limitada, podem criar dificuldades para a implementação de métodos de ensino eficientes.

Valorizar e respeitar o conhecimento tradicional e local dos estudantes é crucial por várias razões:

1. Preservação da Identidade Cultural;
2. Inclusão e Diversidade;
3. Integração com o Currículo Escolar
4. Empoderamento Comunitário

Em resumo, a valorização e o respeito pelo conhecimento tradicional e local dos estudantes são fundamentais para construir uma educação autêntica, inclusiva e alinhada com as realidades e aspirações das comunidades rurais (EXP9).

A resposta de EXP9 ressalta a complexidade dos desafios enfrentados pelos professores na educação do campo, destacando a necessidade de valorizar e respeitar o conhecimento tradicional e local dos estudantes. Essa abordagem é fundamentada em várias razões, incluindo a preservação da identidade cultural, a promoção da inclusão e diversidade, a integração desse conhecimento com o currículo escolar e o empoderamento comunitário. Essa perspectiva reconhece que a diversidade de realidades e necessidades dos alunos em comunidades rurais exige uma abordagem educacional sensível e contextualizada. A valorização do conhecimento tradicional e local não apenas enriquece o processo educacional, mas também fortalece os laços entre a escola e a comunidade, promovendo uma educação mais autêntica e relevante para os estudantes. Por fim a resposta de EXP10 destaca os desafios enfrentados pelos professores na educação do campo, como problemas de acesso e transporte, falta de recursos materiais e infraestrutura precária, incluindo a ausência de internet e luz na escola. Também menciona a

inadequação do transporte dos alunos e estradas em más condições, impactando tanto fisicamente quanto psicologicamente os professores.

Corroboro com a ênfase dada à falta de infraestrutura e recursos adequados, pois isso pode comprometer significativamente a qualidade da educação oferecida. Acredito que a falta de investimento e apoio adequado por parte das autoridades responsáveis é um fator mais relevante para a falta de recursos e infraestrutura nas escolas do campo.

## **8. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No cenário da educação no campo, a Escola João Simões Lopes Neto emerge como um esperançar, fruto do empenho coletivo e da mobilização da comunidade em prol de um ensino de qualidade e igualitário para todos. Um estudo aprofundado sobre a educação no município de Canguçu/RS revela a importância inegável da educação como direito social, garantido por políticas públicas. No entanto, o estudo também evidencia os desafios que persistem e as promissoras perspectivas para o futuro. A análise do censo escolar de 2000 e a emergência da pesquisa evidenciam a relevância de políticas públicas, como o transporte escolar, para viabilizar o acesso à educação, especialmente em áreas rurais.

Os estudantes reconhecem a escola como uma porta para oportunidades, mas enfrentam desafios como o cansaço, as longas distâncias percorridas no transporte escolar, o tempo que passam nele, as condições precárias das estradas, a falta de energia elétrica e, ocasionalmente, a ausência de professores.

A relação entre escola e trabalho é complexa, com diferentes visões sobre a aplicabilidade do conhecimento escolar adquirido nos três (3) anos do Ensino Médio.

A participação da comunidade na constituição da escola foi marcada por

esforços coletivos, buscando garantir acesso à educação e evitar deslocamentos longos, ou seja, até o meio urbano. Os professores enfrentam desafios como falta de acesso, resistência à localização rural e falta de ajustes do currículo às necessidades locais. A escola busca se consolidar na comunidade através de estratégias que envolvam a comunidade, promovam projetos relevantes e estabeleçam parcerias.

As entrevistas com ex-professores da Escola João Simões Lopes Neto destacaram a importância de uma educação que relacione teoria e prática, valorize a cultura local e promova desenvolvimento social e econômico. Houve concordância sobre a necessidade de desenvolver o indivíduo e melhorar a qualidade de vida no campo, mas divergências quanto às prioridades educacionais: alguns focaram em oficinas práticas, enquanto outros enfatizaram inovação e empreendedorismo.

Para integrar os valores e práticas da cultura local ao currículo escolar na Escola João Simões Lopes Neto, é essencial envolver a comunidade através de eventos e projetos, incluir disciplinas para temas rurais, e oferecer formação aos professores. A participação comunitária no planejamento educacional e a consideração de questões práticas, como horários de aula e transporte escolar, são fundamentais.

Estudos demonstram que a educação contextualizada contribui significativamente para o desenvolvimento integral do estudante, fortalecendo sua identidade e promovendo um aprendizado mais significativo (FREIRE, 1987). Além disso, formar professores para lidar com essas temáticas e envolver a comunidade no planejamento educacional são práticas recomendadas por especialistas. A participação comunitária é crucial para que a escola se torne um espaço de construção coletiva e reflita as reais necessidades e expectativas locais (SANTOS, 20) .Para tanto a escola deve estar aberta aos diálogos e discussões voltadas para os anseios da comunidade escolar.

Portanto, com uma abordagem cuidadosa e participativa, a integração entre a educação escolar e a cultura local não só é viável, mas também essencial para o desenvolvimento da comunidade e para a melhoria da qualidade de vida no campo.

Para a Escola João Simões Lopes Neto ser referência em desenvolvimento para a comunidade, é essencial um ambiente acolhedor, envolver a comunidade na gestão escolar, e desenvolver projetos que reflitam a realidade local, como iniciativas

agrícolas. A escola deve fomentar um diálogo com a comunidade, considerar as necessidades regionais e buscar apoio de políticas públicas.

Os docentes e ex-docentes ressaltam a importância do diálogo entre escola, pais, gestão e comunidade para garantir uma educação de qualidade no campo. Sugestões incluem participação ativa dos pais na escola, troca de conhecimentos, envolvimento da comunidade no dia a dia escolar, e adaptação do currículo às necessidades locais. Uma abordagem colaborativa, com reuniões periódicas, diálogo aberto, e flexibilidade da gestão, é vista como essencial. Ouvir os alunos e a comunidade e promover canais de comunicação eficazes são estratégias apontadas. Os docentes também destacam que a educação do campo na Escola João Simões Lopes Neto pode incentivar os alunos a atuarem em suas comunidades, despertando novos aprendizados e interesses. É fundamental que a educação do campo forneça não apenas conhecimentos teóricos, mas também habilidades, aprendizados e técnicas aplicáveis às atividades agrícolas, promovendo práticas sustentáveis e valorizando a identidade cultural

Na educação do campo, os professores enfrentam desafios como transporte precário, intempéries, integração com a comunidade, manutenção dos alunos na escola e falta de conhecimento sobre a cultura local. É importante valorizar o conhecimento dos estudantes, pois isso preserva a identidade cultural, promove inclusão e diversidade, e fortalece os laços entre escola e comunidade. Desta forma, através da análise do contexto educacional e das entrevistas realizadas, foi possível responder à questão de pesquisa, que indagava sobre a maneira e as expectativas da comunidade na criação da escola. Foi evidenciado que a mobilização e o engajamento da comunidade foram fundamentais para a criação e consolidação da escola. Assim, o objetivo proposto foi alcançado, contribuindo para a compreensão da história da escola e para a valorização da educação e do papel das escolas do campo no desenvolvimento das comunidades em que estão inseridas.

Dessa forma, a integração de todos os membros da comunidade escolar não só possibilitou a coleta de dados concretos e experiências reais, mas também a identificação de necessidades, desafios e possibilidades para melhorias na escola. Essa abordagem participativa e inclusiva teve um impacto significativo na construção de um conhecimento mais abrangente e pertinente, alinhado com as especificidades

locais contribuindo para o aprimoramento da educação e fortalecimento dos vínculos entre a escola e a comunidade.

Os sujeitos desse espaço singular nutrem o sonho de uma educação transformadora, que valoriza a cultura local. Nesse ambiente aprendem juntos a cultivar os valores de respeito, cooperação e empatia, construindo assim um futuro mais justo e solidário para todos.

## 9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, D. B. **A educação rural como processo civilizador**. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Org.). História e memórias da educação no Brasil - Vol. III - Século XX. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 278-295.

ANDRADE, Francisca Marli Rodrigues de; RODRIGUES. Marcela Pereira Mendes. **Escolas do campo e infraestrutura: aspectos legais, precarização e fechamento**. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/s4jFSrDttW6fxPyHqysW3JF/#> Acesso: 27 mai. 2024.

ARAUJO, Marivaldo Prazeres de. **A organização do trabalho pedagógico em escolas multisseriadas de Cametá**. 2012. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação: Universidade Federal do Pará, Belém. Disponível em: <http://ppgedufpa.com.br/bv/arquivos/File/dissertmarivaldopraseres.pdf> Acesso em: 16 abr. 2024.

ARROYO, M.G. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis: Vozes. 2013.

ARROYO, M.G. Diversidade. In: CALDART, R.S. et al. (Org.). **Dicionário da educação do campo** Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S. MOLINA, M. C. (org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2011. 214 p.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **A educação básica e o movimento social do campo**. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BENTO, Cláudio Moreira **Canguçu reencontro com a História: um exemplo de reconstituição de memória comunitária**. Barra Mansa - RJ, ACANDHIS/Gráfica e Editora Irmãos Drumond Ltda, 2007. 2ª edição.

BEZERRA, Zedeki Fiel et al. **Comunidade e escola: reflexões sobre uma integração necessária**. Artigo. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/Q8XbHj8zhLjgLpN9TMQmh8q/#> Acesso: 27 mai. 2024.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) Acesso: 20 fev. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm) Acesso: 24 mai. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer 36/2001**. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11989-pceb036-01-pdf&category\\_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11989-pceb036-01-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192) Acesso: 16 fev. 2019.

BRASIL. **Constituição (1946)**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm) Acesso: 18 fev. 2019.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil 1934**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm) Acesso: 20 fev. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília 1988**. DF: Senado Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm) Acesso: 27 fev. 2019.

BRASIL. MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. 2021. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc> Acesso: 25 jun. 2024.

BRASIL. **Secretaria de Educação Básica. Formação de professores do ensino médio, etapa I - caderno I: ensino médio e formação humana integral / Ministério**

da Educação, Secretaria de Educação Básica; [autores: Carmen Sylvia Vidigal Moraes... et al.]. – Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2013.

CALDART, Roseli S. **Elementos para a Construção do Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo**. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Cadernos Temáticos: educação do campo. Curitiba: SEED/PR, 2005.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo**. In: **Dicionário da Educação do Campo**. CALDART, Roseli Salete, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs). São Paulo: Expressão Popular, 2012. Disponível em:

[https://www.academia.edu/37169656/DICION%C3%81RIO\\_DA\\_EDUCA%C3%87%C3%83O\\_DO\\_CAMPO](https://www.academia.edu/37169656/DICION%C3%81RIO_DA_EDUCA%C3%87%C3%83O_DO_CAMPO) Acesso em 10 abr. 2023.

COMPARATO, F. K. **Afirmção Histórica dos Direitos Humanos**. 7. ed. Rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

CONTE, Isaura Isabel; RIBEIRO, Marlene. **Escola do campo: relação entre conhecimentos, saberes e culturas**. 20147. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/kV685fhN6zd4dgzP8HvRmSL/#> Acesso: 27 mai. 2024.

CRUZ, P.; MONTEIRO, L. (Org.). **Anuário Brasileiro da Educação Básica (2013)**. São Paulo: Editora Moderna, 2013.

**Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

DORNELAS, José. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. – 6. ed. – São Paulo: Empreende/Atlas, 2016. Disponível em: <https://fazendoacontecer.org.br/wp-content/uploads/2016/05/degustacao-emp6aed.pdf> Acesso em: 15 mai. 2024.

DUARTE, Claudia Glavam; SANTOS, Simone Valdete dos. **Apresentação Educação do Campo**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS – 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/ZftbL4j3x6rTW/Ttxv6g4sKj/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 16 abr. 2024.

EGAMI, Cintia Yumiko et al. **Panorama das Políticas Públicas do Transporte Escolar Rural**. Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes – CEFTRU. Universidade de Brasília – UNB Campus Universitário Darcy Ribeiro - Caixa Postal 04516 - CEP: 70.919- 970 - Brasília (DF)

FEITOSA, D. A.; BISPO, R. L. **Formação de educadores de classes multisseriadas nas escolas do campo no município de Dom Macedo Costa-Bahia: desafios e possibilidades**. 2017, Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/229301786.pdf> Acesso em: 17 abr. 2024.

FERNANDES, B. M. **Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais**. A pesquisa em Educação do Campo, v. XX, p. X-I, 2006.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 2009. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5815113/mod\\_resource/content/1/Florestan%20Fernandes.%20A%20revolucao%20burguesa%20no%20Brasil.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5815113/mod_resource/content/1/Florestan%20Fernandes.%20A%20revolucao%20burguesa%20no%20Brasil.pdf) Acesso em: 15 mai. 2024.

FLICK, Uwe **“Introdução à pesquisa qualitativa”**. Trad. Joice Elias Costa. 3. ed., Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 1967. Disponível em: [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/educacao\\_pratica\\_liberdade.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/educacao_pratica_liberdade.pdf) Acesso em: 15 mai. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 1996. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf> Acesso em: 16 abr. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. Apresentação de Ana Maria Araújo Freire. Carta-prefácio de Balduino A. Andreola. São Paulo: Editora UNESP, 2000

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 1987. Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Pedagogia-do-Oprimido-Paulo-Freire.pdf> Acesso em: 16 abr. 2024.

FRIGOTTO, G. (2005). **Concepções no mundo do trabalho e o ensino médio**. In.: Frigotto, G., Ciavatta, M. & Ramos, M. (Orgs.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. (pp. 57-82). São Paulo: Cortez.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL- FEE. **Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/> Acesso: 23 ago. 2022.

GALLEGO, Rita de Cassia; SILVA, Vivian Batista. **A gestão do tempo e do espaço na escola**. 2012. Disponível em: [https://midia.atp.usp.br/impressos/redefor/Gestao\\_Diretores/Tempo\\_Espaco\\_2011\\_2012/Tempo\\_Espaco\\_completo.pdf](https://midia.atp.usp.br/impressos/redefor/Gestao_Diretores/Tempo_Espaco_2011_2012/Tempo_Espaco_completo.pdf) Acesso em: 15 mai. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

HEIDRICH, Leila. **Inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: relendo a desigualdade e a busca da isonomia**. Dissertação de Mestrado. 2016. Disponível em: [https://pos.ucpel.edu.br/ppgps/wp-content/uploads/sites/5/2018/03/LEILA.HEIDRICH\\_Inclus%C3%A3o-de-Pessoas-com-Defici%C3%Aancia-no-Mercado-de-Trabalho-Relendo-a-desigualdade-e-a-busca-da-isonomia.pdf](https://pos.ucpel.edu.br/ppgps/wp-content/uploads/sites/5/2018/03/LEILA.HEIDRICH_Inclus%C3%A3o-de-Pessoas-com-Defici%C3%Aancia-no-Mercado-de-Trabalho-Relendo-a-desigualdade-e-a-busca-da-isonomia.pdf) Acesso em: 15 mai. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Cidades**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso: 23 ago. 2022.

KRAWCZYK, N. **Reflexão sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil hoje**. Cadernos de Pesquisa, v. 41, n. 144, p. 752-769, set./dez. 2011.

LAMARCHE, Hugues (coord.) **A Agricultura Familiar: comparação internacional**. Tradução: Ângela Maria Naoko Titia. Campinas: UNICAMP, 1993.

LEITE, Sérgio Celan. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

LIBÂNEO, J.C.; OLIVEIRA, J.; TOSCHI, M. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

LÜCK, H.A. **Evolução da gestão educacional a partir de mudança paradigmática**. 2009. Disponível em: <http://progestaoead.files.wordpress.com/2009/09/a-evolucao-da-gestao-educacional-h-luck.pdf> Acesso em: 17 abr. 2024.

LÜCK, Heloísa. **Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional**. Petrópolis: Vozes, 2012. (Cadernos de Gestão – Vol.II).

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo : Moderna , 2003. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf> Acesso em: 16 abr. 2024.

MARTINS, Ângela Maria. **Diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio: avaliação de documento**. Cadernos de Pesquisa, nº 109, p.67-87, mar. 2000.

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016

MONTEIRO, Lorena Madruga; HORA FILHO, Flávio Kummer; MOURA, Joana Tereza Vaz de. **Advocacy e organizações da sociedade civil: uma análise das organizações da rede Pacto pela Democracia**. Artigo. 2022. Disponível em: [file:///D:/Downloads/O&D+v23\\_n2\\_2022+-+A3.pdf](file:///D:/Downloads/O&D+v23_n2_2022+-+A3.pdf) Acesso em: 15 mai. 2024.

MOURA, Ana Paula Monteiro de; CRUZ, Rosana Evangelista da. **A política do transporte escolar no Brasil**. 2014. Disponível em: [https://anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/AnaPaulaMonteiro\\_deMoura-ComunicacaoOral-int.pdf](https://anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/AnaPaulaMonteiro_deMoura-ComunicacaoOral-int.pdf) Acesso em: 27 mai. 2024.

NAHIRNE, Ana Paula; STRIEDER, Dulce Maria. **A luta histórica pelo direito à educação no, do e para o campo: o contexto do município de Nova Laranjeiras/PR**. 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5141/514162319007/html/> Acesso em: 16 abr. 2024.

NASCIMENTO, Claudemir Godoy do. **Educação do Campo e Políticas para além do Capital: Hegemonia em disputa**. Tese de doutorado em educação. Universidade de Brasília. Faculdade em educação UnB-2009. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/4819> Acesso: Jan. 2019.

NUNES NETO, Antonio Gonçalves; ACERGA, Fabíola Soares; FONSECA, Maria Mikaella dos Santos. **A Educação do Campo interrogando a Educação Rural e o sistema**

**apostilado de ensino.** 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/64122> Acesso em: 17 abr. 2024.

OLIVEIRA, D. A. Profissão docente e gestão democrática da educação. **Revista Extra-classe**, v. 1, p. 210-217, 2009.

PASTORIO, Eduardo. **Nucleação das escolas do campo: O caso do município de São Gabriel/RS**. 2015. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS). Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/9444> Acesso em: 16 abr. 2024.

PIANCENTINI, P. **Juventude e trabalho no campo: permanência dos jovens no meio rural depende da geração de oportunidades além do trabalho na terra**. Revista Pé Unicesp. n. 61. dez. 2016. jan.2017. 2015.

PIRES, Ângela Monteiro. **Educação do campo como direito humano**. São Paulo: Cortez, 2012.

PITANO, S. C. **As Bases Teóricas E Empíricas Para A Definição De Uma Região Cultural Pomerana No Sul Do Rio Grande Do Sul**. Revista Geografar, Curitiba, v.15, n.1, p.142-160, jan. a jun./2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/71388>

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU – **Canguçu Dados Oficiais**. Disponível em: [www.cangucu.rs.gov.br](http://www.cangucu.rs.gov.br). Acesso: jun. 2022.

PRIBE, P. D. A. **Os sistemas agrários e os códigos culturais pomeranos na localidade de Canguçu Velho – Canguçu/RS**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Licenciatura em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018. ROMIG, K. L. K.;

RODRIGUES, G. S.; CAMPANHOLA, C. **Sistema Integrado de Avaliação de Impacto Ambiental Aplicado a Atividades do Novo Rural**. Pesquisa Agropecuária Brasileira, v. 38, n. 4, p. 445-451, 2003.

SACRISTÁN, J.G. **O aluno como invenção**. Porto: Porto, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Org.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo; Editora Cortez. 2010. 637páginas.

SANTOS, José Antônio. **O conceito de espaço rural e as políticas públicas de governo no Brasil**. Revista Discente Expressões Geográficas, nº 07, ano VII, p. 95 - 110. Florianópolis, junho de 2011.

SANTOS, Juliano Batista dos; MIGUEL, Thiago Barros. **Educação do campo: um novo paradigma**. Revista Eventos Pedagógicos v.3, n.2, p. 386 – 398. Maio - Jul. 2012.

SÁ-SILVA, J.; ALMEIDA, C. & GUINDANE, J. 2009. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, São Leopoldo, ano. I, mi, jul.

SAVIANI, Demerval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação. v.12, n.34, 2007.

SILVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes. **Saberes e práticas de ensino de História em escolas rurais** (um estudo no município de Araguari, MG, Brasil) Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2007.

SIMÕES, Willian; TORRES, Miriam Rosa. **Educação do campo: por uma superação da educação rural no Brasil**. Curitiba, 2011.

SOUZA, Fábio Jacinto Barreto de; SILVA, Suylan Almeida Midlej. **Orçamento participativo: mais qualidade da democracia?** 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/LGh8H7GrKXPjMfPQL83BxRS/#> Acesso em: 16 abr. 2024.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes Rurais: Mapa de Estudos Recentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

## ANEXOS

### ANEXO I

#### Carta Convite

Canguçu, novembro de 2023.

É com imensa satisfação que convido o senhor/a a participar da minha pesquisa de mestrado para conhecer e registrar a história da organização e objetivos pelos quais a comunidade lutou para que a escola que ofertasse Ensino Médio, aos filhos dos trabalhadores do campo fosse implantada. Nosso objetivo é analisar a efetivação da escola João Simões Lopes Neto, considerando os objetivos e interesses dos trabalhadores do campo. Reconhecemos a importância

fundamental da educação em todas as etapas da educação básica como um direito social. Por isso, consideramos essencial compreender os interesses que impulsionaram a luta pela materialização da escola.

Vamos realizar entrevistas com os sujeitos que colaboraram para a efetivação desse desejo da comunidade, para compreender se a escola responde as expectativas, pelas quais foi reivindicada

Por isso, contamos com a sua participação para que, juntos, possamos escrever mais um capítulo importante na educação de nosso município, ou seja, precisamos registrar/documentar a história da luta pela construção da escola de ensino médio João Simões Lopes Neto para os trabalhadores do campo do 4º distrito de Canguçu. Agradecemos desde já pela disponibilidade e interesse em fazer parte desse projeto, que certamente trará importantes contribuições para a educação. Juntos, podemos construir um futuro mais justo e igualitário, onde cada aluno, independentemente de sua localidade, possa ter acesso a uma educação de excelência.

Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo.

Paulo Freire

Atenciosamente, Marisa

## ANEXO II

### **Perguntas enviadas via *forms* para os alunos e ex alunos da escola participantes da pesquisa.**

*Olá, boa noite pessoal! Me chamo Marisa e sou professora das turmas do 2º ano A e 3º ano da Escola João Simões Lopes Neto. Assim como vocês, também sou estudante e estou cursando meu mestrado profissional em Educação na Universidade Federal do Pampa. Minha pesquisa, intitulada "O Ensino Médio na Escola João Simões Lopes Neto em Canguçu/RS", é direcionada especialmente a vocês, estudantes do campo. Estou muito interessada em entender melhor as necessidades e desafios que vocês enfrentam em relação ao Ensino Médio, para que possamos encontrar maneiras de torná-lo ainda*

*mais efetivo e significativo em suas vidas. Peço por gentileza que respondam as questões abaixo formuladas. Vamos juntos nessa jornada de aprendizado e desenvolvimento! Obs.: Não esqueça de justificar sua resposta, ou seja, dizer por que marcou a mesma....*

*Desde já agradeço!!!*

1. Nome:

2. Idade.

- |       |       |       |
|-------|-------|-------|
| a) 14 |       |       |
| b) 15 | d) 17 | f) 19 |
| c) 16 | e) 18 | g) 20 |

3. Você realizou o seu Ensino Fundamental em uma escola do campo?

- a) Sim  
b) Não

4. Em que ano do Ensino Médio você está ou já concluiu?

- |                     |                     |                     |
|---------------------|---------------------|---------------------|
| a) 1º ano           | f) Conclui em 2015; | K) Conclui em 2020; |
| b) 2º ano           | g) Conclui em 2016  | L) Conclui em 2021; |
| c) 3º ano           | h) Conclui em 2017  | M) Conclui em 2022. |
| d) Conclui em 2013; | i) Conclui em 2018  |                     |
| e) Conclui em 2014; | j) Conclui em 2019  |                     |

5. Qual a importância da escola na tua vida?

- |      |      |
|------|------|
| a) 1 | d) 4 |
| b) 2 | e) 5 |
| c) 3 |      |

Justifique a resposta anterior.

6. A escola é importante e significativa no processo de permanência no campo?

- |                      |                      |
|----------------------|----------------------|
| a) Importante        | c) Muito importante; |
| b) Pouco importante; | d) Não sei dizer;    |

Justifique a resposta anterior.

7. Se você tivesse a opção de estudar em uma escola de Ensino Médio na cidade você iria? Por que?

- |         |                     |
|---------|---------------------|
| a) Sim; | c) Talvez;          |
| b) Não  | d) De forma alguma. |

Justifique a resposta anterior.

8. Quais as maiores dificuldades que um estudante do Ensino Médio noturno do campo enfrentam?

- a) O cansaço após um longo dia de trabalho;  
b) As chuvas, o frio;  
c) A condição das estradas;

- d) As longas estradas percorridas
  - e) As condições do transporte escolar.
  - f) As aulas e conteúdo, o turno;
- Outra, qual? \_\_\_\_\_

9. Descreve outras dificuldades que são enfrentadas no dia a dia para o acesso à escola, ou diga o porquê de elencar a resposta acima.

---

---

10. Em que a escola ajuda você no trabalho em tua propriedade? Os aprendizados são importantes e significativos?

---

---

---

### **ANEXO III**

#### **Questões professores e funcionários da escola**

Canguçu, setembro de 2023.

Olá!

Você, professor, é apaixonado pelo campo da educação e acredita na transformação que é possível através dela?

Então prepare-se para embarcar em uma jornada emocionante e enriquecedora! Apresento a você o convite para participar da minha pesquisa de mestrado, com ênfase na educação do campo, na perspectiva do renomado educador Paulo Freire.

Sim, é isso mesmo! Você terá a oportunidade de contribuir ativamente para o avanço desse campo tão fundamental, compartilhando suas experiências, ideias e desafios enfrentados no dia a dia da sala de aula. Este convite é exclusivamente destinado a professores como você, que estão prontos para abraçar essa proposta ousada e inovadora, que busca identificar e desenvolver estratégias eficazes que promovam a educação do campo de forma inclusiva, participativa e libertadora. Sua contribuição será inestimável para a evolução e valorização da educação do campo.

Além disso, a pesquisa também proporcionará um espaço para o diálogo entre os professores envolvidos, possibilitando a troca de experiências e o fortalecimento de uma rede de apoio mútuo. Através disso, poderemos ampliar os horizontes da educação do campo, disseminando práticas pedagógicas efetivas, sensíveis e voltadas para a emancipação dos sujeitos envolvidos neste processo. Juntos, podemos construir um futuro mais justo e igualitário, onde cada aluno, independentemente de sua localidade, possa ter acesso a uma educação de excelência.

Se sentir à vontade e quiser responder segue o questionário e aguardo as respostas entre os dias 02 a 13 /10/23.

Desde já minha gratidão!!!  
Marisa

## QUESTÕES

1. Quais são os desafios enfrentados pela escola Joao Simões Lopes Neto no processo de construção de sua história?
2. A escola de ensino médio João Simões Lopes Neto é uma escola do campo? Porque?
3. O que é uma escola do campo para você?
4. Quais são os principais avanços e limites observados na escola ao longo de sua história e na sua atuação na área rural do município de Canguçu?
5. Como a comunidade local percebe a importância da escola de Ensino Médio João Simões Lopes Neto? Quais são as principais demandas da comunidade em relação à escola?
6. Como a escola tem buscado atender às necessidades da comunidade em sua atuação no campo?

7. Quais são as perspectivas futuras da escola em termos de avanços e desafios no que tange ao Novo Ensino Médio em sua compreensão?
8. Quais são as estratégias adotadas pela escola para promover a educação no campo e do campo e tornar-se referência na comunidade em que está inserida?

#### **ANEXO IV**

##### **Questões ex-professores da escola**

Canguçu, novembro de 2023.

Olá!

Você, professor, é apaixonado pelo campo da educação e acredita na transformação que é possível através dela?

Então prepare-se para embarcar em uma jornada emocionante e enriquecedora! Apresento a você ex professor da escola João Simões Lopes Neto o convite para participar da minha pesquisa de mestrado, com ênfase na educação do campo, na perspectiva do renomado educador Paulo Freire.

Sim, é isso mesmo! Você terá a oportunidade de contribuir ativamente para o avanço desse campo tão fundamental, compartilhando suas experiências, ideias e desafios enfrentados no dia a dia da sala de aula e também fora dela. Este convite é exclusivamente destinado a professores como você, que estão prontos para abraçar essa proposta ousada e inovadora, que busca identificar e desenvolver estratégias eficazes que promovam a educação do campo de forma inclusiva, participativa e libertadora. Sua contribuição será inestimável para a evolução e valorização da educação do campo.

E você que já fez parte deste grupo da João Simões Lopes Neto poderá contribuir e muito para a pesquisa, se assim desejar é claro. Sei que a escola do campo traz inúmeros desafios e que muitas vezes nos sentimos sozinhos na perspectiva de buscar uma educação voltada para a emancipação dos sujeitos envolvidos neste processo. Mas acredito que juntos, podemos construir um futuro mais justo e igualitário, onde cada aluno, independentemente de sua localidade, possa ter acesso a uma educação de excelência.

Se sentir à vontade e quiser responder segue o questionário e aguardo as respostas que podem ser entregues via e-mail ( [marisa-wmenegoni@educar.rs.gov.br](mailto:marisa-wmenegoni@educar.rs.gov.br)) WhatsApp (53) 999965755. O mais breve que puderem.

Desde já minha gratidão!!!  
Marisa

#### QUESTÕES:

1. Quais são as oportunidades de aprendizado e desenvolvimento que uma escola voltada para a educação do campo pode oferecer à comunidade da João Simões Lopes Neto?
2. Como podemos garantir que os valores e práticas da cultura local/campo sejam integrados ao currículo escolar? Quando trabalhavas na escola João Simões Lopes Neto percebia essa integração?

3. Como a escola João Simões Lopes neto pode se tornar um centro de referência, envolvimento e desenvolvimento para a comunidade onde está inserida?
4. Quais são as formas de fortalecer o diálogo entre a escola, os pais, gestão e a comunidade da escola João Simões Neto para garantir uma educação de qualidade no campo?
5. Como você vê o papel da educação do campo na formação dos estudantes da escola João Simões Lopes Neto?
6. Quais são os principais desafios enfrentados pelos professores na educação do campo? Qual é a importância de valorizar e respeitar o conhecimento tradicional e local dos estudantes?

## **ANEXO V**

### **Questões comunidade (pais, vizinhos, amigos, motoristas)**

Canguçu, novembro de 2023.

Olá!

Prezado senhor (a), é com imensa satisfação que eu os convido a participar da minha pesquisa de mestrado sobre a educação do campo no Ensino Médio. Esta pesquisa tem como objetivo resgatar a história de luta na formação da escola estadual de Ensino Médio João Simões Lopes Neto travada pela a comunidade, agricultores familiares, pais e toda a comunidade. Buscamos compreender e analisar as demandas e necessidades da comunidade, na consolidação da escola para facilitar o acesso dos seus filhos a uma educação de qualidade e promissora, adequadas às suas especificidades. Conto com a sua valiosa participação para enriquecer esta pesquisa e contribuir para a transformação da educação no campo.

Atenciosamente e desde já imensamente grata!

Marisa Watthier Menegoni  
Mestranda/UNIPAMPA

Perguntas:

1. Como se deu a participação da comunidade na constituição da escola João Simões Lopes Neto?
2. Quais foram as formas de mobilização/ e ou lutas desenvolvidas pela comunidade local na busca da implantação do Ensino Médio e conseqüentemente a instalação da Escola nessa localidade?
3. Qual a motivação da população local para buscar a implantação do Ensino Médio nessa comunidade rural?
4. Quais foram os principais desafios enfrentados pela comunidade na mobilização para a criação da escola de Ensino Médio João Simões Lopes Neto?
5. Quais ações, você entende, que deve ser desenvolvida para que a escola se torne o principal centro de referência, envolvimento e desenvolvimento para a comunidade onde está inserida?
6. Qual papel a escola deve exercer na construção de um diálogo entre direção, alunos professores, os pais e a comunidade para garantir uma educação de qualidade no campo?

OBSERVAÇÃO: AS RESPOSTAS PODEM SER ENVIADAS POR ÁUDIO  
OU ESCRITAS, POR FOTO COMO PREFERIREM NO WHATSAPP (53)  
999965755.

GRATIDÃO